



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

MARIA LEÔNIA GARCIA COSTA CARVALHO

**A CONSTRUÇÃO DE UMA DISCURSIVIDADE FEMINISTA:
A REVISTA RENOVACÃO NA DÉCADA DE 1930.**

Maceió
2009

MARIA LEÔNIA GARCIA COSTA CARVALHO

**A CONSTRUÇÃO DE UMA DISCURSIVIDADE FEMINISTA:
A REVISTA RENOVACÃO NA DÉCADA DE 1930.**

Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães

Maceió
2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

C331c Carvalho, Maria Leônia Garcia Costa.

A construção de uma discursividade feminista : a revista renovação na década de 1930 / Maria Leônia Garcia Costa Carvalho. – Maceió, 2008.
172 f.

Orientadora: Belmira Rita da Costa Magalhães.

Tese (doutorado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2008.

Bibliografia: f. 161-172.

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Mulheres. 4. Feministas. 5. Feminismo. 6. Silêncio. I. Título.


CDU: 801:396

TERMO DE APROVAÇÃO MARIA LEÔNIA GARCIA COSTA CARVALHO

Título do trabalho: A CONSTRUÇÃO DE UMA DISCURSIVIDADE FEMINISTA:
A REVISTA RENOVAÇÃO NA DÉCADA DE 1930.

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Linguística, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:


Orientador:



Prof. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães

Examinadores:

Prof.ª Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa
Departamento de Letras
Universidade Federal de Sergipe



Prof.ª Dra. Ana Maria Gama Florencio
Departamento de Educação
Universidade Federal de Alagoas

Prof.ª, Dra. Maria do Socorro Aguiar Cavalcante
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. Hélon Flávio da Silva Sobrinho
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Universidade Federal de Alagoas

Maceió, 11 de fevereiro de 2009.

A todos aqueles que estudam ou cultuam a
linguagem.

AGRADECIMENTOS

Expressar meus agradecimentos através das palavras é uma incumbência difícil, uma vez que os enunciados da língua podem se esquivar a sua ordenação lógica e à expressividade desejada, dando espaço à incompletude da linguagem. Mesmo assim, redimo-me das possíveis “faltas” ou falhas e agradeço de coração a todos os que contribuíram para a construção deste trabalho, em especial:

à professora Belmira Magalhães, exemplo feminino de sabedoria e fortaleza, pelo compromisso e disponibilidade com que me orientou, despertando-me para as opacidades e sutilezas dos discursos;

às professoras Socorro Cavalcante e Ana Gama, por suas apreciações e sugestões;

a meus pais, Antônio (em memória) e Terezinha, que me incentivaram o amor aos estudos e o desejo de conhecer cada vez mais;

a meu esposo Roberto, companheiro incondicional de todos os momentos;

a meus filhos, Cláudio, Daniel, Ana Beatriz e Mariése, razão do meu viver e de minhas lutas e conquistas;

a meus genros e noras, Alisson, Márcio, Lucianne e Isabela, pelo estímulo e crença em minhas possibilidades;

a meus netinhos, Júlia e Antônio, por me renovarem o sentido da vida e me fazerem sentir, de novo, criança;

a Ponciano, colega e amigo, pela força e incentivo constantes;

a Neide Sobral, por ter-me apresentado a Revista Renovação, objeto do meu trabalho;

à Universidade Federal de Alagoas, por ter-me acolhido como aluna;

à Universidade Federal de Sergipe e ao Departamento de Letras, por me terem liberado para o doutorado;

a Deus, fonte primeira de sabedoria e amor.

Na materialidade fugidia da linguagem,
Os sentidos que se tramam e se esvaziam...

Os lapsos, os deslizes,
Os equívocos, as contradições,
Os possíveis pontos de deriva...

O movimento inconcluso dos dizeres,
As sutilezas do silêncio...

Leônia

RESUMO

O trabalho “A construção de uma discursividade feminista: a revista Renovação na década de 1930” analisa os discursos femininos de um periódico sergipano, dirigido por uma advogada, Maria Ritta de Andrade, da terceira década do século XX. Investiga como se deu a construção de uma discursividade feminina, numa época em que mulheres da classe média e alta se agregaram e lutaram por direitos que lhes eram negados. Este estudo se alicerça na Análise do Discurso, de vertente francesa, sobretudo em Pêcheux, embora se busquem contribuições de outros autores europeus, especialmente Lukács e Bakhtin, e de brasileiros dedicados à AD. A delimitação das condições de produção dos discursos femininos em Sergipe implicou o conhecimento da conjuntura histórico-social, desde os tempos coloniais até 1930, quando surge a revista Renovação. Recorreu-se, portanto, à história de Sergipe, com ênfase para a memória social registrada em documentos escritos e na tradição oral. Isso permitiu a constatação de uma sociedade patriarcal, extremamente autoritária e opressora, além da percepção dos motivos do silêncio das mulheres e dos interdiscursos correntes sobre elas, que, fundamentados no senso comum, nas considerações científicas e jurídicas, na religião e na política, definiram seu papel e seu espaço social. Considera-se uma revista dirigida por mulheres, na década de 1930, um acontecimento discursivo importante, por romper padrões da época, mostrando um novo tipo de figura feminina: a mulher ilustrada, intelectual, que aponta novos caminhos e exige os direitos que lhe são negados. Embora os textos femininos aparentem unicidade e homogeneidade, percebe-se, neles, a presença de discursos-outros que os atravessam, confirmando a heterogeneidade discursiva, caracterizada ora pela presença de pré-construídos ou discursos transversos, ora pelo emprego de artifícios (uso de ironia, negação) que denotam níveis de consciência, ora pela apropriação de outros discursos com o objetivo de dar sustentação a posições singulares, de confirmar ou refutar as posições alheias. A ação do inconsciente também se confirma em atos falhos ou deslizos que se manifestam na cadeia significativa, sobretudo quando se contradizem ou retomam a FD patriarcal. O discurso feminino, pela falta de identificação com a FD dominante, se recoloca e se ajusta a outros lugares do dizer, passando por um processo de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito do discurso. Com efeito, a identidade feminina é constantemente afetada pela tensão entre a continuidade e a descontinuidade, passando, em decorrência, por mudanças que se refletem em sua práxis discursiva.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Imprensa feminina; Silêncio; Formas-sujeito do discurso.

ABSTRACT

The work “The construction of a feminist discursivity: the magazine *Renovação* in the 1930 decade” analyses the female speeches of a periodical of Sergipe, directed by a lawyer, Ritta Maria de Andrade, during the third decade of twentieth century. It investigates how the feminine discursivity construction happened, in an epoch when women of middle and high classes aggregated themselves and fought for rights, which were denied to them. This study is based on Analysis of Discourse (AD), of French trend, especially Pêcheux, despite the contributions of other European authors, especially Lukács and Bakhtin, and Brazilians dedicated to AD. The delimitation of the production conditions of women’s discourse, in Sergipe, implied the knowledge of the historical and social juncture since colonial times until 1930, when the magazine *Renovação* appears. Recourse was, therefore, the history of Sergipe, with emphasis on the social memory recorded in written documents and in oral tradition. This allowed the observation of a patriarchal society, extremely authoritarian and oppressive, besides the perception of the reason for the women’s silence and the inter-discourses about them, which defined their roles and social space, based on common sense, on legal and scientific considerations, on religion and politics. A magazine directed by women, in 1930 decade, is an important discursive event, because it broke models of the epoch, showing a new feminine figure: the illustrated woman, intellectual, that suggests new ways and that claims rights which were denied to them. Although the feminine texts show unity and homogeneity, it is perceptible the presence of discourses-others, that cross them. This confirms the discursive heterogeneity, which is characterized by the pre-built elements or transverse discourses, the employment of artifices (using irony, denial), which denote conscience levels, and by appropriation of others discourse, with the aim to give support to peculiar positions, to confirm or to refute alien positions. The action of the unconscious also confirms itself in the flawed acts or failures that arise in the significant chain, especially when they contradict or reproduce the patriarchal FD. The feminine discourse, due to the absence of identification with the dominant FD, restores and adapts itself to other places of the say, passing by a process of disarrangement-rearrangement of the subject-form of the discourse. Indeed, the feminine identity is constantly affected by the tension between continuity and discontinuity, passing, consequently, by changes that are reflected in its discursive practice.

Keywords: Analysis of Discourse; Feminine’s magazine; The silence; Subject-forms of discourse.

RÉSUMÉ

Le travail “ La construction d’un discours féministe : la revue *Renovação* au décennie du 1930” analyse les discours féminins d’une période sergipain dirigé par une avocate, Maria Rita de Andrade, de la troisième décennie du siècle XX. Il perquisitionne dans la construction du discours féminin, dans une époque dont les femmes de classes moyenne et haute ont agrégé and luttèrent pour les droits qui les étions niés. Cette étude est basée dans l’Analyse du Discours, de inclination française, surtout dans l’oeuvre de Pêcheux, bien que ont cherché les contributions d’autres auteurs européens, comme Luckács et Bakhtin, et des brésiliens dédié a la AD. La délimitation des conditions de production des discours féminins au Sergipe impliqua la connaissance de la conjoncture historique - social, depuis les temps coloniaux jusqu’à 1930, quand la revue *Renovação* apparaît. L’histoire de Sergipe a été, par conséquent, la base pour la recherche de la mémoire social enregistrée dans les documents écrits et dans la tradition orale. Cela a permis la constatation d’une société patriarcale, extrêmement autoritaire et oppressive, et la perception des motifs du silence des femmes et des interdiscours fréquents à leur sujet que, fondées dans le sens commun, dans les considérations scientifiques et juridiques, dans la religion et dans la politique ont défini son rôle et son espace social. Une revue dirigée par des femmes, dans la décennie de 1930, c’est un évènement discursive important, qui a cassé les modèles de l’époque, créant un nouveau type de la figure féminine: la femme illustrée, intellectuelle, qui voit les nouveaux chemins et exige les droits qui ont les étaient niées. Quand même les textes féminines apparaissent unité et homogénéité, on s’aperçoit la présence d’autres discours que les on traversent, en confirmant la hétérogénéité discursive, caractérisée or par la présence Du pré construit or par les discours transverse ou pour l’usage d’artifices (usage d’ironie ou négation) que présentent des niveaux de conscience par l’appropriation d’autres discours avec l’objectif de donner la sustentation au positions singulière, de confirmer ou réfuter les positions d’autrui. L’action de l’inconscient est également confirmé dans les actes échoué ou les échecs de glissement qui se posent en suite signifiante, surtout quand il est en contradiction ou de reproduire le FD patriarcale. Le discours des femmes, parce qu’il n’a pas l’identification avec la FD dominante, se remplace et s’adapte à d’autres lieux de dire, à travers un processus du dérangement-rearrangement de la forme-sujet de l’objet de discours. En effet, l’identité féminine est constamment affecté par la tension entre la continuité et la discontinuité, en passant, parce que, pour des changements qui se reflètent dans sa pratique discursive.

Mots-clefs: Analyse du Discours, Press féminine, Silence; Formes-sujets du discours.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. INTERSECÇÕES ENTRE LÍNGUA, HISTÓRIA E MEMÓRIA	20
1.1. O SER SOCIAL E A LINGUAGEM	20
1.2. A AÇÃO DA IDEOLOGIA	22
1.3. LÍNGUA E DISCURSO	28
1.4. INTERPRETAÇÃO, LÍNGUA E HISTÓRIA	31
1.5. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS FEMININOS EM SERGIPE	32
1.6. DO SILÊNCIO AO DISCURSO	48
1.7. A EMERGÊNCIA DOS DISCURSOS FEMININOS	55
1.8. INÍCIO DO SÉCULO XX: AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FEMININO	64
1.9. PERFIL DA REVISTA RENOVAÇÃO	72
2. O IMAGINÁRIO NAS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO	77
2.1. O IMAGINÁRIO SOCIAL NOS DISCURSOS SOBRE AS MULHERES	80
2.2. O SUJEITO DO DISCURSO	86
2.3. A HETEROGENEIDADE NOS DISCURSOS FEMININOS	92
2.4. CONSCIÊNCIA E RESISTÊNCIA	98

2.5. REPRESENTAÇÕES FEMINISTAS NOS DISCURSOS DAS MULHERES	102
2.5.1. Construção do sujeito feminista	102
2.5.2. O imaginário feminista	103
3. DISCURSOS POLÍTICOS FEMININOS – DÉCADA DE 1930	109
3.1. UM CAMINHO DE ANÁLISE	109
3.2. NOS LIMITES DA PRÁTICA POLÍTICA	117
3.3. DESARRANJOS-REARRANJOS NOS DISCURSOS POLÍTICOS FEMINISTAS	120
3.4. INÍCIO DO SÉCULO XX: INSERÇÃO DAS MULHERES NO MOMENTO POLÍTICO NACIONAL	121
3.5. SUJEITO DIVIDIDO	143
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

O movimento dos discursos, em seu trajeto histórico, sempre desperta a atenção dos que se dedicam aos estudos da linguagem humana. O surgimento da linguagem inaugurou esse movimento que acompanha e reflete a evolução do homem, esse ser social e histórico, constituído nas relações que estabelece com o mundo e com os outros seres de sua espécie. Como mediadora dessas relações, a linguagem adquire materialidade e reflete as peculiaridades de seu usuário, travestindo-se e acompanhando as mudanças que o delineiam em seu trajeto histórico.

A compreensão da linguagem é essencial para o entendimento do mundo, dos homens e das relações que entre eles se estabelecem, por isso importa saber como ela se articula, como é percebida e entendida por quem a utiliza e quais as possibilidades de percepção e entendimento pelos prováveis interlocutores. A interpretação faz-se presente e necessária em toda e qualquer manifestação da linguagem.

Os discursos, como manifestação da linguagem, reclamam de interpretação, pois se a língua lhes assegura a materialidade indispensável à sua existência, a história concorre para lhes atribuir sentidos. Ao analista cabe, através de gestos de leitura, apreender esses sentidos que nunca são transparentes e unívocos, uma vez que, por um lado, se defrontam com a densidade e a imprecisão da língua e, por outro, com a inextricável trama da história. Ademais, a interpretação exige, de quem o faz, a objetividade, conveniente ao cientista, e a sensibilidade, peculiar ao poeta.

O investimento do pesquisador nessa área se deve à necessidade que se apresenta, cada vez maior, de formar sujeitos com capacidade de reflexão e discernimento, aptos a estabelecer a devida relação entre os discursos e a realidade e a apreender os sentidos na incompletude, ou através da opacidade da língua.

Segundo Orlandi (1998), ao se admitir a incompletude da linguagem e sua materialidade (discursiva), o gesto de interpretação passa a ser visto como uma relação necessária e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo, pois não há sentido se não houver interpretação e “a vida é função da significação e de gestos de interpretação cotidianos”.

Este trabalho surgiu da necessidade de atribuir sentido aos discursos das mulheres da terceira década do século XX. O contato com a revista *Renovação*, editada no período de 1931 a 1934, dirigida por uma mulher, a advogada sergipana e feminista, Maria Ritta de Andrade, gerou curiosidade, pois pouco se tem conhecimento da produção feminina do início do século em Sergipe, tão raros são os documentos dessa natureza. A leitura superficial de alguns números suscitou questionamentos: O que continham seus discursos? O que os caracterizava? Quais as pretensões das mulheres escritoras? Quais as representações que faziam de si e da sociedade em que viviam? Até que ponto seus discursos servem para elucidar o seu silêncio de anos? Como o discurso feminino da época contribuiu para uma mudança e para a construção de uma identidade social?

Apresentar possíveis explicações para os questionamentos é a que se propõe este estudo, através de um gesto de interpretação que tem como objeto os discursos femininos da revista *Renovação*. A pesquisa se insere numa perspectiva histórica singular, marcada por questões relevantes para as transformações sociopolíticas, evidenciando as relações de força que se confrontam na arena de uma sociedade de ranço patriarcal, em que se envolvem vertentes conservadoras e inovadoras. Procura, ainda, entender como a língua permeia essas relações, contribui, ou não, para o seu arranjo ou re-arranjo e imprime suas marcas nos discursos.

O trabalho, cujo título é “A construção de uma discursividade feminista: a revista *Renovação* na década de 1930” analisa, portanto, os discursos femininos do início do século XX, década de 1930, em Sergipe. E quais as razões disso? Primeiramente, porque eles, por muito tempo, não se anunciaram, ficaram reclusos aos lares, abrigados no silêncio de quatro séculos. Só na segunda metade do século XIX e início do século XX, isoladamente, encontram terreno fértil para brotar e se materializam. Nos primeiros momentos, através de escritos autobiográficos, páginas de diários, memórias, álbuns e cartas e, posteriormente, através de jornais e periódicos.

Em segundo lugar, porque as mulheres sergipanas, tradicionalmente presas ao lar, investem no espaço público, engajam-se ao movimento feminista nacional lutando por um espaço social, pela igualdade de direitos, como os direitos ao voto e à elegibilidade. Divulgam, também, matérias em jornais e, em 1931, fundam e dirigem uma revista, a *Renovação*, que, embora não estritamente de temas e autores femininos, traz artigos que denunciam o estado de submissão e pobreza intelectual e existencial a que estavam destinadas, além de falar de suas lutas em nível local e nacional.

Assim, mulheres sergipanas, como outras do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas chegaram a se insubordinar abertamente, mas a maioria se valeu de outros métodos, organizando-se em agremiações, escrevendo para periódicos, falando em programas de rádio, enfim, lançando mão de estratégias diversas que lhes possibilitaram ter maior visibilidade e travar uma interlocução com seu meio social, ampliando, assim, seu campo de atuação.

Ainda que os discursos femininos tenham atenção prioritária no estudo ora em curso, sua interpretação implica, também, a compreensão do longo silêncio das mulheres sergipanas, desde que se considera o silêncio como linguagem e, assim sendo, exige sentido. A análise do material escrito pelas mulheres na revista *Renovação*, certamente, nos forneceu elementos importantes para a elucidação de como se constituíram seus discursos e a identidade feminina.

Tem-se, portanto, como objetivo geral do estudo, a análise das práticas discursivas das mulheres sergipanas da década de 30, do século XX, na *Revista Renovação*, considerando-se a maneira como operavam com a linguagem na constituição de seus discursos e de sua identidade.

Os objetivos específicos, estabelecidos a partir dos questionamentos antes propostos, consistem em:

- a. situar historicamente o discurso investigado, considerando-se seus aspectos socioculturais e políticos;
- b. buscar, no silêncio e nos discursos femininos, traços de resistência, decorrentes das relações de força e embate com o outro sexo ou com a sociedade;
- c. identificar, nos discursos analisados, as marcas de dispersão, heterogeneidade e fragmentação dos sujeitos envolvidos no processo;
- d. apontar estratégias de aproximação e de persuasão utilizadas discursos políticos femininos que denunciam a intencionalidade do sujeito;
- e. problematizar as contradições existentes nos discursos.

Para realizar os objetivos deste trabalho, o corpus se constituiu de textos selecionados da revista *Renovação*, que expressam ou representam a eclosão pública, em Sergipe, dos anseios feministas que já se evidenciavam nos grandes centros urbanos do país.

Os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico dispõem de 40 números desse periódico, que circulou durante os anos de 1931 a 1934, versando sobre diferentes temas de natureza social.

Tivemos, por critério, a compilação dos textos que, de modo mais específico, expressavam conteúdos sobre a condição da mulher numa sociedade dominada, sobretudo, pela ideologia do patriarcalismo que ainda se mantém no Nordeste brasileiro até os dias atuais. A voz da mulher, no *corpus* selecionado, destaca-se pelo efeito de um impacto que provoca no momento de sua apreensão e leitura e nos leva a verificar a ocorrência de manifestações que visam à constituição de uma identidade de categoria e, também, a mapear e interpretar, em nível discursivo, as marcas de posições, às vezes exacerbadas, que se vislumbram como ação e reação, linhas de força, combate, ideologia contra a histórica submissão ou, mesmo, opressão da mulher, impostas por uma sociedade eminentemente autoritária.

Para proceder à incumbência proposta, uma das primeiras tarefas foi reunir referenciais teóricos que servissem como subsídios à análise. Em seguida, procurou-se descrever as condições de produção dos discursos femininos da revista Renovação. Para tanto, o recurso à história de Sergipe foi imprescindível, mas não só a dita oficial, desde que se recorreu, também, a outros olhares na tentativa de reavivar a memória social, documentos da tradição oral ou escrita, fazendo com que língua, história e memória se articulassem e auxiliassem na consecução da tarefa.

A abordagem, portanto, se revestiu de caráter lingüístico e histórico, afinal, “a AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva” (Orlandi, 1996, p.25). Por tratar-se de uma disciplina de entremeio, “discute seus pressupostos continuamente” e se constitui “no espaço indistinto das relações entre disciplinas”, questionando suas contradições.

O estudo em pauta se alicerça na Análise do Discurso de linha francesa, tendo, portanto, Pêcheux, como referência primeira, mas sem subestimar contribuições de outros autores que, embora nem sempre trilhem os mesmos caminhos, apresentam aproximações e convergências em suas teorias. Assim, procurou-se, através de leituras de Lukács e Bakhtin, articular a AD com a perspectiva ontológica marxiana. Em Lukács, buscaram-se os fundamentos do homem como ser social, a interferência de sua ação na relação subjetividade-objetividade; o domínio consciente que nele se instaura através da dinâmica do trabalho.

Em Bakhtin, importou-nos sua visão de palavra como signo ideológico por excelência e como veículo de transmissão da ideologia; o dialogismo, princípio constitutivo da linguagem e do sentido; o estatuto heterogêneo do sujeito e dos discursos; a constituição da

consciência individual através dos signos no curso das relações sociais. Esses autores apresentam convergências em alguns pontos de sua teoria, sendo comum, por exemplo, o pensamento de que a ideologia é materialmente expressa em discursos, que difundem idéias, valores e interesses dos homens.

A subjetividade foi também foco de atenção, tendo-se em vista que o entendimento do discurso implica, necessariamente, a compreensão do sujeito, pois nele encontram-se os reflexos de quem o enunciou. A constituição da subjetividade não está isenta das contradições sociais e históricas, desde que os homens são seres historicamente situados e socialmente organizados. Entretanto, a posição da AD suscita questionamentos, sugere incompletude, o que levanta algumas polêmicas e posicionamentos sobre a constituição da subjetividade no discurso, buscando-se respaldo, sobretudo, em Bakhtin e no próprio Pêcheux.

É válido observar que, na organização da tese como um todo, não há capítulos teóricos específicos, uma vez que se teve o cuidado de juntar ou articular, no decurso do trabalho, os fundamentos teóricos e as análises discursivas.

O segundo capítulo, intitulado “Intersecções entre língua e história”, desenvolve reflexões sobre os fundamentos ontológicos do ser social, língua, discurso e ideologia, enfocando a idéia de que língua e história constituem dois caminhos para um trabalho em AD. Faz, ainda, uma abordagem sobre as condições de produção dos discursos femininos em Sergipe - objeto da análise. Para tanto, a contextualização histórica e o recurso à memória social foram extremamente necessários, tomando-se como fundamento livros, documentos, publicações do período e outros objetos culturais, como os da tradição oral (poemas, quadras, canções, frases etc.), entre outros materiais assemelhados que, de alguma forma, possibilitassem uma visão adequada da conjuntura sociopolítica da época.

Foram de interesse, inclusive, pesquisas atinentes à própria situação nacional e, pelo menos, de forma elementar, a mundial, buscando-se as circunstâncias e influências, diretas e indiretas, que foram decisivas em Sergipe, assim como importaram as contingências das inovações e as perspectivas de vida e cidadania decorrentes, como elementos motivadores dos discursos femininos, a ponto de fazê-los questionar e transgredir velhos entendimentos.

O silêncio secular das mulheres também foi objeto de estudo e apreciação. As ponderações de Eni Orlandi, em seu livro “As formas do silêncio no movimento dos sentidos”, serviram de base ao desenvolvimento de reflexões e a formulações de idéias e representações acerca do seu significado. O apelo à história e à memória também contribuiu

para, através de um gesto de interpretação, explicar o motivo do silêncio feminino e atribuir-lhe sentido.

Em um segundo momento, o corpus é analisado a partir da construção de um referencial teórico, não se deixando, contudo, de utilizar informações outras, circunstanciais ou não, indispensáveis ao bom desenvolvimento da investigação em curso. Recorreu-se, portanto, a outros estudiosos da linguagem e analistas do discurso que, em maior ou menor intensidade, forneceram o aporte necessário ao desenvolvimento do trabalho, a exemplo de Courtine, Ferreira, Indursky, Magalhães, Mariani, Orlandi, Voese, Zoppi-Fontana, Authier-Revuz, Cavalcante, Silva Sobrinho, Zardwais, entre outros, cujas leituras serviram para embasar, esclarecer, sugerir ou fortalecer idéias, fomentar discussões e propor questionamentos.

No capítulo segundo, que tem por título “O imaginário nas representações do feminino”, buscou-se não apenas a configuração que a sociedade do início do século XX tinha sobre as mulheres, mas a imagem que elas próprias faziam de si, uma imagem ainda em construção, que agrega vozes de “outros sujeitos”, marcados explícita ou implicitamente nos discursos, evidenciando, assim, a forte presença da heterogeneidade.

Em prosseguimento ao estudo, no terceiro capítulo, procedeu-se à análise de discursos políticos femininos da revista *Renovação*, sobretudo aqueles de cunho reivindicatório e propositivo, ou os que se caracterizaram como embates, confrontos com outros discursos que afloram, em nível intradiscursivo, através do interdiscurso e das formações discursivas. Como, no início da década de 1930, algumas mulheres sergipanas se engajaram à luta nacional e pleitearam direitos que antes lhes eram recusados, como o direito ao voto e à elegibilidade, também se examinou o tom de seus discursos, o modo como se organizaram e se articularam para conseguir a adesão da sociedade da época.

Procurou-se, também, investigar evidências de um sujeito fragmentado, caracterizado pelo atravessamento de formações discursivas outras que permearam seus discursos, o que permitiu a visualização de modalidades de subjetivação diferenciadas que se traduzem nas posições assumidas pelas protagonistas dos discursos.

No capítulo final, tecem-se considerações sobre a pesquisa desenvolvida, detendo-se, em especial, no seu objeto de estudo: os discursos femininos da revista *Renovação* na década de 1930. Num movimento (in)concluso, em que linguagem e história se entrelaçam,

as práticas discursivas acompanham e refletem as mutações por que passam os sujeitos do discurso e sofrem um deslocamento, recolocando-se e ajustando-se a outros lugares do dizer, sofrendo um processo de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito. Os discursos produzidos nesse período, ainda que não evidenciem uma homogeneidade, apresentam traços de uma identidade feminina em formação.

1. INTERSECÇÕES ENTRE LÍNGUA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

1.1. O SER SOCIAL E A LINGUAGEM

Lukács (1997), em concordância com Engels, afirma que o homem é fruto de um salto ontológico, o que lhe tornou possível desligar-se do condicionamento biológico, determinante de ações mecânicas, repetitivas, e tornar-se um ser social, capaz para a ação predeterminada e lúcida. Em vista disso, reconhece ele o mérito de Engels, ao “[...] ter colocado o trabalho no centro de humanização do homem” (Ibidem, p. 3). A essência desse salto estaria na plena ruptura da continuidade normal do desenvolvimento dos animais nomeados inferiores, e não no mero aparecimento de uma nova fase de existência.

O ser social, decorrente dessa mudança ontológica, tornou-se, portanto, capaz de pensar com objetivos práticos, ou seja, de agir teleologicamente, associando pensamento e ação. O trabalho seria a categoria fundante do novo ser, porque o capacitou para modificar as coisas da natureza de forma intencional. Para Lukács (1997, p. 3), “no trabalho estão gravadas *in nuce* todas as determinações que [...] constituem a essência de tudo o que é novo no ser social” (Ibidem, idem).

O ponto central do processo de transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo, e isso ele consegue através da dinâmica do trabalho, que o leva a planejar previamente seus próprios movimentos e a controlar, de forma consciente, a realização para conseguir resultados favoráveis. A constituição da consciência humana decorre da necessidade de assumir posições teleológicas, tanto as usadas para transformar a natureza (teleologias primárias), como as empregadas para orientar a ação sobre a consciência de outros homens, com o fim de induzi-los a posições teleológicas desejadas (teleologia secundária) (Ibidem, p. 46).

A relação sujeito-objeto é, também, uma das conseqüências diretas do trabalho. A distância entre sujeito e objeto que advém daí é que origina, imediatamente, uma das bases, conforme os termos de Lukács, “do ser social dos homens”, a linguagem. Entende-se, por

isso, ser a linguagem o recurso primeiro para que o homem exerça seu domínio sobre o meio em que vive, através de sua percepção-leitura do mundo, de sua visão de mundo e sua ação sobre ele: “O fato simples de que no trabalho se realiza uma posição teleológica é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isto um componente ineliminável de qualquer pensamento; desde os discursos cotidianos, até a economia e a filosofia” (Ibidem, p. 4).

O trabalho, então, serve como mediador entre subjetividade e objetividade, uma vez que possibilita ao homem a prévia ideação que o conduz à ação, e a linguagem serve como âncora de sua atividade mental. Por conseguinte:

A percepção da genericidade, condição primeira de ser do gênero humano, só é possível através da linguagem que, desde o início, possui as duas finalidades que constituem essa capacidade do ser social: 1) fazer a comunicação entre os seres, sem a qual não há genericidade, sendo o sujeito o mediador do discurso; 2) possibilitar o pensar por objetivo-teleologia- sem a qual não há individualidade, sendo o sujeito, aqui, criador do novo - objetos e, inclusive, discurso (MAGALHÃES, 2001, p. 31).

É, também, através da relação subjetividade-objetividade que o homem imprime sua marca na objetividade, constituindo-se como sujeito. A linguagem, portanto, reflete a objetividade sob o prisma da subjetividade. Esse artifício permite que os indivíduos pensem a realidade, tornem-se conscientes dela, o que lhes permite agir efetivamente sobre ela, o que se visualiza em suas práticas. Também é através da linguagem que os homens atuam uns sobre os outros, com propósitos de consolidar posições desejadas. Desse modo, ela se encontra em todas as manifestações humanas e sofre os efeitos dos enlaces entre esses aspectos.

Fruto de convenção, a língua, restrita a determinados grupos, funciona como uma ferramenta social sistematizada, para dar curso às posições teleológicas que levam os homens a tomar determinadas atitudes no meio em que vivem: de subordinação, cooperação, adesão, contestação etc., conforme a realidade histórico-social em que se inserem. Por isso, os discursos assumem diferentes sentidos, em relação ao espaço e ao tempo em que são construídos. Sua compreensão resulta de uma ação dos homens com a língua e sobre ela, num processo contínuo de apropriação-objetivação da realidade, em que há também o concurso da subjetividade.

1.2. A AÇÃO DA IDEOLOGIA

Ao falar sobre ideologia, Lukács parte de uma visão ontológica, considerando-a como uma posição teleológica secundária, pois ela teria o objetivo de influenciar o agir dos indivíduos. Nessa perspectiva, ela assume no âmbito cultural, então, uma ação estruturadora, orientando, selecionando e hierarquizando os elementos culturais de acordo com os interesses de classe. Serve, assim, de base para a constituição dos sentidos dos discursos, já que eles refletem as posições dos sujeitos na práxis social. É, portanto, nas relações entre os seres sociais que as posições se delineiam e produzem os sentidos, mantendo um vínculo indissociável com as ideologias que se apresentam e se confrontam no meio social, através das práticas discursivas. A ideologia, para Lukács, apresenta-se com sentido positivo, uma vez que a vê relacionada a uma posição de classe.

Bakhtin (1988), em sua obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, assevera que “o signo e a situação social estão indissolúvelmente ligados”. Ora, todo signo é ideológico e a palavra é o signo ideológico por excelência, desde que registra as mínimas variações da vida social. Os discursos, como são constituídos por palavras, também são ideológicos, ou melhor, são a “materialização da ideologia”. Ao utilizar a palavra em seus discursos, os interlocutores se submetem a pressões sociais e ideológicas. A palavra, por sua vez, varia, sofre adaptações e se altera conforme o interlocutor a quem é dirigida, sua posição cultural, sua proximidade ou distância em relação ao grupo a que pertence. Por seu caráter ideológico, na palavra se confrontam valores contraditórios, de diferentes classes sociais em permanente conflito, “é uma arena onde se desenvolve a luta de classes” (Ibidem, p. 46).

Portanto, a palavra veicula, necessariamente, a ideologia, considerada por Bakhtin como superestrutura. As transformações sociais de base nela se refletem e, por conseguinte, na língua que as difunde. O estudado filósofo da linguagem considera a língua como a expressão das relações e lutas sociais, cujos efeitos sofre e, por isso, dissemina-os, ao servir-lhes, de forma concomitante, como instrumento e material. Assevera o autor que “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e por assim dizer, a partir do seu interior a estrutura da enunciação”. A enunciação nada mais é, portanto, que “o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (Ibidem, p. 113).

Assim como Lukács, ele também trata da influência recíproca entre objetividade e subjetividade, na construção do sujeito. O indivíduo, em sua reflexão, em seu mundo interior, considera um auditório social específico, e, a partir dele, constrói suas motivações, suas avaliações e conclusões. A subjetividade é, portanto, norteada pela objetividade e tem uma

relação estreita com a palavra. Em suma, em toda enunciação, por mais insignificante que ela seja, renova-se a “[...] síntese dialética viva entre o psiquismo e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior [...]. É assim que psiquismo e ideologia se impregnam mutuamente no processo único e objetivo das relações sociais” (Ibidem, p. 66).

Bakhtin também fala da consciência e dos vínculos que se estabelecem entre ela e a palavra, a partir das relações entre indivíduos e grupos sociais. Para ele, a consciência só se constitui no processo de interação social, impregnando-se de conteúdo ideológico. Se a língua é determinada pela ideologia, também o são o pensamento e a consciência, já que mantêm relações íntimas com a linguagem. A consciência, portanto, é repleta de signos que traduzem ideologicamente a realidade (Ibidem, p. 35).

Sem ser objetivada através de uma expressão materializada (um grito, uma palavra ou um gesto), Bakhtin considera que a consciência é uma ficção, mas como expressão material estruturada (através da palavra, do desenho, da música etc.), ela se objetiva e representa uma poderosa força social, que não se situa acima do ser, mas dele faz parte. Constitui uma força real, quando deixa sua forma embrionária (o discurso interior) e penetra nos sistemas do conhecimento, da arte, da moral e do direito, ultrapassando todas as etapas de objetivação social e sendo, até mesmo, capaz, até mesmo, de agir sobre as bases econômicas da vida social (BAKHTIN, 2004).

Observa-se, enfim, na teoria bakhtiniana, uma dinâmica intensa entre os discursos interior e exterior, uma interação constante, própria à atividade mental, em que objetividade e subjetividade se entrelaçam, produzindo um único fenômeno. Tanto os discursos influenciam o que ele chama de “ideologia enformada”, ou seja, a ideologia das instituições, as normas sociais às quais estão todos submetidos, quanto são influenciados por ela.

Utiliza Bakhtin a denominação de “ideologia do cotidiano” para designar o discurso interior e o exterior, a atividade mental voltada para a vida cotidiana, assim como sua expressão. Para ele, “essa ideologia do cotidiano é mais sensível, compreensiva, nervosa e móvel que a ideologia enformada, oficial” (BAKHTIN, 2004, p. 88) Para o autor, entretanto, ela “tem tanto a ver com a base econômica e social e se sujeita às mesmas leis do desenvolvimento quanto às superestruturas ideológicas [...]” (Ibidem, idem).

Percebe-se que o autor, ao falar sobre ideologia, entende-a como estímulos sociais estabelecidos pelo desenvolvimento histórico e consolidados como normas, regras, moralidades, preferências estéticas etc. Tais normas são impregnadas pela estrutura social que as gerou e servem à organização de classes, determinando elas as atitudes e posturas dos homens, o que permite, assim, falar em comportamento de classe.

Em seu texto de 1969, ao tomar como referência a tese de Althusser, presente em sua obra “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”, de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”, Pêcheux afirma: “O que ela designa é exatamente que o ‘não-sujeito’ é interpelado e constituído em sujeito pela ideologia”. Todavia, enquanto Althusser não apresentava um interesse específico pela linguagem, Pêcheux empenhou-se em estabelecer a relação entre linguagem e ideologia. Então, teve como preocupação central em sua fase inicial, conhecida como Análise Automática do Discurso, o estabelecimento do vínculo entre o discurso e a prática política, vínculo esse que não prescinde da ideologia.

Segundo Silva (2007, p. 289), para alcançar esse intento, ele buscou “[...] a formulação de Althusser sobre o paralelo entre ‘a evidência da transparência da linguagem e o efeito ideológico elementar’, a evidência segundo a qual somos sujeitos”. Cita, então, Henry (1990) que diz que, ao traçar tal paralelo, Althusser não definiu a relação entre linguagem e ideologia. Deve-se isso a Pêcheux, “[...] quando introduz o discurso e tenta desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de análise do discurso”. E acrescenta: “Com efeito, a problemática da ligação entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, mesmo sofrendo reformulações, vai perpassar toda a obra de Pêcheux” (SILVA, 2007, p. 289).

A ideologia age sobre os indivíduos através de mecanismos que, funcionando nos “rituais materiais” do cotidiano, operam transformações, produzindo evidências de autonomia, de unidade e de transparência de sentido, efeitos ideológicos da interpelação do indivíduo em sujeito, o que se dá através da linguagem, ou seja, dos discursos.

A teoria de Pêcheux lança, na Lingüística, a idéia de um sujeito não-idealista, que se insere nas relações de classe e se constitui em sua relação com a ideologia, apontando outras questões relevantes, como os conceitos de condições de produção dos discursos, de lugares sociais, de formações imaginárias etc.

Na proposta pecheuxtiana, estavam presentes as lutas de classe como motivadoras da história. Daí sua inquietação em relação à política e, também...

[...] com relação às ideologias dominantes e dos dominados, pois tinha clareza de que não se tratava de ideologias separadas como se as classes existissem antes das lutas de classes, uma vez que este filósofo entendia que era no confronto que elas se constituíam e também configuravam suas práticas específicas (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 60).

Em 1975, Pêcheux tenta articular ideologia e inconsciente, ou seja, as teorias de Althusser, da interpelação do sujeito, e de Lacan, do sujeito como efeito do inconsciente. Considera, então, a posição do sujeito que enuncia e acrescenta, a seu caráter social, a

dimensão do inconsciente. Contudo, observa que ideologia e inconsciente têm como característica comum a simulação de suas existências no âmago de seus próprios funcionamentos, “produzindo um tecido de *evidências ‘subjetivas’*, isto é, “nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 152-153, destaques do autor). Ambas as evidências, do sujeito e do sentido, constituem efeitos ideológicos, assevera Pêcheux, que não concebe a constituição do sujeito e do sentido de forma separada, mas como um processo em que se imbricam e sofrem determinações idênticas.

Também em 1975, Pêcheux e Fuchs (1993) definem o quadro epistemológico da AD, quando articularam o materialismo histórico, a Lingüística e a teoria do discurso, aprofundando e sistematizando o conceito de ideologia, além das noções de formação ideológica e formação discursiva, ao discorrerem sobre interpelação ou assujeitamento. Para eles, a ideologia evidencia-se por ter uma materialidade própria, vinculada à materialidade econômica, sendo vista como condição essencial para a reprodução e a transformação das relações de produção.

Em seu percurso teórico, Pêcheux sente a necessidade de rever algumas de suas posições e conceitos, afastando-se da concepção reprodutora de ideologia e subjetividade. Isso o levou a reexaminar as formações discursivas (FD), num primeiro momento, ligadas à proposição de Foucault, que passam por reformulações, sofrendo perdas, acréscimos, substituições. A idéia de forma-sujeito do discurso passa a refletir a alteridade, posto que contempla diferentes posições do sujeito. O sujeito do discurso fragmenta-se entre as posições que pode assumir na FD. Daí o conceito de posição-sujeito com respeito à heterogeneidade de uma FD.

Pêcheux adentra nova fase, com outra preocupação, a heterogeneidade discursiva, em que ele submete sua teoria a intensas reflexões e questionamentos. Nessa etapa, o sujeito do discurso é redimensionado, pois, ao considerá-lo atingido por forças exteriores, dá-lhe nova expressão, atribuindo-lhe as faculdades de descentrar-se e assumir outros papéis no discurso.

Ao tentar promover a união entre ideologia e psicanálise, considerando a idéia de um sujeito de caráter estruturalista, muitas questões se acendem na AD, colocando-se novas dificuldades para o analista. Se, por um lado, torna-se difícil o entendimento de um sujeito que reúne características de certa complexidade (descentrado, cindido, sem liberdade, desejante, afetado por conflitos decorrentes do processo histórico e da atividade do inconsciente), por outro, a inserção do inconsciente remete o estudioso a ponderar sobre o atravessamento do outro/Outro, a incompletude da língua, a impossibilidade de estagnar os

sentidos, acolhendo os equívocos, as contradições, os lapsos e as falhas, como imprescindíveis aos discursos. Para Orlandi (1999b), o encontro entre ideologia e inconsciente tem sua expressão na materialidade da língua.

Ademais, coloca-se outro impasse à AD: a admissão de um sujeito constituído pela ideologia e pelo inconsciente traduz a idéia de impossibilidade de um sujeito consciente, capaz de monitorar seus discursos e de fazer escolhas, o que, em parte, reduz a possibilidade de o analista interpretar determinadas questões, como, por exemplo, a de apontar a presença de alguns lances conscientes nos discursos femininos, objeto deste trabalho, quando saem da reclusão e surgem em espaços públicos, após anos de silêncio.

Daí o motivo de buscar-se a articulação entre a teoria de Pêcheux e outras doutrinas que tratam da constituição da consciência nos sujeitos, tais quais as de Lukács e Bakhtin. Essas teorias apresentam convergências, sobretudo por tratarem o homem como ser social, histórico e, por conseguinte, ideológico. De fato, cada autor tem sua visão própria sobre ideologia, entendendo-a como posição social, de classe, ou individual. Contudo, entre essas visões, verifica-se algo em comum, a ação da ideologia sobre os homens, seja orientando, selecionando, hierarquizando os elementos culturais (Lukács), seja servindo à organização de classe, determinando o comportamento do homem (Bakhtin), seja interpelando-o e constituindo-o sujeito (Pêcheux).

No entanto, segundo Orlandi (2007, p. 94), Pêcheux...

[...] considera teoricamente impossível entender ideologia como “consciência de grupo, uma representação de mundo, um bloco de idéias válidas para uma sociedade ou uma classe”, por considerar que se trata de processos que atravessam a formação social de diferentes formas, de modo que esta não se apresenta como um todo identificável na estrutura social.

Entende-se que, se não é a ideologia o que origina e une os grupos, seriam os interesses comuns a todos. Levando-se em conta o entendimento de Pêcheux, poder-se-ia afirmar que as ideologias surgem dos interesses comuns, mas por motivos díspares, porque dizem respeito a entendimentos e ambições individuais. Por seu lado, seriam as coincidências de ideologias, ou seja, de entendimentos e ambições individuais que produziriam o senso comum, o sentido consuetudinário das regras, e que geraria novos interesses, realimentando-se e inovando-se, assim, uma dinâmica que é causa da evolução do grupo. Todavia, são as ideologias que alimentam os discursos, e, por isso, são eles os agentes da realimentação e da inovação. O discurso realimentador aprimora o regime vigente, torna-o mais eficaz, enquanto o inovador direciona-se à transformação do regime, é agente de mudança.

Em uma parte do capítulo dedicado à ideologia, de *Les vérités de la palice*”, Pêcheux dá destaque às “condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção” e esclarece: “Ao falar de ‘reprodução/transformação’, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo princípio é a luta de classes”. Entende Maldidier (2003, p. 49) que, ao acrescentar “a palavra ‘transformação’ na fórmula consagrada utilizada por Althusser sobre a reprodução das relações de produção, ele tentava desmanchar as interpretações funcionalistas que o texto althusseriano não parava de suscitar”.

Pêcheux (1988), também, contrapõe-se a uma posição econômico-determinista dos mecanismos ideológicos, que, segundo ele, não permitiria entender as contradições no sistema, embora não ignore que elas “condicionam ‘em última instância’ essa reprodução/transformação, no próprio interior da produção econômica” (Pêcheux, 1988 p. 143-144).

Em todas as teorias expostas acima, verifica-se um entendimento comum e fundamental, o de que a linguagem e, por conseguinte, os discursos são causas e efeitos de práticas históricas dos homens e constitutivos da subjetividade humana. Se Lukács e Bakhtin evidenciam a intrincada relação entre objetividade e subjetividade, na constituição da linguagem e da própria subjetividade, Pêcheux, embora não enfatize essa relação de forma direta, torna-a implícita, ao falar em exterioridade constitutiva, em condições de produção dos discursos, em história.

Sem dúvida, cada autor tem suas peculiaridades, seus posicionamentos específicos. As divergências são próprias ao saber humano. Daí a questão da consciência não constituir uma preocupação comum para os três estudiosos, mas apenas para Lukács e Bakhtin. Pêcheux segue por outros caminhos, mas não a descarta completamente. Tanto assim que, ao descrever os esquecimentos constitutivos dos sujeitos, no número 2 (em que o sujeito, ao enunciar, seleciona entre enunciados, formas e seqüências, ou reformula seu dizer), os níveis pré-consciente e consciente emergem em suas próprias palavras, ao dizer que ele “se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente” (PÊCHEUX E FUCHS, 1993, p. 177).

Enfim, como diz Orlandi (2007), a importância maior ou menor do conceito de ideologia depende da capacidade de a teoria dar suporte à relação do discurso com os pressupostos do materialismo histórico. Todavia, percebe-se que as teorias sempre deixam lacunas, brechas a serem preenchidas, de acordo com o objeto pesquisado, os objetivos visados e o alcance a que se quer chegar. Daí a necessidade de recorrer a outros autores que,

não fugindo do materialismo histórico, preenchem os espaços vazios e dão consistência ao estudo pretendido.

1.3. LÍNGUA E DISCURSO

A língua fornece os fundamentos necessários à manifestação do discurso, ou seja, é a possibilidade de o falante se expressar através do uso do sistema lingüístico, com seu conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas disponíveis. Pêcheux (1988), entretanto, reconhece que, embora a língua tenha ordem própria, sua autonomia é relativa, pois o trabalho sobre os discursos não se limita à utilização dos recursos lingüísticos, uma vez que se estende, também, à sua confluência com o acontecimento, em que atualidade e memória se encontram e recuperam os efeitos de sentido determinados pela história. Nesse sentido, salienta-se que a AD, em sua perspectiva teórica, presume que as relações histórico-sociais fundam e intervêm no funcionamento lingüístico.

De acordo com Ferreira (2000, p. 36), ao opor língua e fala, Sausurre separa o social e o histórico. “[...] a língua, como ‘fato social’, nada tem a ver com a historicidade e o sujeito. Já a fala, como ‘ato individual’, acessório, ocasional, nada tem de social”. Para a autora, isto se dá de forma distinta na perspectiva da AD, o social e o histórico são inseparáveis, pois se encontram juntos no discurso. Cita, então, Orlandi (1986), para quem o conceito de discurso produz uma ruptura com a teoria saussureana e exerce um deslocamento significativo na relação de oposição estabelecida pela Lingüística. Assim sendo,

Língua e discurso não se opõem; mas se contradizem. Por isso mesmo é que a língua na AD tem autonomia relativa, o que submete o sistema a leis internas, objeto da lingüística. Sobre essa base (que Pêcheux chama de lugar material) é que vão se realizar os processos discursivos (produção de efeitos de sentido) (FERREIRA, 2000, p. 36).

A AD delinea seu objeto de estudo, distinto do da lingüística imanente, que tinha como objeto maior a língua em si e por si mesma. Pêcheux, na construção de seu objeto, o discurso, preocupou-se com o político, apreendendo a vinculação necessária entre política e história. Dessa forma, a AD constituiu seu domínio teórico sem perder de vista algo que lhe é basilar: a relação sujeito, linguagem e história. Nasce, portanto, na esperança de exercer uma

intervenção e, por conseguinte, uma mudança. Nasce como prática regulada pela ordem da língua e da história.

Orlandi (1996) propõe a distinção entre a ordem da língua da ordem da história e explicita-as: “ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica”. Enfim, duas materialidades (uma concreta e outra abstrata) que se imbricam na constituição de uma prática, interessada em compreender como se produzem os sentidos. E a própria autora procura responder a esse interesse, ao dizer que só é possível entender a organização da língua (sintaxe, semântica, estilística etc.), quando se atina para “[...] a necessidade de se considerar que a língua significa porque a história intervém, o que resulta em pensar que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história” (ORLANDI, 1996, p. 46).

Ora, se a língua é uma manifestação humana e seus sentidos advêm da relação entre o sujeito e a história, o discurso representa a materialização das formações ideológicas, desde que é um lugar de expressão da palavra, espaço em que os interlocutores se revelam, “ganham existência” e a elas dão sentido. O seu significado não se encontra apenas na relação entre os termos e segmentos que o compõem, mas no espaço discursivo em que se desvela o dinamismo das relações e das forças sociais e em que a materialidade ideológica se manifesta. Em consequência, o discurso constitui o espaço das mediações, em que novos sentidos são atribuídos às palavras a partir da re-significação dos já existentes.

Por ser uma das formas de manifestação da ideologia, o discurso tanto responde às demandas das relações entre os homens na produção e reprodução de sua existência em sociedade, como traz, intrinsecamente, as marcas das condições em que é produzido.

No âmbito do materialismo histórico, o discurso se configura como uma prática, o que implica considerá-lo no interior de um sistema de formações sociais. Malidier, Normand e Robin (1997, p. 82) definem o discurso como uma prática advinda “[...] de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas”.

Para Pêcheux, “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas se faz necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis” (1969, p.16). Sem dúvida, não se pode tomar um discurso como algo encerrado em si mesmo, isolado de outros existentes, tanto os do mesmo momento histórico, quanto os de momentos anteriores ou posteriores. Há entre os discursos uma cadeia, um nexo causal, que lhes determina o sentido, daí a necessidade de, ao interpretá-los, relacioná-los entre si para melhor compreendê-los.

O discurso de um indivíduo é, também, um recorte de representações de sua realidade, do espaço e do tempo em que vive. Sua análise não pode desvinculá-lo dessas circunstâncias. Da mesma forma, considera Pêcheux (1988) que o sentido das palavras não é próprio, nem literal, pois é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidos.

Ora, isso implica considerar, além dos fundamentos lingüísticos, os histórico-sociais: o momento histórico, as ideologias que se confrontam entre classes, as circunstâncias sociais e, particularmente, políticas em que o discurso foi produzido. É pertinente, portanto, o que diz Ferreira (2000, p. 28):

[...] língua e história constituem dois caminhos para um trabalho em AD. Posso tanto partir das evidências de uma materialidade, que é própria da língua, como partir do acontecimento, que é próprio da história. Onde esses caminhos vão se encontrar e como se dará a união ainda são questões em aberto na área.

Com efeito, como os acontecimentos produzem práticas discursivas, é perfeitamente admissível o que assevera Ferreira quanto ao fato de língua e história serem dois caminhos para a AD, não obstante assevere a autora ser ainda uma questão aberta o ponto de confluência dessas duas alternativas. Todavia, a própria prática discursiva já é, por si mesma, história, uma vez que ganha materialidade quando surge, torna-se acontecimento, fenômeno lingüístico. Dessa forma, é possível ponderar que os aspectos históricos e lingüísticos se entrecruzam, já que um acontecimento pode ser razão de discursos que, por sua vez, podem ser razões de novos discursos e, mesmo, de outros tipos de acontecimentos.

Ferreira, ao discutir a necessária relação entre língua e história, também faz referência à concepção de língua adotada pela AD: uma língua dinâmica que aceita transgressões, contradições, deslocamentos, feita de espaços discursivos não-estabilizados logicamente, nos quais se podem perceber pontos de deriva possíveis, considerados como modos de resistência da própria língua. Os gestos de interpretação permitem apreender a historicidade de seus sentidos.

O sentido do discurso, portanto, não está somente na relação entre seus segmentos, mas no espaço discursivo constituído pelos interlocutores, seres eminentemente sociais e históricos. Sua análise, portanto, deve levar em conta as condições de sua produção, que contêm tanto as determinações históricas desse discurso como os efeitos de sentido que incitam mudanças na realidade em que é produzido.

1.4. INTERPRETAÇÃO, LÍNGUA E HISTÓRIA

Pêcheux, no livro “Estrutura ou Acontecimento”, ainda que reafirme seu percurso pelo marxismo, mostra-se consciente de seus limites, e, como estudioso da linguagem, não se deixa intimidar pelo aprisionamento teórico, ao contrário, tenta redimensioná-lo buscando entrecruzar três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação na Análise do Discurso (AD). Assim, tenta ele estabelecer relações entre os espaços organizados, lógicos, estáveis e os das formações ambíguas, ilógicas, equivocadas, ao tempo em que também investiga as relações entre a descrição e a interpretação, observando suas aproximações e diferenças.

Ademais, faz também uma reflexão sobre a história, não lhe negando o cunho interpretativo, ao contrário, busca aprofundá-lo, na tentativa de compreendê-la criticamente. Atribui à história, portanto, uma função heurística, desde que ela revela o movimento de interpretação do homem diante dos fatos. A história deve ser encarada, então, sob o prisma da mobilidade, da mudança, investigando-se não apenas os fatos que a substanciam, mas as condições de produção que envolvem os que participam do processo de produção dos discursos e seus lugares sociais, além do conteúdo ideológico que os impregna.

Para o autor, uma análise estrutural pode muito bem se articular com uma análise histórica. Diz ele: “uma análise é estrutural quando ela estuda um sistema transformável e as condições nas quais suas transformações se realizam”. Está implícita em suas palavras a necessidade de ver a estrutura sob outro prisma, não apenas o da descrição (que nos dá a idéia de algo fixo, estático), mas o da interpretação (que nos sugere o dinamismo, a mobilidade, a transformação). Como é típico da AD, Pêcheux adentra os entremeios, sem esquecer-se de enfatizar, em sua reflexão, a materialidade constitutiva da língua e o acontecimento, intrínseco à história.

Ferreira (2000) nos adverte para a concepção de língua trabalhada na AD, chamando atenção para a importância dos gestos de interpretação na apreensão da historicidade de seus sentidos:

A concepção de língua trabalhada na AD aceita transgressões, é capaz de contradições, de deslocamentos, escapa a uma estruturação lógico-matemática categórica. Os espaços discursivos por ela percorridos são aqueles não-estabilizados logicamente, nos quais se podem perceber pontos de deriva possíveis dos enunciados. Tais pontos constituem modos de resistência da própria língua e vão ter a historicidade de seus sentidos apreendida através de gestos de interpretação (FERREIRA, 2000, p. 28).

Não se pode conceber a língua separada da história. Todo usuário da língua insere-se em um tempo e um espaço circunscrito e não pode fugir dessa contingência, que o caracteriza como um ser histórico e social. A língua é história e faz história. A materialidade discursiva é, ao mesmo tempo, lingüística e histórica.

O analista do discurso, além de levar em conta esses fatores, não pode interpretar os acontecimentos sob um único ângulo, nem tomar certo discurso como parâmetro para os demais, uma vez que todo discurso é, por natureza, heterogêneo. O indivíduo, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas “posições do sujeito” que se esteiam em ideologias, uma vez que o sujeito é socialmente constituído.

Daí a importância de se buscarem as condições de produção dos discursos femininos da década de 30, do século XX, em Sergipe, uma vez que o sentido do discurso se constitui no espaço discursivo em que os interlocutores se movem em dado momento e só pode ser entendido se inserido em sua conjuntura histórico-social.

1.5. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS FEMININOS EM SERGIPE

O senso comum concebe a história como um acúmulo de acontecimentos que substanciam a vivência do indivíduo, a perspectiva que ele tem de si mesmo, das pessoas e das coisas que o cercam, do mundo. Reúne, portanto, as referências pontuais para seu existir, em outras palavras, é o tempo que o sujeito constrói para si, embora não seja só dele, desde que é partilhado com outros.

A memória pode ser entendida, em certos aspectos, como a ordem dos elementos significantes que se estabelecem segundo os níveis de intensidade dos acontecimentos experimentados, fundamentando-se em valores, necessidades, aspirações etc. É a vida em coletividade que permite aos indivíduos horizontes comuns, o que permite falar em memória comum a vários indivíduos.

O obscurecimento de determinados fatos e a valorização de outros, ainda que imaginários, depende das continuidades ou descontinuidades experimentadas pelo grupo, mas, também, dos avanços dos estágios de organização, de tendências, preferências ou desígnios daqueles que predominam sobre os demais, quando já existem classes sociais. Não por outros motivos, a história sistematizada, aquela reconhecida como disciplina do conhecimento, dificilmente se desvincula da perspectiva dos dominadores, dos vitoriosos, pouco importando o âmbito de ação.

Halbwachs (1990, p. 80-81) considera a história como “a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens”, fatos esses eleitos conforme as necessidades ou regras que se conferiam aos círculos de homens que guardaram deles a lembrança viva. Contudo, para ele, geralmente, “a história começa somente no ponto em que se acaba a tradição, momento em que se acaba ou se decompõe a memória social”. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, só se dá quando há uma grande distância do passado. A história, portanto, teria, como um de seus escopos, “lançar uma ponte entre o passado e o presente e restabelecer essa continuidade interrompida”.

Ao falar sobre memória coletiva, Halbwachs diferencia-a da história. Inicialmente, porque a memória apresenta “uma continuidade que nada tem de artificial, desde que retém do passado apenas o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Considera, também, que a história divide a seqüência dos séculos em períodos, separando os grupos sociais, como se, de um período a outro, tudo fosse renovado (interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições e perspectivas para o futuro), não levando em conta que há um conjunto de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos e que, mesmo havendo interesses, orientações, pontos de vista, perspectivas distintos, as tendências se imbricam, se entrecruzam, resultando um tecido social que, mesmo renovado, traz resíduos do passado.

Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. O presente (entendido como estendendo-se por certa duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado, configurando-se dois períodos históricos vizinhos. Porque o passado não mais existe, enquanto que, para o historiador, os dois períodos têm realidade, tanto um quanto o outro. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta (HALBWACHS, 1990, p. 84).

Torna-se difícil precisar o momento em que uma lembrança coletiva desaparece, também quando, definitivamente, deixa a consciência do grupo, pois basta que se mantenha numa parte, mesmo limitada, do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali.

Um segundo aspecto que distingue a história da memória, segundo Halbwachs, é a existência de muitas memórias coletivas e apenas uma história. Mesmo que se distinga a história dos países (Brasil, Argentina, Paraguai etc.), ou a história de uma região, de um período, de uma cidade, o historiador se preocupa com a totalidade. O que justifica ao historiador a pesquisa de certo detalhe é que ele, somado a outro, resultará num conjunto que

se somará a outros conjuntos, em que nada se subordina a nada: “Qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida”.

Um historiador, na busca pela imparcialidade e objetividade, não considera os pontos de vista de grupos reais que existem ou existiram, para quem os diversos acontecimentos, lugares e períodos estão longe de apresentar a mesma importância, desde que não os afetaram da mesma forma. Ele se esforça em reunir um conjunto de fatos que poderá ser justaposto a outro conjunto, de modo que não haja, de um para outro, solução de continuidade e que, dentro do panorama total da história, se encontre não a reunião de vários pontos de vista nacionais sobre os fatos, mas a série e a totalidade dos fatos como eles são, independentemente de qualquer julgamento de grupo.

A história pode apresentar-se como memória universal do gênero humano, mas não existe memória universal. Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial (Ibidem, p. 86).

Além de tendências ou preferências por determinados acontecimentos na história, há que se considerar também a fragilidade da inscrição dos fatos na memória. Aproveitando os ensinamentos de Pêcheux (1999), é válido considerar, primeiro, que há acontecimentos que escapam à inscrição e, segundo, que há acontecimentos que são absorvidos na memória como se não tivessem ocorrido. É a esses últimos que nos referimos, retomando o que disse o filósofo francês: “É preciso que o acontecimento ou saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão” (Ibidem, p 50).

Ao falar sobre a necessidade de o acontecimento “deixar o domínio da insignificância”, Pêcheux remete-nos aos fatos que sobrevivem na memória social e que nem sempre são considerados numa análise histórico-discursiva. Se registrados na comunicação oral, não têm o mesmo peso que o registro escrito para o pesquisador ou, até mesmo, para o senso comum. Não é à toa que, em dito popular, se diz que “as palavras voam”.

Davallon (1999, p. 25) recorreu a Halbwachs, ao caracterizar a memória como “o que ainda é vivo na consciência de um grupo para o indivíduo e para a comunidade”. Sem dúvida, há fatos que se conservam vivos na memória coletiva ou na de pessoas idosas, mais vividas ou marcadas por eles. Segundo o autor, é necessária sua reconstrução “a partir de

dados e noções comuns aos diferentes membros da memória social”, pois o processo de inscrição do acontecimento na memória é frágil, sujeito a esquecimentos, a silêncios e silenciamentos. Não só livros, documentos escritos, imagens, filmes são operadores da memória social, há outros objetos culturais, como os da tradição oral: máximas, frases, poemas, quadras, canções, histórias, que, se reavivados, nos trazem elementos relevantes à compreensão de determinados acontecimentos discursivos.

Na tradição oral, em que o jogo da memória se realiza com maior intensidade, esses objetos culturais se manifestam e se gravam de maneira mais forte e direta do que na escritura, impregnando a consciência do grupo e nela se reordenando, se reelaborando no imaginário, nas palavras ou em conjuntos de discursos, atribuindo-lhes sentidos.

Para a análise do discurso, a memória “é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 1999, p. 64). Daí a necessidade de se buscar a memória do dizer, os interdiscursos muitas vezes postos à margem, que, retomados, dão ou acrescentam sentidos ao que dizemos.

Ao falar sobre os discursos femininos da Revista Renovação, um periódico dirigido por mulheres na década de 1930, em Aracaju, objeto desta pesquisa, faz-se necessário lançar mão da história e da memória não só sergipana ou nordestina, mas de toda uma conjuntura brasileira e mundial. Afinal, trata-se de um acontecimento, melhor dizendo, um acontecimento discursivo em que a língua e a história intervêm para produzir sentidos e, para melhor se ter uma interpretação desses discursos, é necessário visualizar esse momento de forma abrangente.

Por que a publicação de uma revista dirigida por mulheres pode ser tomada como um acontecimento discursivo? Conforme Orlandi (1999, p. 60), “o acontecimento discursivo desencadeia um processo de produção de sentidos, abrindo uma nova discursividade, produzindo efeitos metafóricos que afetam a história e a sociedade de maneira explosiva em várias direções: politicamente, culturalmente, moralmente”.

O discurso das mulheres sergipanas, publicado em revista específica, sem dúvida, é um acontecimento discursivo por vários motivos. Primeiro, porque rompe com os padrões da época. Raríssimas eram as manifestações públicas da mulher, especialmente através de jornais. A tradição impunha-lhe o lar como destino. Segundo, pelo fato de a revista Renovação mostrar um novo tipo de figura feminina: a mulher ilustrada, intelectual, sem a “inteligência apoucada”, estigma que tanto inferiorizava o mundo feminino. Enfim, por

refletir um momento da história brasileira, em que, em diversos locais do país, se dá a emergência de vários discursos semelhantes.

A voz feminina surge, então, como uma luz que ilumina sendas até então escuras, aponta em direções que exigem a conquista de direitos negados, o do pleno e irrestrito acesso à educação, o direito de votar e ser votada, o de concorrer a cargos públicos e vários outros. Iniciavam-se, por conseguinte, os questionamentos femininos organizados de maneira lógica, metódica, configurando-se um novo espaço de discursividade no seio social, produzindo efeitos de sentido que iriam, de alguma forma, afetar a sociedade, apontando para mudanças de ordem sociocultural.

No discurso, o espaço de atualidade se junta ao espaço da memória, evocando a lembrança do lugar tradicionalmente reservado à mulher na sociedade sergipana, suas funções de dona de casa, mãe e esposa, sua submissão ao pai ou ao marido, seu silêncio secular etc. Assim, a publicação de uma revista dirigida por uma mulher, adentrando o espaço público e tratando de questões nunca antes por elas aventadas (pois nem mesmo lhe eram permitidas), articula os espaços discursivos atuais e passados (a memória evocada), produzindo, em decorrência, novos sentidos. As reformulações repetem-se e atualizam-se, incluindo nos discursos que brotam tanto os pontos de estabilidade como os de deriva, provocando rearranjos nas filiações de sentido.

Embora não tenha sido explosiva, nem tenha contornos de uma revolução, a publicação de uma revista feminina foi um acontecimento inusitado, sobretudo em terras sergipanas, onde as mulheres sofriam pressões e preconceitos de diversas naturezas. Unirem-se elas ao movimento feminista nacional, abrindo espaço para discussão do seu papel social e provocando, mesmo que paulatinamente, alterações na forma de pensar e agir das pessoas, foi, sem dúvida, uma contingência, algo inédito.

Como, pois, explicar um acontecimento discursivo de determinada sociedade se não através de sua história, de seus hábitos e tradições e delineando-se o período em que se deu a ocorrência de tal fato, suas condições de produção? Ao analista do discurso importa buscar, nos entremeios das várias áreas do conhecimento, elementos que esclareçam suas questões, hipóteses ou afirmativas. Nada melhor, portanto, do que recorrer, neste momento, a fontes históricas para melhor clarificar a questão e atender à demanda que ora se apresenta.

Para entendimento do acontecimento discursivo a que fizemos referência, os discursos femininos da Revista Renovação do início da década de 1930, o recurso à história de Sergipe é fundamental, mas não somente à dita oficial, que nos traz a perspectiva de um ou de alguns historiadores e do lugar social em que se encontram. Queremos trazer à nossa

análise outros olhares, ressuscitando da memória coletiva, da tradição oral ou escrita, fatos ignorados ou marginalizados, na maioria das vezes, desconsiderados numa interpretação unilateral.

Assim, recorreremos aqui a obras que revelem não só a história de Sergipe em geral, referente ao período que interessa ao estudo, mas certas particularidades, de suma relevância, como a estrutura social e econômica da época, a educação, a família, sua organização e hierarquização, e, especialmente, a visualização do mundo feminino nesses âmbitos, além de outros aspectos.

Com tais pretensões, evidentemente, a memória pode ter papel determinante, uma vez que, nas histórias orais que se preservam, nos ditos populares, nos aforismos, no versejar popular, nas canções etc., identificam-se elementos de variada ordem, associados a fatos, perspectivas, princípios, preceitos morais e comportamentos que se consagram nos costumes, com ampla receptividade na tradição. Esses aspectos também se encontram presentes em artigos da revista em análise, tanto masculinos quanto femininos, e servirão de subsídios ao levantamento a que nos propomos.

A advogada sergipana, Maria Rita, dirigente da revista *Renovação*, em seu discurso de apresentação do periódico, já nos dá indícios de como procedia a sociedade sergipana da época:

Há, porém, grande parte da inteligência moça, que se atrofia, incógnita, nos nossos estreitos limites; que tem surtos de evolução e progresso, mas que se retrai e esconde, com o pudor, talvez de aparecer. Entre os homens isto, às vezes se dá, entre as mulheres é a regra geral. [...] “o provincialismo cria esse ‘pudor’ de ser mal visto pelos retrógrados, pelos ignorantes inconscientes e ninguém escreve, ninguém lê, principalmente a mulher, ou se lê, se escreve, é às escondidas para que não se saiba, a fim de evitar o ridículo” (MARIA RITTA, *Renovação*, 1931, n. 1, p. 3).

Percebe-se, nas palavras da advogada, consciência da mentalidade anacrônica e provinciana que, em pleno século XX, ainda vigorava em terras sergipanas, o sentimento de “pudor” que inibia a iniciativa de ler ou escrever, a ponto de escondê-los, se os faziam, era como se fossem atos ilícitos, que desabonassem suas imagens e caráter, isso principalmente entre as mulheres.

Em outro número, ela deixa transparecer o quanto depositava suas expectativas naquela revista que apresentava um projeto de conquistas, como a participação da mulher, que, “no ambiente autoritário e patriarcal em que vivera nunca tivera o direito à voz, à expressão, na produção literária e jornalística” (Ibidem, n. 2, p. 1).

Suas palavras são confirmadas pelas de Nunes (1984) que afirma ser a sociedade sergipana, desde suas origens, marcada pelo patriarcalismo e autoritarismo, fruto de uma estrutura socioeconômica latifundiária, de base agrícola, em que as decisões sempre couberam aos senhores das terras. Segundo a autora, durante todo o período colonial e imperial, a tutela, o conservadorismo e o preconceito fizeram-se presentes, controlando os comportamentos, definindo os papéis sociais e estabelecendo limites.

Ao gênero masculino, cabia tomar as decisões, fazer-se obedecer, assumir uma postura de força e superioridade, sobretudo intelectual. Somente a ele era admissível assumir postos de comando, receber dignidades e honrarias, escolher uma profissão; além de lhe serem permitidas todas as liberdades, inclusive a de ter mais de uma família constituída, o que era comum, sendo-lhe numerosos os filhos ilegítimos. Já à mulher, cabia o papel de submeter-se ao pai ou ao marido, recluir-se ao círculo estreito de uma vida doméstica: cuidar de casa, dos filhos, do marido, renunciando a uma vida social, ou mesmo ao sonho de saber ler e escrever, de ter uma profissão (NUNES, 1984).

Por muito tempo, não lhe foi permitido freqüentar a escola, aprender pelo menos as primeiras letras, pois não havia interesse em sua instrução, ao contrário, julgava-se que poderia até atrapalhar. À mulher, cabia, portanto, a submissão, a reclusão ao lar, o silêncio.

A tradição popular sergipana e nordestina, em seu cancioneiro, muito bem ratifica o que nos diz a historiadora e acrescenta-lhe alguns elementos bastante curiosos que auxiliam na construção das condições de produção históricas. Veja-se, por exemplo, o que prega essa quadra popular ainda corrente no século XVIII:

Menina que sabe muito
É menina trapalhada
Para ser mãe de família
Saiba pouco ou mesmo nada
(SILVA, 1992).

A mulher, em uma sociedade patriarcal como a nossa, exercia, até pouco tempo atrás, apenas a função de mãe e companheira. O papel exclusivo de reprodutora que lhe era atribuído, uma função de ordem biológica, era o fio condutor de todas as atitudes de uma sociedade patriarcal, que a colocava em completa dependência do homem e lhe ditava as ações, os comportamentos. Para que aprender a ler e a escrever, se a função precípua da mulher era ser dona de casa, mãe de família? A instrução poderia até atrapalhá-la em seus afazeres domésticos, não lhe permitindo desempenhar bem seu posto. Ainda no começo do

século XX, quando o acesso à escola já lhe era permitido, diziam os pais: “basta aprender o necessário para ler a receita de goiabada.” (PINA, 1994, p.28).

A obediência ao elemento masculino, que lhe ditava as normas de comportamento e lhe restringia o espaço que deveria ocupar, está registrada nessa canção, corrente na região nordestina ainda no século passado, em que o homem assume o papel de uma autoridade, até mesmo através do tratamento que lhe é dado (senhor tenente):

Menina, saia da janela
 Que a janela não é sua:
 “Ó chente, senhor tenente,
 Deixe a gente ver a rua”.
 - Menina, saia da janela,
 Vá pra dentro da cozinha
 “Ó chente, senhor tenente,
 Deixe a gente ver a vizinha”.
 (ROMERO, 1954, p. 510)

Conforme se verifica na canção acima, o espaço reservado à mulher era o interior da casa, onde cuidava das tarefas a elas destinadas: as do lar. As funções que se exerciam fora do âmbito doméstico cabiam aos homens; a rua, portanto, não devia ser de interesse para ela. Daí o motivo por que a janela não lhe era permitida. Diz Saffioti (1979, p. 168) que “[...] raramente, as mulheres da camada dominante saíam à rua, só deixando a casa praticamente para irem à Igreja, o que nunca faziam desacompanhadas”.

Senta aí bela menina
 vai cozer e vai bordar
 Que do céu há de cair
 uma agulha e um dedá
 O dedal será de ouro
 A agulha será de prata
 Palmatória de marfim
 Para o mestre castigar.
 (LIMA, 1977, p. 35).

A canção acima, fragmento do romanceiro da península ibérica *La Condessa*, subsistiu, ao longo do tempo, no cancionero popular nordestino, trazendo ecos de um interdiscurso já existente na Idade Média. Apresenta ela diferentes versões. Essa é uma das versões sergipanas. Observa-se que a menina, necessariamente, se submetia a um mestre (ou mestra) rigoroso, que podia até mesmo castigá-la. Geralmente, a própria mãe era a mestra, encarregada de passar o ofício de dona de casa para a filha, contribuindo, assim, para a manutenção do sistema vigente. As meninas, além de receberem do céu os instrumentos

utilizados para a execução do ofício de bordadeira, costureira, fiadeira, recebiam também uma palmatória, para serem punidas no caso de não o aprenderem.

Na versão paraibana, tais ocupações eram destinadas às meninas por Deus, que, além de enviar os utensílios essenciais ao seu desempenho (a agulha e o dedal), também enviava a palmatória, instrumento de castigo para quem não as aprendia. Para eximir-se de ser a mandatária do castigo, a mãe (ou alguém que assumia o lugar do mestre) o atribui a Deus para silenciar qualquer manifestação contrária, utilizando, assim, o nome divino para fazer valer a força de uma sociedade opressora:

[...]
 Que do céu há de cair
 Uma agulha e um dedá
 Palmatória de marfim
 Para Deus te castigar.
 (BATISTA, 2000, p. 45-46).

A escolha do marido não competia à mulher e sim ao homem. Seu querer não era considerado, por isso não se manifestava. Muitas vezes, nem mesmo aos rapazes era permitido escolher a futura esposa. Conforme Dantas (1980, p. 33), os chefes-de-família exerciam um poder absoluto sobre os filhos, procurando através dos casamentos aumentar o patrimônio econômico da família. Eram enlances matrimoniais de interesse. Muitas vezes as noivas desconheciam pessoalmente os seus futuros esposos.

À mulher cabia o dever para com sua família, se solteira, especialmente para com o pai, se casada, para com o marido, o que demonstra sua situação de inferioridade perante o sexo considerado forte. Na escolha para o casamento, levavam-se em conta, além do dote material, alguns atributos considerados indispensáveis à futura dona de casa: ser bela, cheirosa e ter prendas domésticas (saber cozinhar, costurar, bordar), para ser escolhida. Em relação a isto, verificamos alguns versos da tradição oral, em que se dão conselhos aos rapazes para escolha da pretendente, ou critérios de preferência por eles adotados:

Um conselho quero dar
 A todo moço convinente
 Não namore moça feia
 Que o feio pega na gente.
 (ROMERO, 1954, p. 557).

Quem quiser escolher moça
 Escolha pelo coser
 Aquela que aperta o ponto
 É sinal do bem querer.
 (ROMERO, 1954, p. 102)

Volte cá, meu cavaleiro
 Por ser um moço de bem
 Escolha nesse jardim
 Uma flor que lhe convém.
 (LIMA, 1977, p. 35).

Esta fede, esta cheira
 Esta é a flor de laranjeira (a grinalda era de flor de laranjeira, símb. Pureza)
 Esta mesmo é a que eu quero
 Para ser minha companheira.
 (BATISTA, 2000, p. 45-67).

Nas quadras populares acima, correntes em terras sergipanas, notam-se formações discursivas que refletem o discurso predominante sobre a mulher a ser escolhida como companheira, tais como: “não namore moça feia/ que o feio pega na gente”, “escolha pelo coser”, “escolha [...] uma flor que lhe convém”, “esta é flor de laranjeira” [...] para minha companheira”.

Como se ressalta nos versos, na escolha da companheira, são levados em conta vários fatores. Em primeiro lugar, havia o preceito estético: a mulher tinha que ser bonita, bem feita de corpo, pois, além de mais atraente e de atender à vaidade masculina, era, geralmente, mais saudável, boa parideira, podendo assim dar continuidade ao sangue e ter filhos fortes, resistentes. Em segundo lugar, tinha de ser boa dona de casa, boa esposa e boa mãe, apresentando, para tanto, as habilidades domésticas necessárias à manutenção de um lar harmonioso. Em terceiro lugar, levava-se em conta o princípio da conveniência: ser de classe social condizente com a do marido, ser bem nascida, ter posses etc. Enfim, existia o critério da pureza, simbolizada pela “flor de laranjeira”. Ser pura era, essencialmente, ser virgem, isto é, não ter mantido relação carnal com outro homem, ou mesmo, não ser namorada. Em suma, a flor que não se transformou em fruto.

Em artigo da Revista Renovação, “A mulher de ontem e de hoje”, de 24 de outubro de 1931, um homem, Rodrigues Maia Filho¹, fala sobre a condição feminina, estabelecendo um paralelo entre passado e presente. Transcrevemos aqui alguns trechos desse artigo, em especial os que se referem ao passado da mulher sergipana, por considerá-los bastante significativos para o estudo em pauta, desde que apresentam elementos da história e da memória sergipanas da época da Colônia e do Império, que ratificam a idéia de inferioridade e exclusão da mulher, o espaço e a formação escolar que lhe eram reservados:

¹ Embora dirigida por mulheres, a revista Renovação admitia a participação masculina.

A inteligência era, segundo alguns filósofos caturros, um dom, um privilégio dos deuses concedidos aos homens. É que a mulher dantanho, votada e devotada aos misteres caseiros, às funções adstritas do lar, vivendo exclusivamente no âmbito estreito da casa sem outro convívio senão o dos filhos e marido, sob o olhar severo e vigilante dos pais. Mal sabia as quatro operações aritméticas e gaguejar o terceiro livro de Felisberto de Carvalho, o pai, austeramente, concedia-lhe o diploma de formatura. Daí por diante eram o bordado, e a cozinha o complemento de sua rústica educação (MAIA FILHO, Renovação, 1931, n. 19, p. 1).

Como se vê, a mulher por ser considerada como um ser de inteligência fraca, ou mesmo sem inteligência, dom exclusivo dos homens, não servia para dedicar-se aos estudos, às ciências. Suas habilidades eram apenas de ordem física, mecânica, que não lhe exigiam nenhum esforço intelectual. Obrigada à reclusão no seio familiar, a mulher, em seu imaginário, incorporava idéias, práticas, padrões e valores da sociedade, inclusive a noção de inferioridade, e assumia as representações que dela se faziam. Por um lado, a ciência afirmava que ela tinha uma compleição frágil e doentia, em decorrência dos fenômenos que ocorriam em seu físico, como menstruação, gravidez, menopausa etc. Por outro, a religião, ao tempo em que exaltava as virtudes femininas, advertia que ela devia ser protegida, vigiada, orientada para não cair em tentação nem incitar outros à queda. Ademais as leis, tanto as formais como as consuetudinárias, não lhe davam autonomia, consideravam-na incapaz de decidir sua vida.

A repetição de tais discursos sobre a mulher, objeto da ciência, da religião, da legislação e dos costumes, leva os indivíduos a deles se apropriarem, transformando-os em objetos do próprio discurso, surgindo, assim, um interdiscurso que propaga a fragilidade feminina, a incapacidade de tomar decisões e de gerir a própria vida e que se alastra indefinidamente. Não é à toa que, ainda hoje, esses discursos sobrevivem.

As atribuições femininas voltavam-se todas para a realização de tarefas domésticas, o cuidado do lar, do marido e dos filhos, requisitos indispensáveis ao ideal feminino que a sociedade patriarcal construiu, reservando-lhe um lugar subalterno, inferior. Elizabeth Agassiz, em viagem ao Brasil com seu marido, um naturalista alemão, dá o seguinte depoimento ao conhecer a situação da mulher brasileira:

Efetivamente, nunca conversei com as senhoras que delas não recebesse as mais tristes confidências acerca de sua existência estreita e confinada. Não há uma só brasileira, que tenha um pouco refletido sobre o assunto, que não saiba condenada a uma vida de repressão e constrangimento. Além do círculo estreito de sua existência doméstica, nada existe para ela (*apud* NUNES, 1984)².

² Citação de nota de rodapé (NUNES, 1984, p. 47), retirada de Agassiz L. e Agassiz E. C., Viagem ao Brasil (1865-1866), p. 569. Companhia Editora Nacional: 1938.

A mulher se sujeitava às prescrições que lhe eram impostas em silêncio, sem direito à voz, à defesa. Não lhes era permitida a escolha, era-lhes imposto o assujeitamento à ideologia patriarcal, mas isso não impedia que se dessem conta de sua situação. Ou seja, só pela repressão eram contidas. Por longos anos, o seu discurso foi silenciado, sua fala se restringia ao interior de seu lar, no trato com as mucamas ou com os filhos. Pouco se dirigia ao marido, apenas o suficiente, sendo-lhe totalmente subordinada:

Tudo lhe estava vedado! – Vivia cercada pela muralha chinesa da vida doméstica, prisioneira dentro do círculo vicioso dos filhos e do marido. Julgavam a mulher um ser psicologicamente inferior, classificada na escala zoológica como um tipo intermediário entre o macaco de Darwin e o homem moderno! Era um objeto de luxo, um adorno, uma “coisa” bonita que enfeitava a casa!... (MAIA FILHO, Renovação, 1931, n. 19, p. 1).

Até mesmo a visão que se tinha da mulher era a de um ser intermediário entre o homem e o animal, que possuía características indistintas, indefinidas. Daí a atribuição de predicados que contribuíam para sua valorização negativa ou reificação, seja através de adjetivações, enunciados definidores ou uso de figuras de linguagem, mecanismos através dos quais a mulher era colocada no mesmo nível de objetos, coisas, adornos, seja através de comparações com outro animal (o macaco) que a colocam numa posição de inferioridade diante do homem, discriminando-a.

Ao ser comparada a um objeto de luxo, uma coisa bonita que enfeitava a casa, escamoteava-se a reificação da mulher através do uso de adjetivos de efeito positivo (de luxo, bonita). O funcionamento desses processos, utilizados para formação da imagem feminina, se caracterizava por utilizar mecanismos ambíguos, mas que operavam produzindo efeitos de sentido de negação, de discriminação e de exclusão do espaço público, que se sedimentaram historicamente.

Por outro lado, a maternidade era considerada o estado mais nobre e digno que a mulher poderia alcançar. Por isso era tão exaltada, a ponto de ser considerada uma santa e nobre missão. Mesmo assim, não bastava apenas ser mãe, era preciso ser “boa” mãe, reunir qualidades extraterrenas, ser um “santuário” de virtudes. Segundo Alves (1980, p. 55), o culto à maternidade, à “vocação natural”, mistifica a verdadeira prisão em que se manteve a mulher. Com ele, vem toda a qualificação das “características femininas.”. Contudo, conforme a sociedade da época, para ser mãe era preciso ser casada (a mãe solteira era desvalorizada, menosprezada).

Já as moças solteiras, especialmente as que não foram “agraciadas” com o casamento, as vitalinas, são vítimas de zombarias, como bem o mostra o cancionero popular de Sergipe e de outras regiões nordestinas, através dessa canção ainda presente em pleno século XX. Para elas, não resta alternativa senão procurar o convento ou ficar no “caritô”³:

(solo)

A moça de trinta anos
Procure logo o convento,
Sendo pobre ou sendo feia,
Não acha mais casamento.

(coro)

Bota o pé, Vitalina,
Vitalina, tira o pé
Que moça velha
Não sai mais do caritô...

(solo)

A que já passou dos trinta,
Sendo pobre ou sendo feia,
Não tem dotô que dê jeito
Vai ficar sem tê pareia.

(DÉDA, 2001, p.119)

Percebe-se, na cantiga acima, como o sentido construído reforça o papel de subordinação da mulher ao sexo oposto e reafirma as dificuldades e preconceitos que atingiam as mulheres, que tinham 30 anos de idade ou mais, principalmente aquelas que não conseguiam casamento por serem pobres ou não possuírem determinados padrões de beleza. Por outro lado, convém acrescentar, era freqüente o fato de pais conduzirem filhas, ainda adolescentes ou, mesmo crianças, às clausuras dos conventos por simples ostentação social (memória que perdurou até os anos 60 do século XX).

De acordo com Saffioti (1980, pp. 168-169), na época da escravidão, as mulheres brancas reuniam os requisitos essenciais para sujeitar-se ao pai ou ao marido sem contestar, pois, além de não terem estudo, eram imaturas, casavam-se tão jovens que aos vinte anos eram consideradas solteironas. As negras, em geral, submetiam-se ao seu senhor, a quem deviam total obediência.

³ . Segundo Houaiss, local imaginário onde se abrigam as solteironas.

O casamento representava, praticamente, o futuro mais desejado pela mulher. O convento era uma alternativa, a possibilidade de fugir ao jugo do pai ou marido, quando não era recurso do homem (pai ou irmão mais velho), que buscava solução para as moças problemáticas, inclusive as que não arranjavam casamento, ou, até mesmo, do marido que queria se livrar de esposa inconveniente. O viajante alemão Burmeister (*apud* FREIRE, 1990, p. 126) atestou: “[...] muitos brasileiros internam suas mulheres, sem plausível razão, durante anos, num claustro, simplesmente a fim de viverem tanto mais a seu gosto na sua casa com uma amante”. Além disso, é importante considerar:

Filhas de brancos pobres, sem herança e cercadas de preconceitos contra o trabalho, subsistem recorrendo ao comércio do próprio corpo. [...] Não apenas os emolumentos cobrados pelo clero para celebrar o matrimônio eram excessivamente altos comparados à pobreza da camada populacional, em questão, como também freqüentemente se praticavam abusos. Assim a precária situação econômica do contingente humano em apreciação era um óbice à constituição da família legal (SAFFIOTI, 1980, p.170).

Quando a idade avançava dos 30 anos, se não ingressassem no convento, as mulheres ficavam condenadas à pouca expressão, a de “tia” ou “dona” agregada à casa e à mesa, não obstante relevância adquirissem seus préstimos ao dia-a-dia familiar, como revela Gilberto Freire (1990, p. 126-127):

Nos sobrados, a maior vítima do patriarcalismo em declínio [...] foi a solteirona. Abusada não só pelos homens, como pelas mulheres casadas. Era ela quem nos dias comuns como nos de festa ficava em casa o tempo todo, meio governante, meio parente-pobre, tomando conta dos meninos, botando sentido nas escravas, cosendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casaduras iam ao teatro ou à igreja.

As diferenças de classe se respaldavam em critérios fidalgais e socioeconômicos. Além das parcas condições financeiras que conferiam aos indivíduos um lugar inferior na escala social, a raça e a cor também concorriam para isso. A condição de escravo, por exemplo, conferia ao negro a categoria de “coisa”, de objeto útil, de instrumento de trabalho, sendo-lhe negada a condição de pessoa humana, sem direitos de nenhuma espécie. A mulher negra era a maior vítima dessa coisificação, pois, além de exercer um papel no sistema produtivo de bens e serviços, exigia-se dela a prestação de serviços sexuais a seu senhor. Segundo Saffioti (1979, p.165) as negras “se destinavam à satisfação das necessidades sexuais do senhor enquanto às brancas cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos”. Exerciam, portanto, papéis sociais e econômicos distintos, mas complementares.

Nas grandes fazendas de cultivo da cana e do café, a posição da mulher se situava em duas esferas estanques, isoladas uma da outra por papéis sociais e econômicos bem definidos e ligados apenas pela inferiorização que sofria, de modo generalizado, todo o sexo feminino: de um lado, a mulher branca, membro dominado da classe dominante, cuja função era a procriação; e de outro a mulher negra, indígena ou mestiça, explorada como braço escravo e como objeto sexual (ALVES, 1980).

Em relação à educação feminina, diz Saffioti que a mulher, no período colonial, vivia um estado de indigência cultural. Nos séculos XVI e XVII, em certas regiões do Brasil, nem mesmo a língua portuguesa sabiam falar, expressavam-se na língua dos nativos, com quem mantinham maior convívio, pois viviam presas em suas casas, sem vida social e mundana de qualquer espécie, sem direito à instrução. O ideal de educação feminina restringia-se às prendas do lar.

Mesmo na Bahia, centro cultural do Brasil colonial, a instrução feminina era totalmente descuidada. Não havendo na Colônia escolas para meninas, só nos conventos poderia a mulher receber alguma instrução. Algumas moças da camada senhorial buscam, nos mosteiros de Portugal, a instrução que, aqui, não poderiam obter (SAFFIOTI, 1979, p. 190).

Algumas oportunidades de instrução laica para a mulher surgem com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, especialmente através de senhoras portuguesas, francesas e alemãs que, durante o império, contribuíram para a ilustração primária feminina, sobretudo de uma elite aristocrática, desde que os colégios para moças não tiveram muito desenvolvimento.

Ressalta Alves (1980) que, no segundo reinado, a sofisticação da Corte leva os pais a se preocuparem em dar às filhas “algumas pinceladas de cultura” que as habilitasse melhor a frequentar os salões. Sobretudo nas famílias recém-enobrecidas, que desejavam igualar-se à aristocracia européia, as moças aprendiam a tocar piano, ler e falar em francês e liam alguns romancistas e poetas, o que lhes acrescia certa prerrogativa no mercado casamenteiro. Entretanto, em todo o século XIX, a mulher não tinha voz própria, nem contava com alguma instituição pública ou com alguém que a representasse politicamente:

Sem ter como fazer prevalecer sua presença e os seus direitos enquanto ser social, ela se manteve todo o tempo excluída das preocupações dos grandes legisladores, bem como dos homens eminentes que gastavam o tempo a construir uma história de pretensões científicas. Essa história que mantinha para a mulher a segregação que ela já vinha arrastando de outros séculos, e a mesma alienação que lhe impedia qualquer tomada ou manifestação de consciência – cuidou de rebaixá-la ainda mais, enfatizando, em nome da

ciência, os traços físicos e as características psicológicas de sua inferioridade (DANTAS, 1999, p. 13).

Segundo Freitas (2003), em Sergipe, a mulher só adquire o direito à educação pública após a promulgação de uma lei imperial, em 15 de outubro de 1827, que cria escolas de primeiras letras em cidades, vilas e vilarejos para todos os cidadãos. O ensino, contudo, era voltado para o refinamento da educação doméstica e das prendas do lar. Ela, então, passa a ser aceita não apenas como aluna, mas também como professora das escolas de meninas, única função para a qual a julgavam capacitada, pois se acreditava que ela tinha habilidades inatas para cuidar de crianças, além de ser uma profissão mais compatível com sua constituição biológica, que se manifestava por sua vocação à maternidade. Contudo exigia-se que tivesse uma conduta irrepreensível em relação aos padrões morais da época. A representação que se fazia da professora era de “mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada” (FREITAS, 2003, p. 26). Se contrariasse os interesses sociais e transgredisse as convenções estabelecidas, era impiedosamente punida. Essa memória atravessou muitas épocas e ainda é presente em nossos dias.

Nunes (1984) conta o exemplo de uma professora da Vila do Rosário, suspensa de sua função por trinta dias, por estar grávida sem ser casada. Ao encaminhar o pedido ao presidente da Província, o Inspetor Geral da Instrução argumentou que a sociedade não podia perdoar a professora “por tão grave falta de ser mãe solteira”. Outro caso a que Nunes faz menção é o de outra docente da capital, denunciada por permitir aula mista, mesmo sendo seu filho o único varão presente. O caso foi considerado de extrema gravidade, e anunciado no *Correio Sergipense*⁴ “pelo quanto de repugnante, pungente e revoltante será aos pais, ciosos de suas famílias, que suas filhas aprendam em aulas onde concorram meninos ao mesmo ensino” (Ibidem, p. 75).

Observam-se atitudes, discursos eivados de preconceitos, típicos de um poder dominante, que decidia o que era permitido e o que era proibido a seus membros. A repetição desses discursos, em decorrência de sua utilização e adequação à multiplicidade dos contextos, serviu de suporte à construção de novos sentidos, alcançando eles, com o tempo, a regularidade, o reconhecimento e, por conseguinte, identificação:

A regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador [...]. É preciso admitir esse jogo de força simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição.

⁴ *Correio Sergipense*, n. 398, de 5 de dezembro de 1853

[...] é engendrando, a partir do atestado discursivo, paráfrases, a considerar como derivações de possíveis em relação ao dado, que a regularização estrutura a ocorrência e seus segmentos, situando-os dentro de séries (ACHARD, 1999, p. 14).

O interdiscurso resultante dessa dialética entre repetição e regularização, contribuiu para a manutenção da ideologia patriarcal, construindo sentidos que se sedimentaram na tradição oral e escrita, enfim, na história. A ideologia, imbricada nas formações discursivas, exerceu seu papel de interpelante, resultando, assim, uma forma-sujeito histórica⁵. No caso em questão, denominaremos a forma-sujeito histórica patriarcal, correspondente ao sujeito preso a uma condição de submissão ao patriarca, caracterizada pela ausência de direitos e pelo fardo dos deveres. O termo patriarcal refere-se, portanto, ao patriarcado, o tipo de organização familiar em que o pai ou um herdeiro masculino de sua escolha exercia o domínio da família.

A família patriarcal, surgida com o advento da propriedade privada, [...] mostrava-se no Brasil colonial e monárquico em toda a sua punjança. Senhor de grandes extensões de terra, dominador de quantos nela habitavam e delas viviam, fossem escravos, agregados, filhos ou mulher, o homem branco da classe dominante tinha o poder total do patriarca (ALVES, 1980, p.86).

No patriarcalismo, os laços sociais se estabelecem por dependência, através de vínculos e compromissos pessoais, em que a autoridade do mais forte, o senhor, prevalece sobre os demais e para quem todos têm obrigações e devem obediência pessoal.

1.6. DO SILÊNCIO AO DISCURSO

O que representa o silêncio no contexto da comunicação humana? E nas relações interpessoais? Na verdade o silêncio pode acolher, em si, vários significados: omissão, adesão, submissão ou resistência, entre outros talvez. Omitir-se é deixar de manifestar-se ou de pronunciar-se, passar em silêncio. Aderir é consentir, aprovar o que o outro diz. Submeter-se tanto pode dar a idéia de sujeitar-se, de acatar a idéia de outrem, como de render-se, após ter travado uma contenda, um debate. O silêncio é uma linguagem muito mais complexa que a expressão da face ou do olhar, pois nele oculta-se o silenciado. O silêncio não é um mero complemento da linguagem, ele tem significação própria. Por não termos conhecimento do que nele se esconde, podemos atribuir-lhe diferentes sentidos.

⁵ Expressão tomada de empréstimo a Orlandi (1999, p. 61). Conforme a autora “da interpelação do indivíduo pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica”.

Orlandi (2002) em seu livro “As formas do silêncio”, apresenta uma interpretação nova para o silêncio no campo da lingüística. Relacionando-o à história e à ideologia, tenta ela libertar o silêncio do sentido passivo e negativo que lhe foi atribuído nas formas sociais de nossa cultura, relegado que foi a uma “posição secundária como excrescência, como o “resto” da linguagem” (p. 12). Propõe, então, abordá-lo pelo que ele é, colocando-o em um plano de destaque e tomando-o como mais que um complemento da linguagem, desde que ele tem um “caráter necessário e próprio”. Ademais, atribui-lhe, ainda, a garantia do movimento dos sentidos, ao dizer: “cruzam-se indistintamente no silêncio, movimento e relação incerta entre mudança e permanência”.

O silêncio, portanto, é considerado como matéria significativa por excelência, um “continuum significante”, desde que a existência da linguagem implica, também, sua existência. Seria ele o estado primeiro, surgindo a palavra como movimento em torno, constituindo, portanto, parte de um processo de significação, isto é, do discurso:

[...] a palavra imprime-se no contínuo significante do silêncio e ela o marca, o segmenta e o distingue em sentidos discretos constituindo um tempo (tempus) no movimento contínuo (aevum) dos sentidos no silêncio. Podemos dizer que há um ritmo no significar que supõe movimento entre silêncio e linguagem (ORLANDI, 2002, p. 25).

Nesse sentido, ele é tomado, na linguagem, como sinal da incompletude, produzindo a possibilidade de múltiplos efeitos de sentidos. Por nem sempre ser diretamente observável, sua análise é um tanto complexa, pois não há marcas formais que o assinalem, apenas pistas, traços, que nem sempre são perceptíveis a olhares de pesquisadores incipientes. Às vezes, ele se mostra fugazmente, através de fissuras e rupturas, de falhas no discurso. Daí Orlandi advertir da necessidade de “deslocar sua análise do domínio dos produtos para os processos de produção de sentidos”, o que é possível através de um método histórico e do apelo à interdiscursividade, pois há, no silêncio, tanto um aspecto cultural, como determinações históricas e políticas que nele se inscrevem. Para compreendê-lo, em sua essência, é necessário o entendimento de ambos os aspectos.

Olhar o silêncio sob uma perspectiva discursiva implica, portanto, uma revisão de conceitos e de categorias a ele relacionadas. Considerar-se-ão, aqui, apenas as duas categorizações das formas de silêncio propostas por Orlandi (Ibidem, p. 54-55). São elas: o “silêncio fundante”, ou seja, aquele que alicerça os processos de significação, uma vez que eles têm uma relação necessária com o silêncio e a “política do silêncio”, o silenciamento, segundo a qual o sujeito, ao dizer, estará necessariamente omitindo outros sentidos, desde que

eles são produzidos de um determinado lugar, a partir de uma posição do sujeito. Nessa última categoria, situam-se: o silêncio constitutivo, essencial à linguagem, desde que a escolha de uma palavra apaga necessariamente outras palavras; e o silêncio local, relativo à censura, ao proibido de se dizer em certa conjuntura. “Aí entra toda a questão do ‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc.” Na verdade, “o silêncio tanto pode fazer parte da retórica da dominação, a da opressão, como da retórica do oprimido, a da repressão”.

Partindo das reflexões de Orlandi e fazendo referência ao longo silêncio das mulheres sergipanas que, por tanto tempo, mantiveram-se caladas, não se manifestaram através de meios escritos, tendo-se em vista que não há referências a mulheres na literatura, a não ser no final do século XIX, é que questionamos: O que significou o silêncio secular das mulheres sergipanas? O que as levou a se calarem durante tanto tempo? Por que o seu discurso só emerge no final do século XIX e início do XX?

O silêncio das mulheres sergipanas, em nosso ponto de vista, não representa o nada, o vazio histórico. Há nele determinações de ordem cultural, assimiladas pela tradição, pois decorre não apenas de comportamentos circunstanciais, próprios às articulações entre as pessoas, mas, principalmente, da configuração histórica de uma sociedade patriarcal e oligárquica.

O estudo da história e da memória sergipanas muito bem elucidada o motivo do silêncio feminino: o sistema patriarcal, em que tudo e todos giravam em torno do patriarca a quem se devia total submissão; as condições biológicas das mulheres sedimentavam um tabu pré-construído que as mantinha presas aos seus deveres de esposa e mãe e reclusas no interior dos lares; a falta de acesso à educação; a carga ideológica a que estavam sujeitas que lhes conferia um estatuto de incapazes, de inferiores; além de um ambiente de censura, avesso a manifestações, principalmente as femininas, que as impedia de se revelarem através de seus discursos, em alguns casos, até mesmo, os orais.

Havia ainda a censura tácita que se fazia às mulheres que ousavam escrever, publicar. Na verdade, uma política do silêncio. Publicar significava adentrar no espaço público e político, destinado aos homens, abandonando o seu espaço: o do lar, da intimidade, da privacidade. Sem alternativa, que outra atitude lhes restava, senão silenciarem?

Pode-se considerar que há um silenciamento que decorre da relação dominação-submissão, o “fazer calar”, em que prevalece, de um lado, a opressão e, de outro, o consentimento. Porém, há o silenciamento pretendido como contestação e resistência ao ato opressor, “o fazer-se calar”, a atitude de quem silencia a si próprio. Orlandi muito bem

acrescenta: “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta do silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa para não deixar dizer ‘outras’” (Ibidem, p. 55).

Em suma, os silenciamentos, embora tenham uma única materialidade, não possuem uma só interpretação. Eles evocam sentidos múltiplos, e tanto podem remeter à palavra tirada, à obrigação de dizer ou de calar ou, ainda, a do nada dizer, porque assim quer quem ‘se’ silencia. Na interpretação do silêncio, é necessária a percepção do movimento incessante dos sentidos que nele se esboçam, assim como a dialética, que, na compreensão da realidade, apela para sua essência contraditória e em permanente mudança. Na verdade, o silêncio reflete a constituição também contraditória e incessante do sujeito que, através de indícios conscientes ou inconscientes, deixa transparecer o histórico e o ideológico das relações que estabelece com os outros e com o mundo. O silêncio, portanto, pode se configurar como manifestação consciente ou como efeito do inconsciente⁶, fruto da entrada do indivíduo numa ordem significativa que ficou assinalada, dando suporte material para que os sentidos surgissem. Segundo Mariani (2003, p.8), [...] “o assujeitamento ao jogo dos significantes, do ponto de vista discursivo, se faz na relação da língua com a história [...] a produção de sentidos se encontra inscrita nessa rede de significantes encarnados historicamente [...]”.

O silêncio, embora não se caracterize como língua, por não usar a palavra, é linguagem e, portanto, simbólico. As representações simbólicas, ao se tornarem históricas e ideológicas, ganham sentido e “produzem uma consistência imaginária para o sujeito, ou seja, ficam impregnadas de evidências. [...] essa consistência imaginária só pode ser concebida porque já há um remetimento ao simbólico, ao campo do Outro⁷ (Ibidem, p. 9-13)”.

No silêncio das mulheres sergipanas, estão inscritas as evidências de um imaginário cultural que produziu o efeito de sentido de silêncio como submissão. A subversão desse efeito só se torna possível quando o sujeito, de forma consciente, tenta imprimir-lhe um significado novo. Esse novo significado provém de um silêncio consciente, de uma intencionalidade, que corresponde a negar-se a fazer aquilo a que se é obrigado. Há, portanto, mesmo no silêncio, um diálogo no sentido bakhtiniano, entendido como espaço de conflito entre indivíduos socialmente constituídos.

⁶ Segundo Lacan a estrutura do inconsciente é exatamente a mesma da linguagem. No texto “La science et la vérité”(1965), Lacan afirma: “ Que a via aberta por Freud não tenha outro sentido que aquele que retomo: o inconsciente é linguagem, o que agora é admitido já o era para mim, como é sabido” (p.866).

⁷ A referência da autora é ao Outro da psicanálise. Outro, aqui, não como semelhante ou parceiro com quem o sujeito buscará identificar-se, mas como aquele que está para além de uma dimensão imaginária, sendo portador de um tesouro de significantes. O Outro situado numa dimensão simbólica.

O silêncio é o oposto ao falar, ou seja, ao dizer. A ausência de manifestações, orais ou escritas, de qualquer pessoa é o silêncio. Quando isso se estende a inúmeras pessoas de uma ou mais categorias, ao longo do tempo, se tem um estado de silêncio. Foi o que aconteceu às mulheres sergipanas que, durante quase quatro séculos, assim permaneceram, sem manifestações de qualquer natureza, que apontassem vestígios de sua realidade, de como encaravam suas vidas, sua condição feminina, enfim o que pensavam de si e dos outros.

Nesse estado de silêncio, as mulheres ocultavam seu mundo. Um mundo indefinido, denso, de sentimentos e desejos insondáveis, difícil de atingir. Quantas tristezas, angústias, anseios, inconformidades ou, mesmo, alegrias, esperanças, ilusões nele se cruzavam? O silêncio configura uma resposta sustentada em expectativas, a espera necessária ao que se gesta e se delinea nas incertezas da dialética entre permanência e mudança. Nesse tempo incerto e silenciado, há a expectativa muda do porvir. É no silêncio que conteúdos e formas se articulam, os sentidos se movem, saturando-se de elementos a ponto de eclodir.

Os versos de Graziela Telles Cabral (1897- 1978), embora já do início do século XX, nos dão a dimensão das inquietações e expectativas existentes na mudez desse mundo feminino. A autora, que também escreveu artigos para a revista *Renovação*, foi considerada “de personalidade forte, espírito crítico, estilo exótico e avançado para a época”⁸.

Sou o símbolo da terra brasileira,
Terra virgem e selvagem,
Plectórica, vulcânica, indomável,
Palpitante de seiva e de calor.
Minhas veias são rios caudalosos,
São cascatas que do alto se despenham
E vêm rolando em meu corpo com fragor.

[...]

Sou cabocla genuína, feiticeira,
altiva e forte; os grilhões com que a vida
me escraviza, despedaço-os a sorrir.
e no meu seio, qual árvore frondosa
guardo a semente fecunda, esplendorosa
da perfeição da raça com que sonho.

Em seu poema, Graziela Cabral apela para o recurso metafórico. É a metáfora o elemento produtor de sentido, o que permite o surgimento de novos sentidos. Segundo Lacan, é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação próprio à poesia ou à criação. Identificando-se como símbolo de sua terra natal, ela assemelha

⁸ Arquivo pessoal da historiadora Lígia Pinna.

seu corpo à “terra virgem e selvagem”, indomável como os vulcões, em sua ardência e impetuosidade, e seu sistema circulatório, o sangue que palpita em todo seu corpo, aos rios e cascatas, caudalosos e ruidosos, representando sua agitação e seu desassossego interior.

No primeiro verso da segunda estrofe, ela se auto-reconhece como “cabocla, genuína, feiticeira, ativa e forte”, afrontando os tabus de uma sociedade que só valoriza a raça branca e considera a mulher fraca e submissa, contrapondo-se, assim, à concepção de feminilidade existente em seu meio. No segundo e terceiro versos, ao tempo em que ela reconhece sua condição, o estado ou circunstância em que se encontra naquele momento, traduzido no emprego de metáforas “os grilhões com que a vida me escraviza”, também manifesta ousadia, coragem para o enfrentamento: “despedaço-os a sorrir”. Um sorriso que tem a força de partir os grilhões. Nos versos seguintes, a autora manifesta o sonho silencioso que se gesta, em semente fecunda, guardada em seu âmago, de mudança, de uma nova “raça”.

No poema de Graziela Cabral, a subjetividade emerge insinuando o sujeito produzido pela resistência, que se consubstancia na linguagem, através do sentido de reação aos “grilhões” que a aprisionam e a assujeitam. Como bem o diz Souza (2003, p. 41), “[...] resistir é dispor-se a reverter e subverter a linha do reconhecimento de si, deixar-se afetar por forças exteriores a este reconhecer que é efeito do assujeitamento.”

O silêncio das mulheres sergipanas, portanto, nos é eminentemente significativo, simbólico. Embora não transparente, não nos parece apenas uma forma de total submissão. Ao contrário, sugere-nos formas de autopreservação e resistência virtual a uma sociedade que circunscrevia seu espaço, restringindo, drasticamente, sua participação. E por que virtual? Porque, embora exista de forma potencial, não como realidade ou efeito real, ela poderia vir a ser, existir, poderia vir a acontecer. O sonho silencioso potencializa-se quando ganha expressão e adquire força.

Através desse silenciamento, talvez necessário, foi-lhes possível tomar consciência de si mesmas e de um destino que lhes era imposto, mas que não correspondia a seus desejos. E é essa consciência que as leva a lutar por um espaço próprio, a buscar mudanças na estrutura social. O silêncio secular das mulheres sergipanas pode ser considerado como uma forma virtual de resistência e não apenas de submissão. É, em síntese, uma linguagem embrionária em que submissão e resistência se imbricam dialeticamente num “continuum significante” que eclode e se manifesta na materialidade de seus discursos.

A palavra ‘resistência’ evoca vários sentidos: luta, recusa, reação, oposição, força que anula etc. Todos eles trazem implícita a idéia de uma ação entre duas ou mais pessoas. Mesmo sem um confronto aparente, externo, está implícita a presença de um adversário, de

alguém a quem se resiste, consciente ou inconscientemente. Destarte, quem resiste sempre reage a algo ou a alguém. O termo supõe, no mínimo, a presença de um oponente: alguém com quem se luta; alguém a quem se opõe ou a quem se reage; alguém de quem se defende etc. Na verdade, pode-se resistir de diferentes formas: através do uso de armas, de agressões ou gestos, do silêncio, de palavras e sorrisos.

Adentrando no mundo das palavras, Bakhtin (1988) nos chama a atenção para o caráter dialógico da linguagem e para a complexidade da língua. Considera ele que, no signo, se afrontam índices de valor contraditório. A língua não é ideologicamente neutra, pois nela se imprimem marcas, traços dos discursos, razão de existirem entre eles embates e contrapontos. A palavra diálogo em Bakhtin contraria o senso comum, pois não se reduz à interação face a face, nem significa apenas entendimento. No conjunto de sua obra, “as relações dialógicas são percebidas como espaços de tensão entre vozes sociais” (FLORES, TEIXEIRA, 2005, p. 58).

Ora, se consideramos o silêncio como constitutivo da linguagem, como signo, sem dúvida nele também há valores conflitantes, constituindo-se ele, também, como espaço de tensão entre vozes sociais. Por conseguinte, há no silêncio uma relação dialógica. No ato silencioso que é resistência, o sujeito experimenta uma situação de conflito, pois se por um lado se submete ao condicionamento histórico-social, por outro ele, em seu silêncio, assume uma posição ativa, insinuando-se como sujeito produzido pela resistência.

Pode-se afirmar que o silêncio é resistência porque se torna linguagem, quando, por exemplo, na necessidade de uma opção, é a resposta diferente das desejadas ou permitidas. Outra alternativa é a do silêncio que se traduz em expectativa, conveniência ou, mesmo, omissão, por força de uma incapacidade ou impotência, fruto da negação do “eu-mesmo”. Há nele, uma resistência muda, expressiva, um entremeio das tensões de elementos que se opõem. De qualquer modo, está longe de ser verdadeiro o dito popular “quem cala consente”. O sujeito que produz o silêncio é o mesmo produtor da língua, que...

[...] se constitui e a constitui no âmbito de acontecimentos histórico-sociais. Esse sujeito não é totalmente livre, dado o próprio modo de sua constituição, nem é totalmente determinado por mecanismos exteriores. Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva; assim como é determinado, ele também a afeta e modifica em sua prática discursiva (FERREIRA, 2000, p.23).

1.7. A EMERGÊNCIA DOS DISCURSOS FEMININOS

Os discursos femininos em Sergipe encontram terreno fértil para brotar somente no final do século XIX, início do século XX, um tanto tardiamente em âmbito nacional, desde que já circulavam revistas fundadas e dirigidas por mulheres, voltadas aos interesses femininos, desde a segunda metade do século XIX. O acesso à instrução, no início desse século, permitiu à mulher introduzir-se mais no processo social urbano, ocupando espaços, definindo-se em funções e construindo, aos poucos, uma mentalidade.

No entanto, apenas no final do século XIX, os discursos das mulheres sergipanas eclodem, fazendo o silêncio inicial significar através da materialidade lingüística, primeiramente através de uma escrita de caráter autobiográfico: diários, memórias, álbuns, cartas; depois na literatura, na imprensa educacional e feminina, ou partilhando o espaço com o outro sexo, em jornais e periódicos de centros urbanos, sobretudo em Aracaju.

Isto permitiu a ampliação do campo de visibilidade para além do espaço restrito do lar, contribuindo para perceber como algumas mulheres participavam da vida social na passagem do século XIX para o século XX, através de vestígios acerca da sociabilidade, do cotidiano, das práticas de leitura, do seu processo de educação e emancipação, de suas lutas e conquistas (FREITAS, p. 46).

Em suas primeiras manifestações escritas, o discurso feminino assume um tom eminentemente pessoal, manifestando a ambivalência, ao mesmo tempo, de uma “escrita para si”, construída no cotidiano, como os diários, ou para “além de si”, através de narrativas em que recordam acontecimentos do passado, tentando materializar os vestígios do tempo, da infância à velhice (FREITAS, 2003).

O texto de memórias, assinado por Aurélia Dias Rollemberg, e, posteriormente, analisado e publicado por Albuquerque (2005) com o nome “Memórias de Dona Sinhá”, é um dos remanescentes desse tipo de documento, escrito no início do século passado. Aurélia viveu no período de 1863 a 1951, filha de família aristocrática, de tradição política e econômica de Sergipe, casa-se com um médico, também de família tradicional. Suas memórias muito bem retratam a vida e a intimidade das famílias da aristocracia sergipana no período imperial, destacando-se fatos da vida cotidiana, as lembranças da infância e da adolescência, as relações familiares, a educação das moças na época, o papel das governantas estrangeiras, as festas, os arranjos matrimoniais, o cotidiano do casal, a relação com os

escravos, depois com os empregados, as práticas religiosas, acontecimentos como a abolição da escravatura, a república etc.

Esses relatos são, segundo Ranum (*apud* ALBUQUERQUE, 2005), os “lugares do íntimo”, em que o espaço interior aflora, muito embora se verifique certo “recato” ao falar de determinados assuntos, como sentimentos de amor, intimidades amorosas, sexo, desejos etc., talvez, quem sabe, pelo receio de caírem nas mãos de alguém, de serem lidos, censurados etc. Não foi à toa que muitos desses escritos se perderam escondidos em sótãos ou baús, muitas vezes até mesmo destruídos, rasgados ou queimados.

Aurélia (Dona Sinhá) revela, através de suas memórias, capacidade de observação e sensibilidade, presentes em diversas passagens de seu diário, em que deixa transparecer, além dos sentimentos de alegria, amor, felicidade, também, de forma bastante perspicaz, os de tristeza, piedade, insatisfação, timidez, acanhamento, inconformação, dentre outros:

Em 7bro [setembro] também meu cunhado Zezé veio combinar a nossa morada. Elle queria que nós fossemos morar junctos com minha sogra, dizendo Gonçalinho ser filho único e o engenho havia de ser delle. Meu pai não se oppoz, mas minha mãe e eu não queríamos, fiquei muito triste por não querer e desagradar meu cunhado, que queria muito bem (p. 92)⁹.

Na passagem acima, observa-se a interferência do cunhado (marido da irmã mais velha) na deliberação da moradia dos noivos (Aurélia e Gonçalinho). O termo “combinar”, usado pela autora, tem mais o sentido de “impor”, pois a opinião das mulheres (Aurélia e a mãe) não tem valor, apenas os homens da família decidem o destino das filhas. A predominância masculina estende-se até mesmo aos parentes colaterais, no caso o cunhado que nem mesmo era irmão do noivo, pois Gonçalinho era filho único. Aurélia, embora insatisfeita com as determinações do pai e do cunhado que decidem que ela vá morar com a sogra, não diz o que pensa para não desagradá-los, mesmo porque era de praxe as mulheres se submeterem aos homens da família.

Depois fômos a Missa e depois para a sala de visitas apresentação do resto do pessoal e esperar o almoço. Foi o mais custoso e aborrecido ver tanta gente que eu não conhecia e ter que morar com muitos que estavam alli (p.92).

Por mais agradados que Gonçalinho me fizesse e também eu me julgava muito feliz, por ter conseguido o que sempre desejei. Ambos queriam muito um ao outro, mas não podia me conformar com duas cousas: morar com tanta gente, e q. desejei muito a nossa casinha. [...] Quando estava só ia para a

⁹ Em relação às memórias, citam-se apenas suas páginas, conforme registra a obra de Albuquerque, 2005.

janela do quarto ou no terraço, olhar para a estrada que vim e o alto que ia se fazer a minha casinha e acabava chorando, Gonçálinho vinha logo me tirar e conversar para distrahir (p. 95).

Nota-se o desagrado de Aurélia, quando, após o matrimônio, é obrigada a residir com a sogra e a conviver com pessoas que lhe eram estranhas, sufocando a vontade de ter sua própria casa. Em várias passagens, verifica-se a recorrência a esse desejo, a afetividade que lhe desperta a lembrança do lugar que abrigaria a ela e a Gonçálinho, que pertencesse apenas aos dois, um lar (desejei muito a nossa ‘casinha’), e o sonho destruído, o sentimento de frustração: “Foi o mais custoso e aborrecido ver tanta gente que eu não conhecia e ter que morar com muitos que estavam allí”; “[...] não podia me conformar com duas cousas: morar com tanta gente e que desejei muito a nossa casinha”; “Quando estava só ia para a janela do quarto ou no terraço, olhar para a estrada que vim e o alto que ia se fazer a minha casinha e acabava chorando...”.

Em silêncio, sofre por ter de submeter-se a um destino que lhe é imposto, submissão que se estende ao próprio cônjuge, por força, talvez, de sua dependência materna e sua condição de neófito na vida matrimonial, pois, através do relato, observa-se que ambos se gostavam e ele também tinha planos, mas como não tinha forças para o enfrentamento, para impor seu plano inicial (ter sua casinha no alto do morro), se submetia e a consolava.

Minha sogra me agradava me tratava bem, mas eu tinha muito acanhamento d’ella, era uma senhora muito boa, mas muito severa com os filhos, netos e todos. Eu acostuada com minha mãe tão carinhosa conosco, que conversávamos com ella como irmãs (p. 96).

Como se não bastasse o sofrimento por ter de conviver com gente diferente, havia ainda o estranhamento de conviver com a sogra, mulher imponente e severa, a quem todos obedeciam, mesmo a contragosto. Nesse fragmento, coloca-se o contraponto mãe x sogra: a primeira afetuosa, amiga, com quem conversava feito irmã, cuja aproximação e convívio já eram consolidados, e a segunda, distante, desconhecida, austera: “era uma pessoa muito boa, mas muito severa com filhos, netos e todos”. O uso do ‘mas’, conectivo adversativo, impõe uma restrição ao fato de ser ‘muito boa’, fato admitido em seu íntimo, mas silenciado (haja vista que essas memórias foram escritas anos depois, já em sua maturidade¹⁰). A severidade

¹⁰ Segundo Albuquerque (2005), “[...] O texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg (D. Sinhá) é fruto de um manuscrito de cunho autobiográfico, cuja elaboração remonta ao século passado. Seu conteúdo entretanto recua ao século XIX e apresenta aspectos importantes da sociedade sergipana e brasileira do oitocentos [...]. Trata-se de um escrito de uma mulher madura , que volta seu olhar retrospectivo para a longínqua mocidade no século XIX”.

com filhos, netos e todos, inclui não só o filho, Gonçalinho, mas a própria Aurélia. Há, no entanto, o dever, a obrigação de respeitá-la, pois, além da prescrição do discurso religioso nos Dez Mandamentos, de honrar pai e mãe, a sogra é a matriarca, quem preserva o patriarcalismo, devido à falta do pai (o patriarca).

No terceiro dia chegaram as minhas criadas, captivas. Tive tanta pena d'ellas que chorei, avaliando como deviam estar tristes [...] Depois vieram os escravos de Gonçalinho, uns 20 todos fallaram comigo e também todos os escravos de minha sogra. Avalien uma moça que não era accostumada, como <eu > se acanhava. Gonçalinho era muito a favor dos escravos e sempre defensor; minha sogra muito enérgica com elles (p. 97- 98).

As cativas, de quem Aurélia fala, representam a extensão do seu lar original que, como ela, se deslocam para um lugar estranho 'ao ninho'. Ao manifestar pena, Aurélia avalia o sentimento das escravas pelo seu. Sua tristeza revela tanto a comoção da perda, uma fissura do lar original, pois junto com ela vieram todos seus pertences, como uma situação nova que surge em sua vida, algo até então totalmente inusitado. Junto ao sentimento de pena, a tristeza, o acanhamento diante dos escravos de Gonçalinho e de sua sogra, os sentidos do novo, do estranho.

Aurélia também faz comentários a respeito do contraponto que havia, no sentido de justiça para com os escravos, entre o filho e a mãe, corroborando mais uma vez a severidade da sogra.

No meiado de abril comecei a me sentir adoentada, princípio de gravidez, mas eu tinha tanto acanhamento que não podia falar nisso (p. 105).

[...]

Comecei também a costura as minhas costurinhas, eu sabia fazer sapatinhos de lã, toucas, e vestidinhos, que fazia para as meninas de Amélia; mas a grande questão era comprar o necessário, que eu tinha vergonha de pedir; quando Amélia levantou se eu pedi para ela mandar fazer umas compras em Maroim. [...] Me trancava no quarto para costurar e dormir (p. 108).

[...]

Logo que fiquei doente, fiquei muito triste de Gonçalinho não estar. O primeiro desgosto de minha vida. Chorei muito. Minha mãe não entendia muito de negócio de parto, teve duas filhas ainda muito moça. Mandaram chamar uma velha parteira, uma negra velha, fiquei muito aborrecida. Mandaram chamar Gonçalinho, mas quando ele chegou o menino já tinha nascido, forte e sadio; mas ainda não estava terminado o parto, que demorou muito. Dr. Thomaz quis intervir como médico, mas eu não quis de forma nenhuma, pois sendo casada com médico, não queria outro; não deviam exigir que Gonçalinho fosse, eu esperando ter o parto n'estes dias. Fiquei

zangada com elle. A primeira vez que deixei de falar com elle 2 dias e fiquei muito triste. (p. 111-112)

A inibição ao falar de assuntos íntimos, no caso, a gravidez, é, sem dúvida a questão da pessoalidade e da intimidade, forçando-a a preservar-se, a acanhar-se, a um constrangimento muito comum às mulheres daquela época. Daí, o silêncio, a necessidade de não se expor. Ao falar sobre a gravidez, em nenhum momento faz referência ao marido. Não se sabe se, no início, lhe fez segredo, já que não fala sobre sua reação, nem se ele anuncia aos familiares a futura chegada do rebento.

O que ela revela é que se isola no quarto, para então passar a preparar o enxoval, mas se acanha de pedir dinheiro para a compra do material necessário. Seu socorro é uma irmã que a visita, Amélia. Verifica-se, então, uma espécie de recuo em sua pessoalidade que, irreversivelmente, se revoluciona, porquanto o agente necessário dessa transformação, o esposo, é afastado desses acontecimentos, o que se compensa com uma presença fraterna. Na relação marido-mulher, ainda que haja querença entre ambos, não há ainda a solidez pretendida, uma vez que se evidencia, de forma inegável, a relutância, o descarte do consorte como alternativa, no caso, em relação ao dinheiro para o enxoval da criança.

É sobremaneira sabido que, nas sociedades patriarcais, as meninas-moças se sujeitavam a tantas restrições e regramentos que as levavam a pudores ou acanhamentos excessivos, tornando-se severamente reservadas até mesmo ante seus familiares, sobretudo os masculinos, o que se estendia para seus tempos iniciais da vida matrimonial. O depoimento de Sinhá não se afasta desse entendimento. Como agravante, tem-se em conta que, em seu caso, ainda havia uma matriarca que se via obrigada a dar continuidade ao patriarcalismo predominante. Certamente, caso ela se recusasse a essa obrigação, ter-se-ia o risco do total desmantelamento familiar e patrimonial. Sinhá tinha diante de si uma senhora excessivamente estranha, severa e exigente, que se incumbia do papel de patriarca e, raramente, de mãe.

É muito importante considerar que na sociedade patriarcal, é o marido que provê as necessidades materiais do lar, tanto as pessoais quanto as domésticas, e a mulher tem que submeter-se ao fato de solicitar-lhe o que precisa. Com isso, as atitudes de Dona Sinhá não podem deixar de ser interpretadas como um silêncio-reação, a não-aceitação de um novo *status quo* com que ainda não se acostumara, não apenas um mero acanhamento.

Aurélia tranca-se também em seu íntimo, mesmo quando contrariada com o marido, como no caso de ele ter viajado para atender ao apelo de um parente, embora soubesse que estava nos dias do nascimento do filho. Manifesta, também, seu aborrecimento,

ao chegar a hora do parto, por terem chamado a “velha parteira” e recusa-se a ser atendida por outro médico que não seu esposo Gonçálinho. Embora triste e aborrecida com a ocorrência, sua manifestação de zanga é silenciosa: “A primeira vez que deixei de falar com elle 2 dias e fiquei muito triste”. É um silêncio que significa. É o silêncio-resistência, implícito na reação que teve por seu marido não estar presente na hora do parto, atendendo a exigências familiares: “não deviam exigir que Gonçálinho fosse, eu esperando ter o parto n’estes dias”.

O uso do advérbio de negação e o emprego da locução verbal em terceira pessoa do plural (não deviam exigir) demonstram uma censura tácita não só ao fato de seu marido sair de casa nas circunstâncias em que se encontrava como à sogra e a todos os que permitiram que tal coisa ocorresse. Como bem dizia Ducrot (1987), existem formas implícitas de expressão que permitem um “deixar entender”, ou seja, um sentido subtendido em que se omite a responsabilidade, uma espécie de dito evidente, mas, ao mesmo tempo, não-dito.

A falta do marido é bastante expressiva. O parto é o momento crucial, de que se ausenta sua parcela inovadora admitida, o esposo, o outro necessário. Ele não só seu meio de contato com aquele mundo tão estranho e novo, ele era o entrante admitido em sua intimidade, em sua pessoalidade. Além disso, era o causador do filho que nascia, ou seja, o pai, o parceiro que não podia faltar. E não só isso, uma vez que se vê fato valorativo inegável, de ordem pessoal, porque é reclamada sua presença também como médico, o único admissível, embora outro houvesse disponível. Enfim, o silêncio-resistência é manifesto em diversas passagens de sua memória, corroborando a idéia de Orlandi de que o silêncio não é mero complemento da linguagem, pois ele tem significância própria.

Segundo Albuquerque, nos diários de D. Sinhá “a sexualidade feminina revela-se como um dos temas mais dissimulados, por meio do silêncio ou do silenciamento imposto culturalmente” (p. 33). Realmente, ao referir-se à noite de núpcias, a autora não fala de qualquer intimidade, limita-se a um relato ligeiro e discreto da preparação para a alcova. Há em seguida um pequeno trecho riscado, provavelmente houve o intento de falar sobre o que aconteceu depois que o esposo a levou consigo para o cômodo do casal e o possível arrependimento:

Me levaram para o meu quarto, 2 juntos, mas eu fui mudar a roupa e me deitei no segundo quarto; eu sempre tive o sono pesado, me deitei e adormeci logo; mais tarde Gonçálinho veio me acordar e levou-me para o nosso quarto.[riscado] (p. 92).

Percebe-se a restrição em falar sobre assuntos da privacidade, o que talvez se explique não só pela censura, pela proibição de se falar em assuntos dessa natureza em

determinadas situações, mas como uma forma de resguardar-se, de não se tornar vulnerável às visões distorcidas, às conversas maldosas, típicas de uma sociedade bisbilhoteira e preconceituosa, caso o escrito caísse em mãos alheias.

Ao fazer a análise de algumas cartas de mulheres sergipanas, Freitas (2003) afirma que elas revelam muito pouco da sua intimidade, sendo, em sua maioria, de cunho informativo e testemunhal, embora não deixem de manifestar suas opiniões e posturas diante de momentos difíceis, suas formas bem características de enfrentamento dos problemas, suas vivências. Tais documentos, contudo, são de difícil acesso, mantidos ainda hoje em sigilo por famílias consideradas tradicionais que não querem expor a intimidade de seus familiares, mesmo os já falecidos.

Algumas mulheres lançam-se além do espaço doméstico e manifestam-se sobre a organização social, unindo sua voz a de outras em nível nacional, contrapondo-se às injustiças, a exemplo de Etelvina Alves Siqueira, jornalista, abolicionista, poetisa, professora da Escola Normal Rui Barbosa, que teve um papel relevante na sociedade aracajuana do final do século XIX e início do XX (PINA, 1994).

Portadora de diploma de normalista e docente em escola pública do estado, procurou Etelvina “sensibilizar o seu público da necessidade de combater a prática escravista dominante” (Lima, 1998). Seu entusiasmo pela causa abolicionista, entretanto, vai muito além do seu exercício profissional, a ponto de engajar-se ao projeto de seu tio, Francisco José Alves, fundador da Sociedade Emancipadora A Cabana do Pai Tomás e dos periódicos aracajuanos O Descrido e O Libertador, que serviram de porta-voz aos ideais emancipadores, colaborando, para isso, intelectual e financeiramente. Ademais, ela ainda tinha o cuidado de alfabetizar os filhos dos escravos “como uma forma de tentar mudar a situação através da leitura e do saber” (Ibidem, p.14).

O Descrido, fundado em 1881, é fechado em 1882, sendo, então, lançado O Libertador, pelo mesmo proprietário e com os mesmos objetivos, cuja circulação se estendeu até o ano de 1885. Neles foram divulgados textos, em prosa e em verso, de intelectuais empenhados na defesa da causa abolicionista, tendo a imprensa, então, a “função de esclarecedora da opinião pública”, apesar de, na época, existirem poucos alfabetizados. A atuação de Etelvina teve grande destaque, tanto através dos discursos que pronunciou na entidade abolicionista A Cabana do Pai Tomás, como nos jornais em que colaborou como articulista. Embora confesse sua timidez, não deixa ela de utilizar sua aludida “débil voz” para manifestar sua intenção, seu projeto político e exaltar os sergipanos a unirem-se a sua luta:

O que me despertou o coração não foi a louca vaidade, foi o gemido escravo: foram as lágrimas pungentes desses infelizes que estalam-se, há tantos anos, no charco nojoso da escravidão [...] Se Deus não ouve os seus lamentos, se não chegam ao céu as suas dores, cumpre à mocidade corrigir o erro de Deus, na frase sublime do Dr. Tobias Barreto (...) coragem, pois, não recueis um passo, se quereis merecer o nome de sergipanos.[...] Estamos convencidos da inconcebível degradação a que tem descido as leis de nossa pátria, pactuando com a barbaridade execrável de conspurcar-se os foros de milhares de cidadãos, de privá-los de viver, de fazer parte do corpo coletivo que se chama sociedade, de possuir um lar, arrancando-lhes a fé, crença, usos e costumes [...] Nefasta instituição! (a sociedade escravista). Mesquinho capricho, que converte os homens em feras, em verdugos de seus próprios irmãos! É ser muito cruel! (ETELVINA *apud* LIMA, 1998, p. 25-27)¹¹.

Contra-pondo-se ao que se diz sobre a vaidade das mulheres, Etelvina declara que o que tocou sua sensibilidade feminina “não foi a louca vaidade, mas o gemido escravo”, assimilando, em relação a si mesma, o sofrimento do escravo, submetido aos senhores que os limitavam e, mesmo, que lhes castravam a personalidade. Refere-se ela ao “charco nojoso da escravidão”, passando-nos a idéia de repulsa e da indignação que sente em relação a um sistema que degrada o ser humano, privando-lhe da liberdade e do direito a uma vida digna.

Numa atitude transgressora, apropria-se ela das palavras de Tobias Barreto, célebre escritor sergipano do século XIX que lutou contra a escravidão, no intuito de dar mais força a seu discurso e conclama a juventude a corrigir o “erro de Deus”, que se mostra indiferente à tamanha injustiça. Tece também severas críticas à justiça humana e às leis que compactuam com tal “barbaridade execrável”, qualificando a sociedade escravista de “nefasta instituição”.

O discurso de Etelvina é transgressor em diversos aspectos, pois, além das censuras que faz à sociedade escravista, apresenta formações discursivas que se contrapõem às dos discursos patriarcal e religioso, pois enquanto estes exaltavam a figura do patriarca e a divina como potestades, senhores poderosos e soberanos, infalíveis em seus atos, o seu os trata como seres passíveis de falha, capazes de errar.

Na verdade, nessa voz que ela presume débil, o que se vê é a expressividade que sintetiza uma dramática situação humana que não mais se podia tolerar, adversa aos princípios de liberdade já consagrados no século XIX. Não mais se oportunizava o silêncio e a conformação, a tolerância ao inadmissível. Daí as palavras veementes de Etelvina evocando o repúdio e, ao mesmo tempo, a rebeldia ao *statu quo*:

¹¹ Discurso pronunciado em 02/12/1883. Segundo Lima (1998), o texto desse discurso foi posteriormente publicado em O Libertador.

[...] para as mulheres abolicionistas, a libertação do negro iria *pari passu* com a libertação da mulher. Foi a reprovação e a resistência encontradas à sua participação pública a favor da abolição que as convenceu de sua própria sujeição [...] No movimento abolicionista aprenderam a reconhecer seus interesses e a se organizar para defendê-los (ALVES, 1980, p. 67).

Não só Etelvina, mas outras mulheres, em todo o país, somaram-se em defesa da causa abolicionista, manifestando sua indignação contra a desumanidade a que os negros eram submetidos. A censura, a reprovação e a resistência da sociedade à sua aparição e participação pública lhes despertaram a consciência da sujeição a que eram submetidas e lhes acenderam os ânimos para o questionamento de sua situação e a reivindicação de seus direitos, organizando-se em movimentos sociais e inserindo-se em outros campos de atuação.

Muitas outras sergipanas, nessa época, se destacaram em atividades políticas, educativas e, também, em profissões liberais. Entre elas, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, primeira deputada estadual sergipana, Ítala Silva de Oliveira, professora e médica, Cesartina Regis de Amorim, professora e farmacêutica, Maria Rita de Andrade, advogada e professora, dentre outras. Mulheres corajosas e dispostas a tudo fazer para serem reconhecidas como profissionais tão capazes quanto o homem.

No entanto não foram poucas as dificuldades que enfrentaram, de diversas ordens, provindas não somente do sexo considerado forte, que mantinha um discurso sexista para se proteger das mudanças que ocorriam em seu meio social, mas de outras mulheres que não chegaram a entender o que elas ambicionavam. De acordo com Coracini (2007, p. 80), “todos os problemas vinham, certamente, do imaginário que a sociedade em geral havia construído em torno da mulher: ela era feita para salvaguardar o bem-estar da família, para se casar e ter filhos, para proteger o marido e os filhos”.

Apesar dos estreitos limites que lhe eram permitidos, algumas mulheres conseguiram ultrapassá-los, mesmo enfrentando barreiras e preconceitos, através de uma atuação mais ampla na vida social. Percebe-se já, em seus primeiros passos, um intuito discursivo ou um querer dizer¹², embora, às vezes, tímido, tateante, cuidadoso, como quem procura espaço favorável, terreno firme para se fixar. Há entre elas uma preocupação com a própria identidade, desenvolvendo não apenas formas de expressão, mas de transgressão aos padrões que lhe foram administrados, sendo patentes pressões por referências mais genuínas.

¹² Termo tomado de empréstimo a Bakhtin (1992, p. 300).

1.8. INÍCIO DO SÉCULO XX: AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FEMININO

No início do século XX em Aracaju, a vida intelectual ganha novos contornos, pois existia a crença de alguns de que a educação era fundamental para promover o desenvolvimento do estado. Além de escolas, são criadas instituições e clubes literários diversos, com o objetivo de difundir o conhecimento, estimular a erudição, a exemplo do Gabinete Literário de Aracaju, o Gabinete Literário Tobias Barreto, a Liga Sergipana contra o Analfabetismo, o Clube Literário e Educativo, Horas Literárias Sílvio Romero, entre outros. Tais agremiações primavam pelo cultivo do sentimento cívico, através de suas conferências e discursos, preocupavam-se em organizar tertúlias literárias em que a troca de elogios entre os participantes, uma das estratégias utilizadas para a solidificação da inteligência sergipana.

Os serões literários abriram as portas, também, à participação feminina, na execução de músicas, canções, pequenas encenações, declamações de poemas etc., sobretudo de senhoras de destaque no seio social, como foi o caso da ex-primeira dama do estado, Joelina Cardoso, que patrocinava eventos, movimentando a vida social e estimulando vocações literárias e artísticas. Conforme Nunes (1984, p. 255-256), “as mulheres davam brilho aos serões literários, despertando as fantasias masculinas. Brilhos necessários, atrativos maiores, quase únicos na maioria das vezes, quando só restavam formalidades, etiquetas e discursos vazios que se circunstanciavam em excessos retóricos”.

As palavras de Nunes não só confirmam a quem se destinavam tais serões, restritos a determinada classe social, como nos revelam que, além do objetivo supostamente pretendido de “difundir o conhecimento e estimular a erudição”, constituíam um espaço de apresentação da mulher à sociedade, ainda vista como objeto de adorno, nesse caso, dos salões, e aos moços que tinham pretensões matrimoniais.

Durante quase toda a primeira metade do século XX, a moça prendada, ideal para o casamento, em terras sergipanas, era ainda aquela séria e reservada que, além de habilidades domésticas, sabia ler e falar francês, tocar piano, declamava ou até mesmo escrevia poemas bem comportados, manifestava sentimentos e pensamentos elevados, relacionados à ética, à moral e alusivos à caridade e à fé cristã. Verificam-se, sem dúvida, mudanças consideráveis em relação ao passado. Mantinha-se, contudo, ainda, aquele ideal de mulher perfeita, voltada às prendas do lar e aos sentimentos cristãos, ideal típico da época colonial e do império e, embora lhe fosse permitido, em ocasiões raras, ler, escrever, declamar, tocar piano, pronunciar-se em público, não podia transgredir as regras e recomendações sociais, que

ditavam o que deviam ler e escrever, que músicas tocar, como comportar-se em público e, até mesmo, quais pensamentos lhe eram convenientes.

Ainda que tenha havido, ao longo do tempo, certa flexibilização em relação ao papel da mulher, havia determinações histórico-sociais das quais não podia escapar. Ainda em pleno século XX, é patente a imposição de formas de conduta, de instrução e, até mesmo de pensamentos. Estabelecia-se uma série de prescrições que determinavam o que ela devia pensar, cultivar em sua intimidade, como agir e, evidentemente, escrever, desconsiderando-se sua personalidade, seu modo pessoal e privado.

Graziela Cabral, em artigo da revista *Renovação*, fala sobre a vida em Sergipe no início da década de 30:

As famílias se retraem, com medo das “censuras”... e essa pobre mocidade vive estiolada, sem um centro de reuniões familiares, onde as moças sob o olhar de seus pais , ou de pessoas de responsabilidade, possam se divertir, cultivar os esportes, trocar idéas, elementos todos estes de civilização e que, à exceção de Sergipe, está disseminado por tantas cidades em que tenho andado. [...] Só em Sergipe, na minha terra querida, as senhoras casadas têm que ficar em casa, enquanto os maridos estão na rua, porque, dizem, têm medo das más línguas... (GRAZIELA CABRAL, *Renovação*, n. 18, p. 11).

O trecho do artigo acima muito bem retrata a sociedade sergipana do início do século XX, mostrando-a em descompasso com relação a outros centros do país. Percebe-se, nas palavras da autora, o rigor a que eram submetidos jovens e mulheres, que viviam policiados e fiscalizados em todos os momentos, abolindo totalmente a privacidade e a personalidade, restando-lhes apenas o silêncio para as questões íntimas. Está implícita, em seu discurso, a carceragem domiciliares das mulheres, acuadas pelos maledicentes e por familiares que se extremavam em vigiá-las. Filhas e esposas que ousavam transgredir as prescrições sociais eram severamente punidas, sendo suficiente um mero indício ou uma simples desconfiança, para que fossem admoestadas.

Graziela Cabral, ao tempo em que condena o comportamento da sociedade e a falta de espaços públicos para reuniões, diversões, prática de esportes da juventude, incorpora em seu discurso elementos pré-construídos: “onde as moças sob o olhar de seus pais ou de pessoas de responsabilidade possam se divertir...” Conforme vemos, o olhar vigilante dos pais e dos maridos, tal qual um “Big Brother”¹³, não apenas controla os comportamentos, mas os próprios pensamentos.

¹³ Ou seja, “Grande irmão”, personagem central do romance “1984”, do escritor britânico George Orwell, era uma espécie de supercomputador que controlava severa e cruelmente a sociedade e os indivíduos.

De acordo com Ribeiro (*apud* FREITAS, 2005, p. 139), no Brasil, quando, no final do império, alguns intelectuais defenderam a instrução feminina, não tinham o objetivo de preparar as mulheres para entrar no meio profissional, pois ainda as julgavam incapazes para tal, nem tampouco pretendiam que alçassem vôos no meio literário ou científico, mas apenas dotar-lhes de conhecimentos básicos ou de algumas habilidades manuais imprescindíveis à boa mãe de família e ao gerenciamento do lar.

Algumas brasileiras, entretanto, se empenharam em romper as barreiras do preconceito e escapar da inércia a que estava presa a população feminina brasileira do século XIX. Mulheres como a escritora Nísia Floresta e a jornalista Violante Bivar e Velasco demonstraram imensa preocupação com educação feminina, considerando-a o primeiro passo a ser dado para a emancipação da mulher.

Esta preocupação com a educação revela a consciência que tinham aquelas que conseguiam romper as barreiras, de que nada se poderia fazer enquanto a imensa maioria das mulheres se mantivesse ignorante.[...] Era necessário primeiro tirar-lhes as vendas dos olhos, para que depois pudessem reivindicar seus direitos políticos e jurídicos (ALVES, 1980, p. 89).

Sem dúvida, para reivindicar seus direitos, as mulheres precisavam, antes de tudo, conhecê-los e ter consciência do estado degradante em que se encontravam. Para tanto, o aprendizado da leitura e da escrita, o retirar do véu que lhe fechava os olhos, era a condição básica para romper as barreiras da ignorância.

Em terras sergipanas, destacou-se a professora e médica Ítala Silva de Oliveira, que escreveu para vários periódicos locais¹⁴ e de outros estados brasileiros abordando temas relacionados à mulher e às causas feministas, tais como: a educação, o papel da mulher, o casamento civil, a luta pelo voto feminino, entre outros. Em um de seus artigos, intitulado “Contra o Analfabetismo”, Ítala fala sobre a importância de educar as mulheres operárias, como forma de terem melhores condições sociais, integrando-as à coletividade tal qual o homem:

Educar a mulher quer dizer preparar gerações futuras para o trabalho e para o engrandecimento da pátria, porque ella, companheira do homem e sua auxiliadora na educação da prole, há de instruindo-se comprehender a honradez em que se consiste e comprehendendo-a forçosamente transmittirá aos filhos as noções d’esta virtude.[...] Sendo levada a efeito sem o ruido dos

¹⁴ Segundo Freitas (2003), Ítala, no período de 1914 a 1917, colaborou nos seguintes jornais sergipanos: Diário da Manhã, O Democrata e O Estado de Sergipe. Fora de Sergipe, escreveu para O País, no Rio de Janeiro, e para a Revista Feminina, editada em São Paulo. No final da década de 20, contribuiu com o Almanak de Sergipe.

applausos, que na maioria das vezes prejudicam a marcha das boas accções, ella visa tornar a mulher membro perfeito da collectividade, igual ao homem, em tudo, tendo sobre ella a vantagem de ser mais caritativa e mais humanitária. E eu não lhe regateio applausos pois vejo nisso o prenuncio de uma epocha melhor para as nossas operárias. Instruída e educada, sabendo o que é, e como deve viver, a mulher há de indiscutivelmente melhorar as suas condições sociaes (ÍTALA OLIVEIRA, Diário da Manhã, 28 de maio de 1916, Ano VI, p. 2).

Procurando se sintonizar com a chegada da Revolução Industrial no Brasil e, especificamente, em Sergipe, onde surgem mulheres operárias trabalhando nas fábricas de tecido em condições degradantes, Ítala exprime, através de seu discurso, a consciência de que a mudança na mulher, através da educação e do preparo para o trabalho, trará benefícios não apenas a ela, mas repercutirá positivamente na educação de seus filhos, beneficiando a sociedade como um todo. Vislumbra, também, na educação, a oportunidade de a mulher desempenhar papéis típicos dos homens no seio comunitário, além de obter melhores condições sociais. Imbuída de idéias bastante inovadoras, Ítala, entretanto, conserva formações discursivas tipicamente patriarcais, ao exaltar virtudes femininas “mais caritativa e mais humanitária” e a condição da mulher como “companheira do homem e auxiliadora na educação da prole”.

Em outro artigo “Revista Feminina”, publicado no mesmo jornal, em junho de 1916, Ítala faz referência ao papel conquistado paulatinamente pelas mulheres que sentem a necessidade de aplicar-se a outras atividades, acompanhando as mudanças sociais e desmistificando a idéia corrente de incapacidade feminina:

[...] Que a mulher é capaz de, condignamente influir nos problemas sociais; que, ella, quando instruída, prova tão bem como o seu companheiro, é um fato real e palpável, que se nos apresenta tão claro como claros são os raios de sol nos dias estivaes. Antigamente constituía excepção a mulher que na literatura ou em qualquer outro ramo do saber humano se destacasse; hoje não [...] É que ella comprehendeu que assuntos mais importantes que o debatido problema do amôr, reclamam a sua attenção. As multiplas transformações, que com o correr dos tempos, se vão operando nas sociedades, lhe fazem ver a necessidade que tem de applicar sua actividade melhor do que a tem aproveitado até agora (ÍTALA OLIVEIRA, Diário da Manhã, 23 de junho de 1916, Ano VI, p. 1-2).

O discurso muda em função do momento histórico-social que o determina. Percebe-se bem essa mudança no segmento acima, em que Ítala discute a atuação da mulher na sociedade, não como uma possibilidade, mas como um “fato real e palpável” (observe-se o uso de formas verbais no presente do indicativo: “a mulher é capaz...”, “prova tão bem...”

etc.) Ítala compreendeu a necessidade de usar argumentos mais convincentes para fazer valer suas palavras, e nada melhor do que demonstrar através de provas cabais a “performance” feminina no início do século XX, em que as transformações sociais impõem à mulher uma nova realidade, que vai além do amor e do lar, estendendo-se a outras atividades, as quais, segundo o diz, “tem que aplicar melhor do que a tem aproveitado até agora”.

Nas décadas de 20 e 30, as mulheres, engajadas na luta por mudanças que lhes favorecessem no seio da sociedade, desenvolveram artifícios de ocupação do espaço público e de penetração na imprensa escrita e radiofônica. Escrever em jornais e periódicos, ou falar em público configurava-se, na época, uma atitude extremamente ousada, pois, de acordo com Freitas (2005, p. 139), “a mulher intelectual e emancipada neste período era considerada com certa suspeição, tendo em vista que poderia influenciar, de forma negativa, outras mulheres que estavam acomodadas em papéis tradicionais como: esposas, mães e donas de casa exemplares”.

Ora, a invasão do espaço público, um espaço que não era o seu nem lhe era destinado foi, sem dúvida, uma atitude transgressora e corajosa de algumas mulheres que ousaram ir além, independentemente das conseqüências que lhe poderiam advir, como realmente ocorreram. Em nível nacional, autoridades, juristas, políticos em geral, respaldados na ciência e apelando para os prejuízos acarretados à família, espaço que lhe era prioritariamente destinado, negam-se a reconhecer suas pretensões de autonomia e tentam limitar suas ações, desejos e emoções.

Foi o que ocorreu em Sergipe com a advogada Maria Rita de Andrade. Conforme Freitas (2005), candidata ao Concurso Público para Livre-Docência no Colégio Atheneu em 1929, no qual apresentou e defendeu a tese “A mulher na Literatura” sendo aprovada com média 8,6, não lhe foi dada a posse ao cargo, tendo que recorrer na justiça, contra o diretor do referido estabelecimento de ensino, Leandro Diniz de Faro Dantas, e por ele ter sido processada. Depois de árdua e acirrada polêmica com o seu opositor, amplamente divulgada pela imprensa local, em que também se manifestam adeptos da direção do Atheneu, consegue ela tomar posse da cadeira, com a interferência do então interventor do estado, Augusto Maynard¹⁵.

Abaixo, transcrevemos recortes de um dos artigos dirigidos a Maria Rita, por um professor do Atheneu, Franco Freire, simpatizante do diretor, publicado no jornal “A Ordem”

¹⁵ Maria Rita de Andrade dirigiu posteriormente a Revista Renovação, onde também se encontra registrada tal polêmica.

em 25 de novembro de 1930, intitulado “A mulher do piolho”¹⁶ em que são usados estereótipos femininos como artifícios de ironia e depreciação, numa crítica que se traveste de conselho:

Lembre-se, D. Maria Rita, que à mulher não assentam as diabrites, a torva literatura do escândalo, nem um estylo agressivo, todo empolado de urtigas. A mulher é a carícia, a doçura, o amor. [...] Convença-se de que a mulher foi feita para perdoar, e não para offender; para amar, e nunca para os arrancos grotescos do ódio. Amanse seu estylo de potro chucro e fará, na certa, as delicias das intelligencias superiores [...] Reflita nas suas palavras uma alma profundamente feminina, que o seu physico, desajudado pela natureza, há de illuminar-se de uma graça ineffavel, que ficara indifferente às injurias do tempo e da idade. Suas mãozinhas não foram feitas para as maldições sem remédio; mas para as doçuras angelicaes da prece [...] Só confie na insuperável força do amor. Nada suppre nas mulheres que, aureoladas com a alta idealidade da morte se transfiguram nas heroínas e nas santas. Não offenda as conveniências, desconhecendo aos homens pela palavra e pelos actos, as virtudes que lhes pertencem. Não diga as coisas com atrevimento injurioso. [...] Não faça tão grande opinião do seu próprio mérito, para não diminuí-lo ainda mais. Não demonstre uma opinião excessiva de si própria, para não cair nos irremediáveis malogros. [...] Descomplique sua vida. Só são felizes aquellas que desconhecem a maldade. Seja simples, apaixonada das cousas bellas, e a vida lhe valerá muito mais. Conceda um cantinho do seu espírito ao sonho, para não se dar de todo às cruas materialidades da existência e ella lhe florirá, sorridente e feliz. (A ORDEM, 25/11/1930, n.6, p.2).

Observa-se, acima, um discurso tipicamente machista e preconceituoso, utilizado para prescrever e delimitar o comportamento da mulher, no caso, de Maria Rita (“a mulher não se assentam as diabrites”; “a mulher é carícia, doçura e amor”; “a mulher foi feita para perdoar [...] para amar [...]”; suas mãozinhas não foram feitas para as maldições sem remédio, mas para as doçuras angelicaes da prece”; “só confie na insuperável força do amor”). À rede de formações discursivas tipicamente patriarcais, soma-se a de ordem religiosa, repetindo e atualizando a memória, através de reformulações parafrásticas que evocam atributos e virtudes adequados ao mundo feminino. O recurso à religião, na evocação de heroínas e santas, como exemplos de tolerância e passividade, constitui argumento irrefutável, haja vista o prestígio imperativo da religião no seio social, porque ela diz respeito à veneração ao sagrado, o que não pode ser contestado.

Utilizando-se de um discurso que valoriza comportamentos e qualidades femininos calcados em valores cristãos como a tolerância, a brandura, o amor, o respeito, a passividade, a bondade, a simplicidade, a humildade, procura o autor desqualificar atitudes

¹⁶ FREITAS (2003) faz referência ao caso Maria Rita com riqueza de detalhes e farta documentação.

opostas, “as diabrites”, “o escândalo”, “o estylo agressivo, todo empolado de urtigas”, “o atrevimento injurioso”, “a ofensa às conveniências”, “o desconhecimento das virtudes dos homens”, próprias da figura feminina temida, a serpente, a diabólica, na tentativa de impedir que Maria Rita (a mulher) se manifestasse publicamente, defendendo seus direitos inalienáveis.

Embora com tantas dificuldades e restrições, a luta das mulheres persiste e, aos poucos, os seus discursos vão tomando corpo, saindo do espaço privado e adentrando o público, ganhando visibilidade e ampliando seu espaço de atuação. As sergipanas passam a dividir postos, antes somente ocupados por homens, em jornais e revistas, tanto editados em Sergipe, a exemplo da “Gazeta de Sergipe”, o “Correio de Aracaju”, o “Diário da Manhã”, a “Ordem”; como fora do estado, até mesmo na imprensa carioca e paulista. (FREITAS, 2003).

Também, em nível nacional, batalham por um espaço, unem-se ao movimento feminista na luta pela igualdade de direitos, em especial o de votar. As mulheres escritoras e audaciosas penetraram no espaço público e fizeram a revolução disfarçada em benefício próprio, utilizando o discurso das elites para convencer e receber apoio social.

Ao regressar da Europa, em 1918, onde realizara sua formação, Bertha Lutz e um pequeno grupo de companheiras farão a sua campanha que assume caráter hegemônico naquele momento. Organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fartamente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública (SOIHET, 2005, p. 117).

Sem dúvida, essa luta já se dava em outros países, a exemplo dos Estados Unidos da América, onde surgiram as primeiras manifestações organizadas de reivindicação dos direitos da mulher, no século XIX. Tais idéias se difundiram na Inglaterra e em outros países europeus e, posteriormente, foram atingindo outros lugares, difundindo-se em nível mundial. Aqui no Brasil, ressalta-se a ação desbravadora de Bertha Lutz, que, por ter vivido e se educado na Europa, sem dúvida trouxe a vivência e a experiência do velho mundo, adotando as idéias mais avançadas de sua época.

Assim, unidas por uma prática, as mulheres rompem barreiras, abrindo várias frentes de combate, fundando associações, a exemplo da Liga para a Emancipação Feminina, em 1918, liderada por Bertha Lutz, que depois se transformou em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), disseminando o movimento em diversos estados brasileiros, vinculando-o ao norte-americano, enfim, lutando pelo acesso aos direitos políticos essenciais à obtenção de garantias, de acordo com a legislação vigente:

Sentimo-nos moralmente fortes porque, filiadas às suas respectivas sedes na Capital da Republica, contamos com o apoio, o auxílio e a experiência das nossas irmãs sulistas. Mas, ainda não é tudo. A Federação Brasileira e a União Universitária estão intimamente unidas á Alliança Internacional composta de mulheres de quarenta e quatro nações! A união faz a força. [...] São milhares de representantes do sexo frágil, todas unidas pelos mesmos ideaes, arregimentadas num só, porém imenso batalhão das voluntárias propagandistas em prol da completa emancipação do seu sexo (LILI TOSTA, Renovação, 1931, n. 12, p. 3).

Em Sergipe, conforme afirma Tosta, as mulheres se uniram a esses movimentos, respaldadas na ajuda e no conhecimento de mulheres sulistas, como bem atesta a carta que segue, enviada por Maria Rita Soares de Andrade a Berta Lutz, atestando sua passagem pelo Rio de Janeiro no início de 1930. Conforme Freitas (2003, p. 227), “sua participação na Quinzena Feminista e na Conferência Penal, amplamente notificada em textos com fotos, entrevistas, matérias sobre a FBPF e sobre a UUF, registram sua presença”.

Ainda sob o encantamento e o entusiasmo de seu sadio e prodigioso convívio dou-lhes as minhas notícias que, não são melhores, porque deixei-me prender demasiado a esse grande meio e sinto agora uma intensa saudade. A minha demora aí habituou-me à atividade feminística que sempre aspirei desenvolver e as excessivas gentilezas de todas Vocês , as homenagens que me prestaram fizeram que eu voltasse cativa do que o Rio possui de melhor, sua mentalidade e eficiência feminina reunindo sob a sábia e útil direção na Federação e a dessa criaturinha admirável que é a nossa Carmen na União. Para Você e para Carmen eu não tenho expressões que manifestem o meu reconhecimento pelo relevo que deram à viagem dessa nortista incógnita à Capital da República. À medida que me distancio de Vocês vou avaliando e sentindo melhor o efeito de tamanha bondade. Aqui chegando anteontem entrei logo em ação o ‘Diário de Notícias’ deverá publicar hoje uma entrevista minha sobre a Conferência Penal. Vou fazer propaganda das nossas Associações em todos os jornais apesar de não ter trazido as propagandas de que Você falou¹⁷.

A década de 1920 rompe, marcada por inúmeros descontentamentos que se vinham manifestando ao longo da República, relacionados não apenas às esferas econômica e política, mas também à corrupção do sistema eleitoral vigente, e ao terreno das idéias, do comportamento, dos valores. Em decorrência, tais insatisfações eclodem em diversos movimentos, como o Tenentismo, a criação do Partido Comunista, o Modernismo, o crescimento do Feminismo etc.

¹⁷ Carta de Maria Rita A Berta Lutz ,em que faz referência a Carmen Portinho. *In*: AnaMaria Freitas, 2003, p. 227. Em nota de rodapé, a autora diz que a grafia das palavras foi atualizada, mas não foi alterada a estrutura do texto. Documento por ela localizado na CAIXA 43, AP46-FBPF, pacotilha: correspondência expedida pela FBPF – encadernada, referente ao período de 1929-1930.

Em suma, foi um momento de grande efervescência e busca de soluções para os problemas do Brasil nos mais diferentes âmbitos, observando-se o empenho de inúmeros intelectuais em dar ao país uma face nacional e moderna, através da valorização de uma cultura que integrasse as diversidades. E o movimento em busca do reconhecimento dos direitos das mulheres insere-se nesse bojo (SOIHET, 2005, p. 117).

1.9. PERFIL DA REVISTA RENOVAÇÃO

Enfim, em meio aos tumultos da primeira metade do século XX, um período de tantas inquietações e mudanças de ordem social, econômica e política, as mulheres sergipanas, rompendo com os padrões da época e unindo-se ao movimento feminista nacional, não só idealizam, mas produzem e dirigem uma revista que circula, em Aracaju, de 1931 a 1934, intitulada *Renovação*, publicação literária e cultural que se propõe a ser “o celeiro das inteligências ávidas de elevação” (MARIA RITTA, *Renovação*, 1931, n. 1, p. 3).

Dirigida pela primeira advogada sergipana, Maria Rita Soares de Andrade, e tendo como colaboradora a professora e médica Ítala da Silva Oliveira, essa publicação nos desperta especial interesse, por permitir-nos uma aproximação maior com as condições das mulheres no início da década de 30. No entanto, não se trata de uma publicação rigorosamente feminina, ainda que apresente seções especiais para as leitoras, pois se abre também à participação masculina, desde que há um generoso espaço destinado a escritores, poetas, cronistas, críticos literários e imortais da Academia Sergipana de Letras. A própria diretora, Maria Rita Soares, diz tratar-se de um “*magazin literário*”¹⁸, embora haja certa rigidez na seleção dos colaboradores, sobretudo em relação a artigos que caçoem ou desrespeitem as mulheres. Em maio de 1934, número 36 da revista, há uma pequena nota em que ressalta: “a outra produção enviada por P. W. para a revista não será publicada por ele ter sido irreverente com a mulher”.

De acordo com Freitas (2005, p. 144), localizaram-se até o momento 40 números desse periódico. No período inicial, a circulação se dava quinzenalmente (de janeiro de 1931 a abril de 1932, com um total de 27 números); num segundo momento, era editada mensalmente (de maio a outubro de 1932, correspondendo a apenas quatro números); e finalmente, numa terceira fase, em que há um “ressurgimento”, sua publicação foi mensal

¹⁸ O termo *magazin*, proveniente do inglês, significa revista. O adjetivo “literário” deve-se ao fato de publicar, também, textos de escritores e poetas da literatura local ou regional.

(janeiro a setembro de 1934, com nove números). Não se encontrou nenhum número referente ao ano de 1933, nem se sabe o motivo desse período de silêncio.

Renovação funcionava como veículo de divulgação literária do Estado, aspecto comprovado pelas cartas dos leitores enviadas de vários estados do Brasil, como registro dos eventos sócio-culturais locais e como mecanismo de visibilidade de algumas mulheres e suas lutas (FREITAS, 2005, p. 145).

Defende a revista a ampliação da participação feminina em espaços públicos e traz à tona a luta das mulheres em nível nacional, através do movimento feminista, divulgando os manifestos, as atividades e os boletins da Federação pelo Progresso Feminino (FBPF) e da União Universitária Feminina (UUF)¹⁹, os congressos, as viagens de algumas filiadas, as representações em eventos nacionais e internacionais etc. Ilustramos, a seguir, com alguns exemplos:

UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA

Homenagem a Snra. Anna Amélia

Realizou-se quinta-feira na sede da União Universitária Feminina, Edifício Odeon sala 417, a reunião mensal de sócias sob a presidência de Dra. Carmen Portinho. Essa reunião foi dedicada à ilustre poetisa Anna Amélia que animou e tornou vitoriosa a iniciativa da construção da Casa do Estudante do Brasil. onde terá a mulher universitária, segundo sua promessa, também um abrigo quando meios lhe faltarem para estudar (RENOVAÇÃO, 1931, n. 21, p.11).

No fragmento abaixo, a advogada Maria Rita Andrade, fala sobre sua escolha para participar do 2º Congresso Feminista, no Rio de Janeiro e sobre as teses que lá pretende defender:

Fomos a escolhida; S. Excia. Era natural tendesse para o nosso lado. Que nos falte talento, preparo não terá de estranhar, mas a coragem de enfrentar a vida, essa coragem que rebete a tudo e não se accomoda nem cede a circunstâncias do ambiente, essa nos sobra, e talvez seja a força determinada de nossa escolha. [...] Ao congresso levaremos theses sobre Educação e a reforma da legislação brasileira em vários pontos que interessam à mulher, no Direito Civil e Penal (MARIA RITTA, RENOVAÇÃO, 1931, n.12, p.17).

¹⁹ A FBPF foi criada no Rio de Janeiro em 1922, tendo como um de seus objetivos lutar pela ampliação da participação política das mulheres, como o acesso ao voto e à elegibilidade. A UUF foi fundada também no Rio de Janeiro, em 1931, por Carmem Portinho, tendo como meta dar apoio, através de chás e reuniões, às alunas universitárias e às recém-formadas nos cursos superiores, empenhando-se para colocá-las no mercado de trabalho. Ver Freitas (2003, p. 171, notas de rodapé n. 297 e 298).

Também há artigos que informam ou exaltam o engajamento das mulheres nos movimentos locais e nacionais, a exemplo do de Damião Mendonça que homenageia a participação da delegada sergipana no II Congresso feminista:

Maria Rita, com aquela persistência que ela sabe muito bem ter, manteve de pé, no Congresso, os pontos de vistas que daqui levou, os argumentos que transportou na sua bagagem cerebral, como um meio certo e digno de assegurar, lá fora, o valor da intelectualidade sergipana. Deu entrevistas em jornais, fazendo ressaltar, de maneira eficaz e convincente, a realidade do salutar ambiente que desfrutamos, após dias da Revolução. (DAMIÃO MENDONÇA, *Renovação*, 1931, n. 17, p. 14).

A participação feminina, embora não seja predominante, é expressiva e se dá através de cartas, poemas, contos e crônicas, relatos de viagens, artigos sobre a situação local e nacional, sobre a educação, a situação da mulher ou em defesa dos ideais feministas. Há a contribuição tanto de figuras locais, como de outros estados. A publicação promovia, ainda, concursos literários, espetáculos e ações beneméritas que possibilitavam a emergência de talentos femininos. Sua leitura permite, também, o contato com o sexo considerado forte, com suas idéias e sua postura ante a luta e a atuação das mulheres no cenário sergipano e nacional.

Os primeiros editoriais, escritos por Maria Rita, dirigente da revista, revelam sua preocupação com a situação das mulheres, suas expectativas ante o “novo regime”, a esperança de que ele se volte para a educação popular e abra maior espaço para o público feminino, não somente no âmbito educacional, mas em outros campos de atuação, permitindo-lhes o exercício das profissões liberais, a ocupação de cargos públicos, o acesso ao voto, dentre outros direitos, enfim respeitando, valorizando as mulheres e promovendo-as à condição de cidadãs. Também falam de assuntos políticos, como a vitória da revolução, a situação do país e, em especial, de Sergipe, assuntos jurídicos e outros de interesse no momento:

Há vários dias commentava-se, numa roda de advogados, a contingência em que se vêm os sergipanos de emigrarem para, em terra estranha, lutarem pela vida. E desse comentario resultou verificarmos que, entre nós, quando nunca houve lugar para os nossos, a maioria dos cargos de relevo, vitalícios até, foi sempre confiada a estranhos [...] Nós não chegaremos ao absurdo de pretender preterir a atuação de um digno só por ser um estranho. Mas é de justiça, senão fazer como São Paulo que, mesmo em inferioridade de condições, prefere um paulista, ao menos, em superioridade ou igualdade de condições, preferir sempre para os cargos públicos, mormente os de mais responsabilidade, os nossos conterrâneos (MARIA RITTA, *Renovação*, 1931, n. 19, p.1).

Os demais artigos investem em matérias políticas, a exemplo das expectativas existentes em relação ao “novo regime” implantado a partir da Revolução de 30, rememoram acontecimentos históricos marcantes para o país e para o estado, cultuam heróis locais, sobretudo do Movimento Tenentista, desenvolvem temas de ordem jurídica, social, educacional, dentre outros, evidenciando personalidades de destaque em Sergipe e no Brasil. Em muitos deles, há análise dos acontecimentos, opiniões, comentários, críticas que denotam o envolvimento dos sergipanos com o seu tempo e os problemas de seu estado e de seu país. Vejamos o que diz a Crônica de Graziella Cabral, “Renovação do momento”:

A victoria popular é uma estupenda revelação do caracter brasileiro: desse caracter a que nos acostumáramos a chamar de frouxo e accommodatício, pela razão do relaxamento moral a que chegaram os dirigentes de nossa grande pátria [...] Por isso não posso crer que haja algum brasileiro que, honestamente, deixe de reconhecer a urgente necessidade de uma reforma radical, na nossa constituição, já bem que muitos delles fossem a causa mater dos desbaratos nacionaes (GRAZIELLA CABRAL, Renovação, 1931, n. 12, p.25).

Em alguns dos artigos, constam apenas os pré-nomes ou as letras iniciais do assinante, outros apresentam pseudônimos, como é o caso de Lord Gil, responsável pela coluna “Através das Lunetas”, que relata fatos da sociedade sergipana, de forma bastante sutil, dissimulada, utilizando o chiste ou a crítica leve e caricatural:

Á suave claridade daquelle prateado luar de domingo transacto, vimo-los que palestravam embevecidos, mãos entrelaçadas, longe do mundo vão que os rodeava... Ambos de branco estavam, então, illuminados de sonho e de luar... ELLA: tímida, desassossegada, numa ansiosa preocupação ante a perspectiva de uma surpresa que lhe pudesse fazer o papae... Que sobressalto, que demonstrava então?!... ELLE: calmo, sereno, até parecia um falcão de veludasas garras, senhor daquella deliciosa presa (a rosa mãozinha della, que apertava num transporte) confiante da superioridade que, em elquencia convincente , certo não lhe faltaria para... confundir o papae, na hypothese da surpresa que ella tanto receava... (LORD GIL, Renovação, 1931, n. 16, p. 4).

Somente a partir do número 33, surge uma seção feminina, intitulada “A arte de ser mulher, que tratava de questões relativas à economia doméstica, recebia contribuições de receitas culinárias, chegando até mesmo a promover um concurso de arte e economia doméstica em que as leitoras concorrentes respondiam a questão lançada pela redação sobre como sonhavam o futuro lar. No seu último ano de funcionamento, aparecem outras seções para mulheres, a exemplo de “Pela Assistência Cristã Feminina”.

Em *Renovação*, a voz feminina desponta, ora de forma tímida, acanhada, como querendo anunciar sua presença, ensaiando os primeiros passos no campo da linguagem escrita, ora de forma arrojada e destemida, denunciando o autoritarismo de uma sociedade eminentemente patriarcal, que lhe tolhe as ações e os anseios, e em defesa dos direitos que, durante um longo tempo, lhe foram vetados. Seus discursos jorram como um manancial preso durante séculos e que anseia pela liberdade, pela luz, anseia por conhecer-se, pois as trevas em que se encontravam não lhes permitiam ter noção de suas reais possibilidades.

Tal fato nos desperta a curiosidade e o desejo de aprofundar algumas questões: Como se constituem os discursos femininos? Quais as representações que as mulheres fazem de si, das feministas e do sexo oposto? Há embates e divergências entre os sexos? Como o seu discurso político contribuiu para uma mudança e para a construção de uma identidade social?

Encontrar possíveis respostas para tais questionamentos é o que propomos neste trabalho. Através da análise dos discursos femininos da revista *Renovação* e à luz das teorias da Análise do Discurso é que buscamos alcançar nossos objetivos, analisando um movimento de confronto: o discurso das mulheres e a sociedade sergipana, sobretudo a do início dos quatro primeiros anos da década de 1930.

Nossa abordagem, portanto, será de caráter discursivo e histórico, fortemente alicerçada na linguagem dos textos publicados na revista, que, sem dúvida, representam uma potência inesgotável de sentidos.

Entendemos que um trabalho dessa natureza traz contribuições relevantes no sentido de melhor explicar o papel da linguagem não apenas na representação do mundo, mas, sobretudo, em sua significação e transformação. Por outro lado, trata-se de estudo valioso para a compreensão de aspectos da sociedade do Nordeste brasileiro, uma vez que evidenciará o importante papel das mulheres sergipanas na construção de sua cidadania e de uma nova época, em que a dialética entre discurso e realidade foi determinante para que ocorressem mudanças sociais.

2. O IMAGINÁRIO NAS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO

Importam aqui as diferentes representações do feminino, na primeira metade do século XX, especificamente na década de 1930, quando as mulheres reivindicam direitos e lutam por ocupar um espaço na sociedade em que vivem. Que imagem a sociedade tem delas? Que visão elas próprias têm de si? Como representam a mulher tradicional e a feminista? Que lugar atribuem a si e ao outro gênero na sociedade?

Para tanto, utilizaremos discursos da revista *Renovação* em que as mulheres falam sobre si, seu papel social, seus anseios e perspectivas e sobre o movimento feminista em geral. Por considerarmos que o sujeito do discurso é heterogeneamente constituído, resultante do cruzamento de diferentes discursos, uma vez que a linguagem é, por natureza, dialógica, a alteridade será enfatizada nas análises, quer através das formações discursivas presentes na memória do dizer, quer através de outras vozes que afloram nos discursos de forma intencional ou não.

Ao tomar o discurso como memória, faz-se pertinente levar em conta a premissa da AD, tão presente na obra “Estrutura ou acontecimento”, de Pêcheux, de que o discurso deve ser tratado pelo analista como o entrecruzamento do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação, buscando compreender o funcionamento da língua em sua relação com a história.

Nessa inter-relação, há também a concorrência do imaginário, peculiar aos seres humanos e essencial às representações que eles fazem do mundo. Orlandi (1996) assevera que a relação entre palavra e coisa, entre o mundo e a linguagem não é direta, mas é como se o fosse, por causa do imaginário. Deve-se ter em conta que o ser social assimila o que percebe mediante a imagem que faz dele, segundo sua subjetividade. O que ele percebe se situa no plano objetivo, ou seja, é o elemento externo com que se depara. O conhecimento que ele adquire sobre o percebido está em sua perspectiva interior, em que idéias, preceitos e imagens se combinam e se contradizem. “É no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (Ibidem, p.39).

Para a autora, a questão da interpretação na análise do discurso implica o entendimento da exterioridade e do real. A noção que trabalha a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é a de interdiscurso, definido por sua objetividade contraditória,

pois, segundo Pêcheux (1988, p. 162), “reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre, “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.” Cada sujeito, então, constrói sua própria realidade, fruto do sistema de evidências e significações que percebe, experimenta ou aceita. O discurso se sustenta na memória do dizer, em outros discursos já ditos ou presumíveis. Considera Orlandi, 1996, p. 39:

[...] o real função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações, tal como elas se apresentam no discurso, ou seja, num processo de significação para o sujeito, constituído (ideologicamente) pelos esquecimentos [...] (ORLANDI, 1996, p. 39).

Daí o entendimento de Sercovich, segundo Orlandi (Ibidem, p. 32), ao considerar que “a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade”. O efeito de evidência discursiva nada mais seria do que uma ilusão referencial, que repousa na história, na ideologia já construída. Sem dúvida, é a ideologia que gera o efeito de evidência e de unidade, ao dar sustentação aos sentidos institucionalizados dos discursos, aceitos como naturais. O fato é que o sujeito do discurso se apodera da memória discursiva disponível, ou seja, das vozes anônimas presentes no interdiscurso, investindo-se na ilusão de que elas são suas.

A ideologia é o fator que naturaliza a produção histórica, mediante as transcendências de certas materialidades em outras. Nesse processo, não se verifica, exatamente, ocultação de conteúdos, mas simulações “[...] em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas” (Ibidem, p. 31).

A relação do discurso com a história e, evidentemente, com a ideologia, implica a ação eficaz do imaginário, como razão dinâmica das relações humanas, que institui práticas sociais. O imaginário lingüístico a que Pêcheux (1988) também chama de “corpo verbal”, é o espaço “de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada” ou, em outras palavras, o lugar em que se organiza a rede de paráfrases e reformulações, constitutivas de uma dada formação discursiva. Nesse espaço, também, se constituem o sujeito e o sentido, verificando-se um processo em que ambos são concomitantes e sofrem determinações idênticas.

Como efeito do imaginário, o sujeito não percebe que se encontra aprisionado em uma rede de linguagem e sofre as conseqüências da interpelação-identificação, por força de uma formação discursiva, detendo-se em ilusões instituídas pela própria linguagem, a de ser a fonte de seus pensamentos e de seu dizer, e a de ser livre para dizer o que bem quer. Considera Mariani (2003, p. 55) que “[...] nesse corpo verbal, resultado do funcionamento do esquecimento nº 2, encobrindo o esquecimento nº 1, se encontram os efeitos do inconsciente e da ideologia na constituição do sujeito pelo simbólico”.

É oportuno o entendimento de Mariani, quando evoca os efeitos do inconsciente e da ideologia. Embora não se adentre nos domínios do inconsciente, Pêcheux não o descarta e a ele se refere, por mais de uma vez, em sua obra *Semântica e Discurso* (1988), chegando mesmo, em um primeiro momento, a admitir a falta, em sua teoria, de uma articulação conceitual entre ideologia e inconsciente e a apontar semelhanças em suas estruturas e funcionamentos:

Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 153).

Em outro momento, Pêcheux, ao referir-se ao esquecimento nº 2, como sustentáculo da liberdade do sujeito-falante na formação discursiva que o domina (para ele, o sujeito-falante seleciona, dentre os enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase, os que mais lhe convém), queixa-se da “ausência teórica de um correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudianos” nas pesquisas lingüísticas. Conclui ele: “[...] fica por fazer a teoria do ‘corpo verbal’ que toma posição em um termo (modalidades, aspectos, etc.) e em um espaço (localização, determinantes, etc.) que sejam o tempo e o espaço imaginários do sujeito falante” (Ibidem, p. 175-176).

Em suma, Pêcheux manifesta-se com uma idéia de falha, de incompletude, de algo que precisava ser retomado, revisto e completado. É o que ele dá a entender, ao observar com um tom de autocrítica:

Permitir a instalação de um tal jacobinismo da consciência, enclausurada na evidência de seu próprio império sobre seus atos, palavras e pensamentos, sem que nada falhe, era (sob pretexto de delimitar os efeitos do assujeitamento da interpelação ideológica) fazer a parte bonita da adversidade e ficar, de certo modo, seu prisioneiro: levar demasiadamente a

sério a ilusão de um eu-sujeito pleno onde nada falha, eis aí alguma coisa que falha em Les Vérites de La Palice” (Ibidem, p. 301).

Uma teoria do “corpo verbal”, que considere o tempo e o espaço imaginário do sujeito falante no discurso, talvez fruto de uma fantasia gerada com e pela própria linguagem: eis o que propõe Pêcheux para gerações posteriores! Afinal, só através de imagens e representações, é possível a produção e a concretude humana.

2.1. O IMAGINÁRIO SOCIAL NOS DISCURSOS SOBRE AS MULHERES

O discurso é um expediente utilizado por um grupo social para estabelecer um controle mais ou menos eficiente sobre os sentidos considerados convenientes ou não à manutenção de uma hierarquia que dá prioridade a seus interesses e produz efeitos de poder.

[...] o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas sim, porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição da supremacia da mistificação, através da qual, os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, “consensualmente”, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais (MÉSZAROS, 1993, p. 10).

Conforme o capítulo anterior, na memória discursiva²⁰, a imagem que se sedimentou sobre a mulher durante todo o período colonial e imperial foi a de um ser frágil, de compleição doentia, de inteligência apoucada, cuja mobilidade se restringia ao lar, onde exercia o papel de dona de casa, companheira e mãe de família, um ser subalterno ao homem. Sem dúvida, a construção de tal imagem interessava a um poder dominante, o patriarcal, que subsistia e dominava graças ao incitamento da população ao apoio de ideologias, valores e diretrizes vitais à sua permanência.

A subjetivação dessa realidade tinha circunstâncias não de uma submissão, porque essa se mascarava com a garantia da estabilidade, da segurança, do menor risco das incertezas, o que permitia a “supremacia da mistificação” que endossava o patriarcalismo como ideologia social necessária.

Sem dúvida, a construção discursiva da imagem feminina da época foi o fator maior de uma hierarquia de interesses e ordenamentos tidos como os únicos possíveis, e, por

²⁰ Segundo Zoppi-Fontana (2002, p. 178), “a memória discursiva é o espaço dos efeitos de sentido que constituem para o sujeito *sua realidade*, enquanto representação imaginária (e necessária) da sua relação com o real histórico, no qual ele está inserido”.

isso, elementos positivadores do patriarcalismo. A mulher, em certos aspectos, era o agente maior do patriarcalismo, porque, reduzida ao desconhecimento das coisas da vida e do mundo e submissa, não só difundia a submissão ao patriarca, mas a impunha aos demais com seu próprio exemplo. Aquelas que ousavam divergir tinham o silêncio como a melhor arma e voz. Raras eram as exceções.

O artigo “A mulher de ontem e de hoje” de Rodrigues Maia Filho, presente na revista *Renovação*, muito retrata e ratifica essa imagem construída, no passado, em terras sergipanas:

A inteligência era, segundo o conceito de alguns filósofos caturras, um dom, um privilégio dos Deuses concedido ao homem: - É que a mulher d’antanho, votada e devotada aos misteres caseiros, às funções adstrictas ao lar, fechava os ouvidos aos rumores da vida, vivendo exclusivamente no âmbito estreito da casa, sem outro convívio senão o dos filhos e marido, sob o olhar severo e vigilante dos pais. Mal sabia as quatro operações aritméticas e gaguejar o terceiro livro de Felisbelo de Carvalho, o pai austeramente concedia-lhe o diploma de formatura. Daí por diante eram o bordado e a casinha o complemento de sua rústica educação! Ouvia-se comumente esta frase: “A mulher nasceu para cuidar dos filhos, fazer renda, costurar e outros misteres domésticos”. Desempenhava o encargo de chocadeira automática: tinha filhos!... [...] (MAIA FILHO, *Renovação*, 1931, n. 19, p.22).

Observa-se, no discurso de Maia Filho, não somente a confirmação do ideal de mulher erigido pela sociedade patriarcal e endossado por seus membros, reservando-lhe um lugar subalterno, definido, mas ainda as referências a ela feitas, que, ao longo do tempo, produziram efeitos de sentido variados e contribuíram para construir uma imagem de ser inferior, assemelhado a objetos, coisas, ou até mesmo a instrumentos (chocadeira automática).

Segundo Mariani (1998, p.138), referencialidade é uma operação de base lingüística que envolve mecanismos de substituição, construção de sinônimos e paráfrases determinados pelo interdiscurso. O funcionamento dos processos utilizados na formação da imagem feminina se caracterizou pelo uso de “predicações de referência²¹” e “famílias parafrásticas²²”, mecanismos lingüísticos ambíguos que operaram produzindo efeitos de sentido de negação, de discriminação e exclusão, que se sedimentaram historicamente.

Na análise do segmento discursivo acima, verifica-se a presença desses mecanismos produzindo efeitos de sentido diversos que não só contribuem para a

²¹ Expressão aproveitada de Lagazzi (1996), reportando-se a termos ou expressões atribuíveis a algo ou a alguém.

²² Fuchs (1994) e Fuchs e Pêcheux (1975) definem família parafrástica como um conjunto de seqüências relacionadas entre si por operações de substituição, funcionando com matriz de sentido para a produção de novas seqüências que significam a partir das relações de paráfrase que estabelecem com as demais seqüências da família.

“valorização negativa da referência” (pela atribuição às mulheres de predicados e funções específicas, sobretudo domésticas; pela exclusão, mediante rotulações e outros meios sectários, reforçando, assim, idéias que se quer imprimir nos discursos), como também para a “reificação da referência”, através da utilização de recursos metafóricos ou metonímicos que colocam as mulheres na condição de objetos.²³

Assim, o espaço que lhe foi reservado (o do lar), as funções que lhe foram conferidas (cuidar dos filhos, do marido, fazer renda, costurar e outros misteres domésticos); as qualificações que lhe foram atribuídas (ser de pouca inteligência, frágil, incapaz de aprender ou de exercer outras funções, objeto de luxo, chocadeira automática etc.) inscreveram-se na memória coletiva, circulando sem marca de autoria, no espaço do interdiscurso.

É interessante observar como o discurso se constrói em um espaço de memória, o do interdiscurso. Nele, enunciações se repetem, se parafraseiam, através de uma série de reformulações, em que se atravessam formulações originais, fruto de um domínio da memória, e formulações outras, muitas vezes até mesmo derivadas das iniciais, mas que, de tanto se reproduzirem, já se apresentam com alterações, mutilações ou desvios. Segundo Courtine (1999, p. 19)...

As formulações-origem, em seu percurso, se transformam, truncam-se, escondem-se para reaparecerem mais adiante, atenuam-se ou desaparecem, misturando, inextricavelmente, memória e esquecimento. Nessas retomadas e cruzamentos, há elementos que são esquecidos, outros que são configurados, redimensionados, enfim, há emergências de novos sentidos.

Cabe aqui, sem dúvida, retomar a metáfora da rede, tão usada ao referir-se ao objeto discursivo, em que os elementos se interpenetram, se inter-relacionam e se sustentam mutuamente, colaborando, assim, para o funcionamento de uma estrutura organizada, fundamental para o processo de edificação do sentido. Foi o que ocorreu com os discursos construídos em torno das mulheres, cujas retomadas sucessivas e paráfrases concorreram para a tessitura de redes de formulações e reformulações, em que memória e esquecimento se alternaram e se entrelaçaram de forma indestrinçável, contribuindo para a subsistência de uma imagem feminina construída ao longo da história. Observa Dantas:

Através do lento condicionamento histórico, o caráter unidimensional da cultura ocidental, estruturada em função do homem, consagrou como imagem de mulher a de um ser que, padecendo de um certo infantilismo, e

²³

Os termos destacados por aspas foram tomados de empréstimo a Zoppi-Fontana (2003).

exercendo permanentemente uma difusa ameaça sobre o homem, deve ser dirigido e guiado. E, para mantê-la ainda mais à margem de qualquer função social, o *Fiat Maria*, na sua dupla acepção de matrimônio natalista e virgindade, vem completar a caracteriologia cultural da mulher, exigindo dela as qualidades que designam a preponderância da passividade. Do lado oposto, situa-se a figura temida, “a aliada do demônio, a qual a própria Virgem, por sua vez, calca sob os pés (DANTAS, 1999, p.142-143).

O recorte do artigo de Gomes é um dentre muitos outros discursos que, ao longo do sistema patriarcal, concorreram para dar sustentação a uma memória discursiva que se perenizou, adentrando outros períodos históricos e atravessando outros sistemas políticos. Sendo a produção de sentidos uma produção histórica, compreender o discurso da/ sobre a mulher é também refletir sobre como as relações sociais se organizam e se aparelham em determinado momento, na tentativa de, na emergência do novo, conservar o velho. Assim, os discursos sobre a mulher, que se dizem novos, (re)configuram os sítios de significância para (re)interpretar a mulher e seu papel, acompanhando a dinâmica das relações sociais e, ao mesmo tempo, interferindo nas práticas dos sujeitos. O velho é retomado sob uma nova roupagem, por vezes, até mais sedutora.

Observe-se o artigo da revista *Renovação*, que tem por título “Educação doméstica”, de Celeste Assis Brasil Gomes, e que também trata do papel atribuído à mulher na sociedade, embora já considere o tempo presente (década de 1930):

A educação doméstica, base da cultura intelectual e da solidariedade social nasce no lar, germina, cresce e fortifica-se no coração da criança, sob a influência e sábia direção da boa mãe de família [...] A mãe de família, cumpridora de seus deveres, soberana do lar, onde a ordem, a higiene e a tranqüilidade habitam, desenvolve sua atividade, amor e cuidado, não só no que se relaciona à conservação da saúde de seus filhos, como também nos princípios rudimentares da civilização, tão útil e apreciada na sociedade. [...] a educação doméstica está ao alcance de todas as camadas sociais, dependendo unicamente da mãe previdente, hábil no governo da casa, santuário da felicidade, paz e amor. [...] no lar que deveriam ter o espelho para guiarem-se competindo o principal papel no cenário da vida à mãe dedicada e cuidadosa de sua santa e grande missão. As virtudes cívicas e morais que robustecem o espírito têm seu pedestal no coração da mulher, filha, esposa e mãe (GOMES, *Renovação*, 1931, n. 18, p.19).

O enunciado acima revela, por um lado, a faceta republicana de seu discurso, ao se preocupar com a “solidariedade social”, com as “virtudes cívicas e morais” e os “princípios rudimentares da civilização”, segundo ele, “tão úteis e apreciados pela sociedade”. Daí, o novo enfoque do valor da mulher, já que a eleva a um papel primordial na educação do indivíduo para a vida e a sociedade. Por outro lado, mostra que o ideal de mulher pretendido

pela sociedade ainda se assenta no passado (esposa, mãe, doméstica, etc.). No entanto, embora se conservem os papéis, ele os exalta, apresentando-os sob uma nova perspectiva, uma nova racionalidade, alardeando a participação valorativa da mulher na sociedade, e não como no passado, em que ela se assujeitava a uma obrigação, um dever, uma submissão.

Memória e atualidade se imbricam produzindo efeitos de sentido diversos. O uso de adjetivos e expressões empregados na caracterização do ideal de mulher da década de 1930 (“boa” mãe de família, “cumpridora” dos seus deveres, “soberana” do lar, mãe “previdente”, “hábil” no governo da casa, “santuário” de felicidade, paz e amor, mãe “dedicada e cuidadosa”) provocam um efeito de sentido distinto, como se uma valorização positiva da referência, pois mostram uma supervalorização da maternidade e da educação doméstica, consideradas fundamentais para o bom andamento do lar e da sociedade.

Observa-se, no discurso de Gomes, o enaltecimento da maternidade como uma “santa e grande missão”. Ora, a palavra “missão” sempre foi muito usada nos discursos religiosos com uma conotação de “trabalho de missionários”, ou seja, de pessoas que se dedicam a uma causa nobre, geralmente de ordem transcendental. Conforme dito, cabia unicamente à mulher, ou melhor, à mãe, não apenas o cuidado, o zelo com a higiene, a saúde, mas também com a educação, a formação moral e cívica dos filhos. O momento reclamava isso, pois a demanda por educação e formação de valores crescia, extrapolando os muros do lar, e passa a ser imputada também às mulheres. Na verdade, o discurso, em tom de elogio, é uma estratégia para ampliação do papel a elas atribuído, de uma forma velada, disfarçada, sem que percebam.

Não se deve esquecer o momento histórico republicano em que as mulheres começam a ganhar evidência e a reivindicar direitos. A mudança de estratégia discursiva seria talvez uma forma de manter a mulher no mesmo papel e no lugar que lhe eram permitidos através do artifício do elogio, da exaltação de qualidades que a sociedade considerava convenientes à manutenção do *statu quo*. Ressalta-se aí o apelo ideológico, através da “posição de supremacia da mistificação”, induzindo os receptores potenciais a endossar valores que nem sempre são os seus.

[...] a ação ideológica, no conflito social, constrói, sem expor a lógica do processo, uma hierarquização de sistemas de referência, para o que são alocados recursos como estratégias discursivas, rituais institucionais, regras conversacionais e expressões lingüísticas (VOESE, 2002, p. 87).

No segmento discursivo em análise, por exemplo, verifica-se a presença de famílias parafrásticas, como estratégia discursiva para reforçar formações ideológicas

presentes no interdiscurso. Vejamos: “A mulher nasceu para cuidar dos filhos”; “A educação doméstica [...] depende unicamente da mãe previdente, hábil no governo da casa, santuário de felicidade, paz e amor.” “[...] era no lar que deveriam ter o espelho para guiarem-se, competindo o principal papel à mãe dedicada e cuidadosa de sua santa e nobre missão”; “As virtudes [...] que robustecem o espírito têm seu pedestal no coração da mulher, filha, esposa e mãe” etc. Segundo Mariani (2003, p. 4), constrói-se, assim...

[...] um dizer historicamente circunscrito a uma rede de paráfrases, substituições metafóricas e encadeamentos constitutivos dos processos de produção de sentidos inerentes às formações discursivas e que garantem um efeito de literalidade para as representações imaginárias.

A utilização de estratégias discursivas que reproduzem o interdiscurso da instituição familiar patriarcal e da religião contribui para a manutenção de uma ideologia vigente, através da qual a mulher, por um lado, é chamada a cumprir sua pretendida “grande missão” e, por outro, é levada a aceitar as tarefas que lhe são designadas, desde que não são consideradas aptas para outras. A imagem feminina ora é exaltada, ora é envilecida, de acordo com os interesses sociais em jogo:

Esse movimento dicotômico [...] que compreende tanto a exaltação da mulher quanto o seu aviltamento, na verdade é a chamada dialética da subordinação feminina que, advinda das exegeses androcêntricas da Bíblia, secularizou-se a ponto de marcar desde então a posição da mulher dentro da cultura ocidental e, posteriormente, dentro da ideologia burguesa. Reduzindo a atividade feminina a duas funções básicas que o mito da Virgem Maria reúne, a virgindade e a maternidade, essas interpretações promoveram tanto a marginalização da mulher, eliminando-a de todo papel público seja na Igreja seja na sociedade, quanto as justificativas que legitimam tal procedimento (DANTAS, 1999, p.140-141).

Constroem-se assim as representações imaginárias sobre as mulheres, sua função, seu papel social, e de tal modo se reiteram tais imagens que elas se solidificam historicamente, a ponto de reproduzirem-se, também, nos discursos femininos.

Embora esse ideal feminino pareça, à primeira vista, algo do passado, sua presença, na memória discursiva, continuou a produzir efeitos de sentido no imaginário social, interpelando os indivíduos do início do século XX, como sujeitos historicamente constituídos. Os ecos das vozes das memórias discursivas podem nos ajudar a refletir sobre como se construíram os sentidos dessa época, pois se entende que o discurso se realiza numa relação necessária entre duas materialidades: a lingüística e a social.

Na verdade, o discurso pode ser considerado na relação estreita, íntima, entre as Formações Discursivas e as Formações Ideológicas, o que resulta na interdiscursividade. Assim, segundo Máscia (2002 p. 106), “[...] devemos atentar para o fato de o discurso trazer em seu bojo as vozes do outro, embora de um modo camuflado...”. Na análise do discurso, essas vozes camufladas constituem um “saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido (Orlandi, 1999, p. 64)”. Daí, ao analista, a necessidade de buscar os interdiscursos e estabelecer a devida relação entre língua e história, na tentativa de melhor entender as tramas discursivas:

O tecido da memória discursiva se apresenta, assim, como uma trama complexa de fios emaranhados, entrelaçando cores e texturas distintas em uma superfície que alterna densidade e leveza, opacidade e aparente transparência, excesso e falta de determinação, silêncios, ausências e presenças enfáticas. Superfície espessa que envolve o sujeito nas refrações rarefeitas do ideológico feito sentido no prisma do discurso. (ZOPPI-FONTANA, 2001, p. 179).

Sem dúvida, a tessitura do discurso é como um prisma multifacetado que permite múltiplos gestos de leitura, múltiplos olhares. Só através de um olhar que perscrute essa complexidade e atravesse sua opacidade, recorrendo incessantemente à história e à memória, é possível chegar a sua essência.

2.2. O SUJEITO DO DISCURSO

A noção de sujeito, sem dúvida, é de grande relevância nesta pesquisa, pois à medida que se fala em interdiscursividade, em vozes camufladas que atravessam os discursos, estamos, de certo modo, questionando o papel de unidade e centralidade do sujeito. Se há outras vozes nos dizeres, é porque há outros sujeitos neles envolvidos, seja com as características do “Sujeito”²⁴ althusseriano, seja com as do “Outro”²⁵ lacaniano ou, seja, de quaisquer outros que, intencionalmente ou não, interferem no processo discursivo.

O fato é que um discurso é sempre atravessado por discursos de outrem, quer por em decorrência de interdiscursos (o que está expresso no tecido sociocultural, o pré-construído ou os discursos transversos) que nele são inscritos ou reinscritos de forma

²⁴ O “Sujeito” de Althusser é universal e absoluto, responsável pela interpelação ideológica, ocupando o lugar de centro, a quem todos os demais se submetem livremente.

²⁵ O “Outro” lacaniano refere-se ao simbólico. Ver nota de rodapé nº 7, p. 51.

inconsciente, permitindo a ilusão da unicidade, da transparência e da autonomia, quer através da apropriação propositada de outros discursos com objetivos definidos.

Assim, defende-se uma concepção de sujeito plural, pois atravessado pelo componente ideológico e pelo inconsciente (o dizer do Outro), manifestos na materialidade da linguagem e, em alguns momentos, imbuído de intencionalidade, capaz, portanto, de fazer escolhas, de acordo com as circunstâncias e possibilidades que se lhe apresentam.

Resultante da articulação da história com a ideologia, de acordo com Pêcheux, o sujeito está imerso em um tempo e um espaço delimitado, em que classes sociais se confrontam com o objetivo de perpetuar ou o de transformar as relações humanas. Seu discurso consiste, como já afirmado, num recorte de representações do espaço em que vive. Sujeito e sentido constituem-se, no discurso, em um só processo, no qual se imbricam e sofrem determinações idênticas. Em outras palavras, o sujeito está inserido numa só época, integrando uma conjuntura histórica, cujas ideologias afetam seu pensamento, sua maneira de entender o mundo físico e o social, seu dizer.

Ao conceituar formação discursiva (FD), Pêcheux articula-a com as formações ideológicas (FI) inseridas na conjuntura histórica das lutas de classe. Responsáveis pela determinação dos dizeres, de acordo com as posições assumidas pelos sujeitos nos discursos, elas têm importante papel na constituição do sentido, uma vez que os sentidos das palavras são determinados pelas posições ideológicas que se digladiam no processo histórico-social em que são produzidas e se manifestam através das Formações Discursivas.

Como se observa, há uma estreita relação entre formações discursivas e formações ideológicas. Sem dúvida, as FDs refletem as FIs presentes na sociedade de classes. Conforme Silva Sobrinho (2007, p. 67), “são as FDs que ditam e interditam determinados dizeres”. No entanto, por representarem as formações ideológicas na linguagem, elas “são contraditórias, heterogêneas e antagônicas”. Constituem regiões de saberes, “espaços de permissões e também de proibições”, uma vez que as formações ideológicas refletem forças em luta, posições de classes em conflito (Ibidem, idem).

O conceito de interdiscurso é fundamental no quadro da AD (PÊCHEUX, 1988, p. 169), tendo-se em vista que seus elementos (os pré-construídos e os discursos transversos), ao serem inscritos no discurso do sujeito, que nunca se percebe preso a uma rede de linguagem, levam-no a identificar-se com a FD que o domina e a assumir uma ilusão discursiva, necessária à construção do sujeito e do sentido. Por conseguinte, ele se imagina fonte de seu dizer (esquecimento nº 1) e entende que o significado do que diz é único (esquecimento nº 2).

Pêcheux chama de esquecimentos o que se entende como apagamentos, ou seja, a não percepção da anterioridade dos sentidos e da determinação interdiscursiva, na constituição dos dizeres. Ao formular essa teoria, o autor recorre ao inconsciente. Conforme dito anteriormente, o autor de “La vérité de la palice”, por diversas vezes, refere-se ao inconsciente e, embora não se aprofunde nessa questão nem se enrede em seus meandros, a idéia de sujeito do inconsciente permeia sua obra. Eckert-Hoff, assim se posiciona:

É com base na interpelação ideológica, ligada ao inconsciente freudiano, que é formulada a teoria dos esquecimentos, “ilusão necessária” que constrói a unidade subjetiva. Em suma, o esquecimento nº1 é definido como um processo inconsciente e ideológico, em que o sujeito tem a ilusão de ser origem de seu discurso, “apagando” ou “recalcando” todo o exterior à sua FD. O esquecimento nº2 é aquele em que o sujeito seleciona alguns dizeres em detrimento de outros, privilegia algumas formas e seqüências discursivas e apaga outras. O sujeito “esquece” que tudo o que diz bem como o seu sentido vêm da formação discursiva à qual se filia. O sujeito não é, pois, centro e origem do sentido, lembram Pêcheux e Fuchs (1997), uma vez que ele situa seu discurso em relação ao discurso do outro (ECKERT-HOFF, 2007, p. 127).

Ao definir o esquecimento nº 1 como inconsciente e ideológico, Pêcheux considera que o sujeito da AD é afetado em dois aspectos: “em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia” (INDURSKY, 2000, p. 71). Já o esquecimento nº 2 refere-se a um sujeito capaz de fazer escolhas, de selecionar dizeres e de priorizar “determinadas formas e seqüências discursivas”. Ainda que tais escolhas se limitem às alternativas que se lhe apresentam, percebe-se, nessa ação do sujeito, uma manifestação do nível pré-consciente/consciente. Pêcheux; Fuchs (1993, p. 75) assim o consideram, uma vez que o sujeito “se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente”.

Silva Sobrinho (2007), ao falar sobre a contribuição da Psicanálise para a AD, assim se reporta ao fato:

A Psicanálise na AD - [...] – possibilitou pensar o sujeito também afetado pelo inconsciente. Este fato vem atuar fortemente na concepção de um sujeito “Eu”, em especial, no sujeito da psicologia tão criticado por ter um certo caráter idealista, já que foi colocado como a fonte de seu dizer e do sentido, que sabe e que pode, aquele que afetado pela evidência de ser sempre já sujeito, pensa ser a origem de si e das palavras que diz (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 61-62).

Tal postura em relação ao “sujeito da psicologia”, segundo Silva Sobrinho (Ibidem, idem) levou muitos analistas do discurso a certo “consenso” em relação ao sujeito do

discurso, o que vem impossibilitando de entendê-lo como também dotado de consciência. Lembra, então, o trabalho de Pêcheux e Fuchs (1993), sobre os esquecimentos constitutivos do sujeito (respectivamente esquecimento nº1 e nº2), em que se percebe a emergência de conceitos da psicanálise freudiana e conclui: “Esta reflexão de Pêcheux, trazendo a teoria psicanalítica, vem, na verdade, confirmar que há recalques e também escapes, lapsos, falhas no discurso de todo sujeito” (Ibidem, Idem).

Eckert-Hoff (2007, p. 177) soma-se a Silva Sobrinho, ao posicionar-se ante o trabalho de Pêcheux e Fuchs:

Embora os autores não se refiram claramente à noção de sujeito do inconsciente, suas palavras deixam rastros quando tecem críticas às análises que assumem a noção de sujeito consciente, racional, cartesiano[...]. Outros rastros podem ser capturados em um de seus questionamentos feitos no texto em questão: “é possível construir um modelo de análise que dê conta da incompletude da língua, da impossibilidade de estancar sentidos?” (PÊCHEUX & FUCHS, op. cit., p. 176). Ainda há rastros capturáveis nas formulações que remetem ao atravessamento da psicanálise lacaniana, presente na noção de sujeito cindido, descentrado, quando os autores marcam a oposição entre o esquecimento nº1 e nº 2. Para eles, a oposição entre os dois esquecimentos é marcada, por um lado, pela “identificação imaginária, onde o outro é um outro eu”, semelhante. Por outro lado, “o processo de interpelação–assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J.Lacan designa metaforicamente pelo ‘Outro’ com O maiúsculo”.

Conclui-se, do exposto, que não há sujeito sem história, sem ideologia, desde que ele sofre o processo de interpelação–assujeitamento, nem há sujeito que não seja assaltado, de alguma forma, pelo inconsciente. O sujeito em Pêcheux é, portanto, histórico-social, ideológico e atravessado pelo inconsciente, embora ele manifeste arbítrios em função de memórias que se adéqüem a situações vivenciadas.

Embora apresentem visões diferentes, Bakhtin, assim como Pêcheux, considera, em sua teoria, as circunstâncias históricas e sociais e as influências ideológicas das quais os homens não podem furtar-se. Ao utilizar-se dos discursos, o ser social dialoga com inúmeros outros discursos, com outras formações ideológicas, com as quais pode concordar, discordar ou mesmo confrontar-se. No ato da enunciação, os sujeitos atribuem sentidos às palavras, retomam sentidos antes existentes ou os deslocam para outros sítios de significação. Só através da sua práxis, isto é, de sua ação concreta sobre o mundo e os demais homens utilizando o discurso, é possível construir, transformar ou estabilizar as práticas discursivas.

O entendimento da linguagem como resultado de uma atividade humana, de um agir discursivo no mundo, confere especial destaque à sua perspectiva dialógica, que

considera que todo uso da linguagem envolve a ação humana em relação a outrem ou a outros num contexto situacional específico. A interação verbal é questão basilar do seu pensamento, pois considera ele que toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro e, nesse movimento contínuo de aproximações e confrontos, os sujeitos se constituem. O dialogismo é, para ele, o princípio constitutivo da linguagem e do sentido, desde que considera a enunciação como “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”.

Tal compreensão permite considerar que todo discurso é constituído pelo princípio da alteridade, tomando como fundamento o outro:

[...] nossos enunciados [...] estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas em graus variáveis pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também, em graus variáveis por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (BAKHTIN, 1992, p. 314).

Esboça-se, assim, nas palavras de Bakhtin, a questão da “heterogeneidade constitutiva” de nossos enunciados, caracterizando-a, em maior ou menor grau, pela alteridade, pela assimilação e por um emprego “consciente e decalcado”.

Conforme dito, o sujeito em Bakhtin manifesta, “em graus variáveis”, consciência ao emitir seus enunciados, uma consciência, em certa medida, estruturada pela palavra do outro, pois, segundo ele próprio o diz, “a consciência só se torna consciência quando se impregna do conteúdo ideológico e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (Bakhtin, 1988, p. 34). O discurso do outro, apreendido pela consciência, provoca um diálogo interior, através do qual o indivíduo desenvolve uma apreciação e uma crítica, e ambos os discursos, interior e exterior, fundem-se para produzir um novo discurso, em que as marcas do outro deixam vestígios.

O sujeito bakhtiniano abala a concepção clássica de sujeito cartesiano e althusseriano, ao sofrer um duplo deslocamento: um que sustenta a consciência na palavra e outro que ancora o sujeito (eu) na coletividade (nós). Apresenta, por conseguinte, consciência e lucidez, sendo capaz não apenas de atribuir sentidos, mas de dar respostas aos interlocutores, adotando uma “atitude responsiva ativa”, conforme ele próprio assegura:

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com esse discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e essa atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão

desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor (BAKHTIN, 1992, p. 290).

Através de práticas intersubjetivas, dialógicas, que dele exigem um esforço de compreensão e uma “atitude responsiva ativa”, o indivíduo constrói não somente a própria subjetividade, como também os sentidos, num movimento em que subjetividade e objetividade se alternam e se imbricam num processo de compreensão contínuo, já que é sempre suscetível de renovação. Além de uma atitude responsiva, o sujeito do discurso também é dotado de intencionalidade, o que Bakhtin chama de “intuito discursivo ou querer dizer”...

[...] o elemento subjetivo do enunciado que entra em combinação com o objeto do sentido – objetivo – para formar uma unidade indissociável vinculada à situação concreta (única) da comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados (BAKHTIN, (1992, p. 300).

Magalhães (2003), ao tratar da intencionalidade do sujeito em Bakhtin, refere-se a esse “intuito discursivo”, considerando que esse “querer dizer” é objetivado em suas escolhas. O processo de interação subtende ações movidas por uma razão, por uma intencionalidade, que se manifesta na opção por uma das formas discursivas possíveis de atuação, com o objetivo de produzir os efeitos de sentido pretendidos, de acordo com o interlocutor que se tem em vista:

Toda palavra comporta duas faces. Ela determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. [...] Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade (BAKHTIN, 1988, p. 113).

Cada enunciado, portanto, é orientado em função de um interlocutor concreto, devendo ser entendido como produto social e lingüístico, como portador de valores humanos e culturais e como resultado de uma interação humana. O outro tem fundamental importância nesse processo, pois desempenha papel relevante na produção de sentidos. O sujeito do discurso, portanto, é eminentemente heterogêneo, isto é, resultante do cruzamento de vários discursos, de várias vozes, desde que a linguagem é, em sua essência, dialógica.

2.3. A HETEROGENEIDADE NOS DISCURSOS FEMININOS

Apoiando-se no dialogismo bakhtiniano, que considera a palavra como “um fenômeno ideológico por excelência”, e na psicanálise lacaniana, que concebe o sujeito como clivado, dividido entre inconsciente e consciente, Authier-Revuz assegura que o discurso não se reduz a um dizer explícito, tendo-se em vista que é permanentemente pontuado pelo inconsciente. Para ela, todo discurso é heterogeneamente constituído:

Constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, [nele] reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a lingüística, esquecer (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

Além dessa “heterogeneidade constitutiva” dos discursos, Authier-Revuz (1990) refere-se também à “heterogeneidade representada” que seriam as marcas do outro inscritas na seqüência do discurso: aspas, discurso direto, discurso indireto livre, ironias etc. O sujeito, na impossibilidade de fugir da heterogeneidade, característica do discurso, e na ilusão de ser a origem do que diz, situa o outro, demarca seu território da linguagem e deixa transparecer, através dessas marcas explícitas, sua presença, para circunscrever o próprio espaço. Elas também se manifestam em forma de rupturas, fraturas que intervêm no fio discursivo, pondo em confronto a identidade-alteridade do sujeito. Tais marcas articulam-se com a heterogeneidade característica da linguagem, não marcadas na superfície, mas presentes na interdiscursividade.

Heterogeneidade consistiria, portanto, na presença de outros sujeitos, marcados nos discursos, na multiplicidade de vozes que os atravessam, resultando em um texto ilusoriamente uno, homogêneo e despojado de conflitos.

Orlandi (1990, p. 40) faz uma crítica à concepção de heterogeneidade desenvolvida por Authier-Revuz, por julgar que ela não é representável, já que “é do escopo do interdiscurso”. Segundo ela, não se deslindam seus elementos através das marcas do discurso ou por seus componentes (a e b), eles só são recuperados “pelo jogo das diferentes formações discursivas”. Também pondera que a noção de heterogeneidade “não considera a *natureza* da relação entre diferentes”, muito embora faça alusão ao enunciável e não apenas ao gramatical e atribua a produção do sujeito à ilusão necessária e constitutiva do seu modo de enunciação. Ademais, “produz, no dizível, um recorte importante: não o que não se diz (o não-dito de Ducrot), mas o dizer do outro no um”.

Ainda que considere esses aspectos importantes, julga que são insuficientes para abranger certas questões, como, por exemplo, a do silêncio, “esquecida na noção de heterogeneidade”. Ressalta, então, o alcance metodológico da noção de paráfrase, que permite observar a relação entre diferentes sujeitos (tanto no interior da mesma formação discursiva, como entre formações discursivas diversas), tendo-se em vista que essa relação é atravessada por um jogo de evidências e efeitos, o que, contraditoriamente, implica a obscuridade dos limites dos sentidos e dos sujeitos.

[...] para dar conta da exterioridade que constitui o discurso, é preciso apreender as relações entre formações discursivas. Essas relações, representantes da relação com a exterioridade, se remetem ao interdiscurso, sendo este definido como o lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (do domínio da memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito. [...] (ORLANDI, 1990, p. 42).

São procedentes os posicionamentos de Orlandi, no entanto as noções de heterogeneidade e de paráfrase não se excluem, ao contrário, se complementam. Todo discurso atesta sua relação com outros e com o interdiscurso. As paráfrases, por serem formas diferentes de dizer o que outros disseram, trazem em si o dizer de outros e/ou o interdiscurso que as originou.

Tanto através dos dizeres dos outros inscritos nos discursos, como através das paráfrases, é possível sondar os vestígios de alteridade, apreender a relação entre as formações discursivas e as formações ideológicas, chegar aos interdiscursos e dar conta da exterioridade constitutiva dos discursos.

Na análise dos discursos femininos da revista *Renovação*, é nossa pretensão verificar a presença da heterogeneidade nos discursos e como ela se manifesta. Além da heterogeneidade constitutiva, evidenciada pela presença dos interdiscursos, como se evidencia a heterogeneidade representada? Percebe-se, nessa última, uma ação consciente, lúcida, uma intencionalidade ou não?

Analisaremos, agora, em algumas passagens dos discursos femininos da revista *Renovação*²⁶, como a heterogeneidade se apresenta:

SD1. O feminismo que eu esposo, brasileiras, é aquele que leva a mulher a intervir na sociedade, nesta hora sombria, afim de ajudar o homem a acertar com o verdadeiro caminho da vida. Conscias da excelsa missão dada por Deus à mulher – “ajudadora do homem”, desempenhem-na com o feminismo sobranceiro,

²⁶ Os discursos femininos da revista *Renovação* analisados serão identificados de agora em diante com o símbolo SD (segmento discursivo), sendo numerados de acordo com a ordem em que se apresentam.

diffundido a educação desde o lar, à função mais nobre e elevada que venhamos a exercer no seio da sociedade [...] Fóra do lar, exercendo qualquer outra função na atividade social, não se esqueça a mulher de que a sua função por excelência é educar. Assim, compreendida a nossa missão, triunfante será. o nosso feminismo que não visa fazer frente ao homem, em quem reconhecemos o rei da criação, mas ajudá-lo, elevando-o até o fastígio da vitória, onde pelas mãos femininas, será justamente coroado (PENÉPOLE, 1931, n. 12, p. 18).

No segmento acima, retirado da revista *Renovação*, observa-se um discurso atravessado por outros ou, melhor dizendo, constitutivamente heterogêneo, pois, embora em defesa de idéias feministas do início do século XX, como a própria autora confessa ao dizer “o feminismo que eu esposo”, nota-se, claramente, a interdiscursividade em reformulações parafrásticas que denotam o imaginário construído sobre a função e o papel social destinados à mulher na sociedade patriarcal: “excelsa missão dada por Deus à mulher”; “ajudar ao homem”; “sua função por excelência é educar”; “difundir educação desde o lar”; “é seu dever ajudar o homem”. Essa montagem discursiva, ao apelar para as redes de memória patriarcal e religiosa, põe em relevo uma filiação identificadora que vai gerar novos efeitos de sentido.

Ao espaço da atualidade (a reivindicação das mulheres por direitos que lhe são negados, o movimento feminista), articula-se o espaço da memória (a lembrança do espaço e do papel predestinados à mulher desde tempos imemoriais), provocando assim efeitos de sentidos diversos que tanto poderão dar ênfase à inter-relação desses “espaços discursivos temporais”²⁷ acatando-a, como poderão negá-la, rejeitando-a. A promessa de não abandonar o espaço do lar e de dar continuidade a sua “nobre missão” de “ajudar ao homem e educar”, mesmo atuando em outra esfera, pode ser interpretada ou como um aprisionamento a uma formação discursiva dominante, ou como um artifício para obter o efeito de sentido pretendido.

Há um contraponto entre dois pólos, um que tem o sentido de oposição ao estabelecido e outro de conciliação, podendo tratar-se de uma estratégia para que se harmonizem posições com o fito de conquistar concordância e adesão de interlocutores. Essa interpretação parece-nos admissível, pois o enunciador declara explicitamente “nosso feminismo não visa fazer frente ao homem em quem reconhecemos o rei da criação”. Talvez seja uma forma tática de persuadir os leitores e angariar adeptos à causa defendida, no caso as “brasileiras”, a quem o apelo é dirigido.

Percebe-se a formação dos sentidos a partir do que Orlandi (1994, p. 11) postula como “regiões de confronto”, que, segundo ela, se encontram em constante mudança. Há,

²⁷ Lima (1999, p. 260), trabalha com essa nomenclatura, ao se referir aos espaços da atualidade e da memória.

nesse segmento discursivo, o confronto de posições: por um lado a da feminista que retira a mulher do espaço a ela reservado (o lar) para, também, intervir na sociedade (espaço do homem); por outro a ação do interdiscurso, advertindo-a da decantada “missão” feminina de ajudar o homem, de educar etc. Tal enfrentamento provoca um movimento de sentidos, reafirmando a hipótese da ocorrência de enunciados que se sobrepõem e apontam para a gestação de novos sentidos. Trata-se de uma estratégia que objetiva harmonizar posições e angariar simpatias à causa defendida.

Pêcheux (1988), ao falar sobre as formas-sujeito do discurso, nos dá indícios de “ação consciente” naquela que ele caracteriza como “mau-sujeito”, aquele que questiona, duvida, contesta, luta contra a evidência ideológica. “Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, se contra-identifica com a FD que lhe é imposta pelo interdiscurso [...]” (Pêcheux, 1988, p. 215).

Entende-se que, ao se contra-identificar com a FD presente no interdiscurso, o “mau-sujeito” manifesta uma atitude consciente que implica o reconhecimento da ação da ideologia, reagindo a seus imperativos, desde que a questiona, a argüi, a ela se contrapõe, apresenta posicionamentos, argumenta, enfim usa de estratégias discursivas que comprovam a presença de um “querer dizer” e a consciência do que diz. Vejamos como isso se dá:

SD2. Entre os muitos preconceitos de que está cheio o mundo, um há que diz ser as mulheres de inteligência apoucada, fraca e sem coragem. Quem conhece então a psicologia feminina verifica que a mulher tem capacidade igual à do homem. Todas as profissões lhe são acessíveis, embora nem todas lhe sejam convenientes. O que se dá com a inteligência, também se dá com a coragem. Fácil é a demonstração desta verdade. Os fatos ocorrem-nos às dezenas (VLASHA, Renovação, 1931, n. 10, p. 9).

Nesse segmento, por exemplo, a heterogeneidade se manifesta através da presença de duas formações discursivas distintas: uma, dominante, que denuncia o preconceito de “serem as mulheres de inteligência apoucada, fraca e sem coragem”. Outra, a dos conhecedores da psicologia feminina na qual a autora se inclui, considera que “a mulher tem capacidade igual a do homem” e defende que “todas as profissões lhe são acessíveis”. Ao engajar-se a essa última formação discursiva, o sujeito do discurso tenta distanciar-se da FD predominante a ela contrapondo-se. Observa-se, nesse caso, o uso consciente de uma estratégia discursiva, ao tentar distanciar-se e desqualificar o discurso corrente e apresentar outro, que também é o seu, caracterizando-se, assim, como “mau sujeito”, por se contra-identificar com a FD imposta pelo interdiscurso.

Logo em seguida, entretanto, se evidencia a ação do inconsciente. Um ato falho, um desliz que leva o discurso a cair novamente em lugar comum, ao apresentar uma formação discursiva, de origem patriarcal, que limita a função das mulheres, por considerá-las de constituição física frágil e pouco ânimo e, socialmente, incapazes para iniciativas de maior alcance ou para exercer profissões que exigissem maior esforço e empenho: “embora nem todas lhe sejam convenientes”.

O exemplo dado confirma que o inconsciente, vez por outra, aflora e se revela através da linguagem, que escapa e está sujeita a equívocos, falhas, deslizos. O deslizamento, as rupturas na cadeia significante (a linguagem) são a presença material desse sujeito do inconsciente.

Assevera Mariani que Pêcheux, ao colocar a unidade do sujeito em questão, recorre à psicanálise, procurando diferenciar o sujeito enquanto efeito do inconsciente (“je”), representado pelo significante, e o sujeito que ilusoriamente se julga como unidade (“moi” ou ego-imaginário). A cada falha, a cada lapso cometido, que denunciam sua divisão inconsciente, o sujeito se reconstrói como se fosse uno, deixando vestígios na linguagem. Segundo ela...

Considera-se, então como enunciação a presença do sujeito do inconsciente no discurso “consciente”, ou seja, o deslizamento, as rupturas na cadeia significante são a presença material desse sujeito do inconsciente. Trata-se de algo fugaz, não previsível, não controlado e que de algum modo mostra para o sujeito (moi) a sua falta e incompletude do simbólico (MARIANI, 2003, p. 69).

No segmento abaixo, ao referir-se aos diversos discursos que circulam sobre as feministas, a heterogeneidade mostra-se a descoberto, muito embora não se usem aspas para indicar quem os profere. No entanto, são utilizados outros recursos no relato, em especial, o discurso indireto e a ironia:

SD3. [...] as feministas são descritas como criaturas à parte, na sociedade, mulheres pouco amáveis, rígidas, chegando às raias da grosseria, absorventes, autoritárias, incompatíveis com os misteres de esposa e mãe, desumanizadas, portanto. Outros, os anti-feministas desvirtuam as mais nobres aspirações femininas, desmerecem as suas realizações mais bellas e originaes, dando, a cada sonho novo da mulher, intenção mais ou menos duvidosa. Ainda há os que (e estes são meus amigos) feministas por penetração mental, recebem os nossos empreendimentos entre surprezos e entusiasmados, incentivam-nos, ajudam-nos, como quem incentiva e ajuda a descoberta de algum novo habitante sideral, cuja finalidade ainda não se conseguiu explicar. Os que compreendem a mulher inteligente, culta, útil á pátria e á família, são tão raros que não podem formar uma classe á parte. Constituem as excepções. Os do primeiro grupo, os medíocres, não nos fazem mozza. Nós, as

feministas, já não perdemos tempo em combatel-os. Ao contrário, ridiculamente, seus prosélytos nos combatem, a qualquer propósito, no lar, que desertam, na rua onde fazem o lar, na aula, que desvirtuam, na contínua obsessão de embrutecer e afastar da vida social e patriótica a mulher que lhes deu a vida. Só os últimos nos interessam - os que nos auxiliam, por inspiração, sem nos entenderem, os que nos compreendem e colaboram conosco na evolução social (MARIA RITA, Renovação, 1931, n. 11, p.1).

Uma multiplicidade de vozes está aí representada: a da “sociedade”, que descreve as feministas como mulheres “incompatíveis com os misteres de esposa e de mãe”; a dos “anti-feministas”, que atribuem “intenção mais ou menos duvidosas” a seus sonhos desmerecendo suas realizações; a dos “feministas por penetração mental”, que as “auxiliam, por inspiração,” mesmo sem as entender; e finalmente os que as “compreendem” e com elas “colaboram”.

Além dessas vozes aludidas, há a do próprio sujeito do discurso, que emerge e se faz distinguir das demais pelo uso da primeira pessoa do plural, o nós, e pelo tom de sarcasmo e ironia que utiliza tanto ao caracterizar as diferentes vozes sociais a que faz referência, como ao tecer comentários ao que elas dizem. Para tanto, separa-as em dois grupos distintos: o primeiro formado pelas vozes dissonantes, ou seja, o dos considerados “mediócras”, que criticam as feministas e procuram depreciar seus feitos, ao qual revida através de estratégia ardilosa que denota descaso, menosprezo; o segundo grupo, constituído pelas vozes das que as apóiam, ajudam-nas ou as compreendem, “as exceções”, pelo qual manifesta interesse, embora se verifique em suas palavras certa dose de ironia..

Ao falar sobre a ironia, Maingueneau (1997, p. 99) adverte-nos:

[...] é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada. A maior parte dos analistas prefere vê-la como um gesto agressivo; outros [...], como um gesto neutro e até mesmo uma atitude defensiva, destinada a desmontar certas sanções ligadas às normas da instituição da linguagem.

Assim como Maingueneau, julgamos que a ironia também pode ser interpretada como atitude defensiva em relação aos adversários. É o que percebemos nessa passagem do SD3:

Os do primeiro grupo, os mediócras, não nos fazem moça. Nós, as feministas, já não perdemos tempo em combatel-os. Ao contrário, ridiculamente, seus prosélytos nos combatem, a qualquer propósito, no lar, que desertam, na rua onde fazem o lar, na aula, que desvirtuam, na contínua obsessão de embrutecer e afastar da vida social e patriótica a mulher que lhes deu a vida (Maria Rita, Renovação, 1931, n. 11, p. 3).

Outro recurso utilizado pelo sujeito do discurso é o uso do “nós” que transmite a idéia de conjunto de pessoas, de coletividade. Na verdade, o enunciador utiliza uma voz coletiva em que a sua se inclui: a das feministas, que formam um grupo com afinidade de interesses e objetivos.

Bakhtin (1988) diferencia as atividades mentais do “eu” e do “nós”. Segundo ele, “a diferenciação ideológica, o crescimento do grau de consciência são diretamente proporcionais à firmeza e à estabilidade da orientação social. Quanto mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será seu mundo interior”. Sem dúvida, as feministas, ao se organizarem em grupos, em coletividades, se fortaleceram e se distinguiram ideologicamente de outros grupos sociais, aumentando, assim, seu grau de consciência e, portanto, aparelhando-se interiormente para uma possível luta.

O uso do nós dá idéia de posições partilhadas, de ações coletivas, de objetivos comuns, enfim se dá a mudança do sujeito indivíduo para o “sujeito político”. Adotando-se esse entendimento, é possível asseverar que a autora do segmento discursivo acima, utilizando-se do termo nós ao dirigir-se às mulheres, em especial às feministas, busca, através dessa referência pertencente à esfera de um espaço público partilhado, a positivação política de seu discurso.

A positivação política pode ser entendida como a eficácia coletiva do que apresenta, ou seja, o compartilhamento de idéias e proposições que se impõem como evidências, levando os indivíduos a assumirem-nas como se fossem próprias. Nota-se que a enunciativa fala em nome das feministas, incluindo-se entre elas, constituindo, assim, um novo lugar social.

2.4. CONSCIÊNCIA E RESISTÊNCIA

Retomando o que foi dito anteriormente, defende-se aqui a hipótese de que, em muitos discursos femininos da revista *Renovação*, se evidencia a presença da subjetividade, quer pela aquiescência consciente ao dizer do outro, quer através da divergência de idéias, quer pela defesa de opiniões pessoais, ou ainda pela tentativa de negociação e de conciliação de interesses. Com base em Bakhtin (1992), considera-se que há momentos em que se percebe a manifestação de uma intencionalidade, ou como ele próprio denomina um “intuito discursivo”, um “querer dizer”, ou seja: “o elemento subjetivo do enunciado que entra em combinação com o objeto do sentido- objetivo- para formar uma unidade indissociável [...]”.

Conforme Pires (1999, p. 244), o ser humano é contraditório, pois, ainda que em certos momentos seja assujeitado, pode por sua própria experiência e (acrescentamos) “consciência”, superar essa sujeição. “O primeiro passo para isso é o reconhecimento da sujeição, o segundo é a resistência. Resistência que, dialeticamente, acontece em dois sentidos: pela reivindicação das diferenças e pela afirmação da igualdade de oportunidades” (Ibidem, idem).

No início do século XX, é patente, em muitas mulheres, a consciência tanto da sua condição de submissão e de exclusão, como da necessidade de lutar por seus direitos políticos e de reverter este quadro. Para tanto, se organizaram, agregando-se em movimentos e agremiações, com o objetivo de reivindicar igualdade de oportunidades; insurgiram-se no espaço público, privilegiado do masculino, através da criação e participação em periódicos tanto do estado como de fora. Essa ação objetiva, essa práxis, lhes trouxe um maior discernimento e compreensão da realidade, o que, sem dúvida, contribuiu para o afloramento de uma consciência feminista.

Como afirma Bakhtin (2004), a autoconsciência sempre converge para a consciência de classe, já que o indivíduo, ao dirigir os olhos para si, tenta perceber-se com o olhar de outrem, ou seja, do representante do grupo social, da classe. As feministas não se caracterizavam como uma “classe social”, mas como categoria, um grupo de pessoas que se uniam por posições e interesses comuns, já que lutavam pela mesma causa. A consciência de pertencimento a um grupo, como a de classe, representa uma poderosa força social, constitui uma força real. E é essa “força real” que impele as mulheres à luta e à resistência. Uma resistência manifesta em seus discursos, em suas reivindicações, conforme ilustramos a seguir:

SD4. [...] não precisamos nos mascarar de homens para atingirmos o pleno desenvolvimento da nossa personalidade. Pelo contrário, a masculinização nos viria prejudicar imensamente. Somos e queremos continuar mulheres (LILI TOSTA, *Renovação*, 1931, n. 12, p. 3).

SD5. As feministas [...] querem ser bem mulheres, mas que saibam pugnar pelos seus direitos de mulheres que desejam trabalhar e actuar em tudo quanto diz respeito ao nosso desenvolvimento político e social. [...] Já disse e mais uma vez repito: as mulheres querem e devem actuar livremente, sem nenhuma restrição aos seus direitos de livres cidadãs (MARINETTI CARDOSO, *Renovação*, 1931, n. 18, p. 11).

Segundo De Certeau (*apud* Máscia, 2002, p. 164), a resistência “[...] traz de volta o diabólico à superfície e narra a aproximação perturbadora do que fora exilado”. Considera

ele que a linguagem tem esse poder de resistir e de deixar insurgir o “que fora exilado ou eliminado”. Suas palavras, sem dúvida, nos esclarecem, em parte, o motivo de tantos anos de silenciamento das mulheres: o temor do que seus discursos poderiam revelar, o receio do que poderiam reivindicar e do que poderiam realizar e reverter. As palavras têm em si a força de ressuscitar o que fora proscrito.

Nos segmentos acima, a resistência se manifesta através do revide das feministas em protesto às críticas feitas à masculinização da mulher, ao expressar o real motivo de sua luta e os objetivos que perseguem com discernimento e determinação. Ao dizer o que querem: “somos e queremos continuar mulheres [...] mas que saibam pugnar pelos seus direitos de mulheres que desejam trabalhar e actuar em tudo quanto diz respeito ao nosso desenvolvimento político e social [...] as mulheres querem e devem actuar livremente, sem nenhuma restrição aos seus direitos de livres cidadãs”, elas denunciam o estado de falta de liberdade e de desrespeito aos seus direitos de cidadania, retirando a máscara que, por longo tempo, camuflou o que realmente acontecia por trás dela.

Ora, a denúncia é uma manifestação consciente, pois demonstra tanto o conhecimento da ocorrência como a posição, favorável ou contrária, assumida por quem a faz. Há em quem denuncia a manifestação lúcida da consciência, a percepção do que se quer e do que se não quer.

Ao manifestar a intenção de serem mulheres que pugnem por seus direitos e que atuem sem restrições no meio político e social, as feministas, embora não o digam abertamente, deixam implícita a existência de uma outra categoria de mulher que a delas se opõe: a das alienadas, passivas ou acomodadas, por não despertarem para a situação em que se encontram, ou por não se empenharem por mudar sua condição de vida.

SD6. Os anti-feministas que nos acusam de querer masculinizar a mulher não vêem logo que a feminista moderna não vai abdicar de sua feminilidade, esta arma poderosíssima, mormente numa campanha de vida ou de morte como esta, quando precisa lançar mão de todos os seus recursos lícitos e moralizadores em favor da vitória de seu sexo. Fiquem descansados os nossos adversários. A propaganda feminista em nada prejudicará a feminilidade da mulher, insistimos mais uma vez. É do nosso próprio interesse que a mulher se conserve feminina (LILI TOSTA, Renovação, 1931, n. 12, p. 3).

O termo feminilidade, tomado, no segmento acima, como “arma poderosíssima”, pode ativar sentidos de diferentes FD, desde o da religião, considerando-se a passagem do Gênese, em que Eva oferece a Adão a maçã, o que simboliza sedução e desobediência, até os sentidos mais comuns de uma FD masculina, da época da autora, os mais prováveis. Esses

dizem respeito à mulher como mãe, à imagem de Nossa Senhora, e esposa, dona e a cuidadora do lar, acrescentando-se aqueles que a singularizam como gênero possuidor de beleza, fragilidade, encantos, delicadeza e sensibilidades que lhe são peculiares. Somente as sereias, seres femininos, é que podiam seduzir o aguerrido Ulisses e seus companheiros com seus cantos.

A enunciadora da seqüência discursiva acima, que se inclui entre as feministas, ao utilizar pronomes na primeira pessoa do plural, faz referência ao discurso dos anti-feministas que as acusam “de querer masculinizar as mulheres” e a eles se contrapõe (“a feminista moderna não vai abdicar de sua feminilidade”) de forma responsável e enérgica, justificando seu posicionamento (“esta arma poderosíssima...”), de modo a convencer seus interlocutores e obter possíveis adesões. A consciência emerge e se impõe como uma força real, como um recurso, dentre os existentes, no embate em prol da conquista de seus pleitos, como a própria enunciadora o diz: “[...] mormente numa campanha de vida ou de morte como esta, quando precisa lançar mão de todos os recursos lícitos e moralizadores em favor da vitória do seu sexo”.

Por último, faz um apelo aos adversários: “fiquem descansados...”, numa tentativa clara de acalmar os ânimos, de pacificação, ocupando uma posição de sujeito, no caso, de um sujeito intencional, compelido por uma vontade consciente, corroborando, assim, a presença de um “intuito discursivo”.

Os discursos femininos em análise nem sempre apresentam contornos bem definidos, pois são marcados por contradições típicas de quem está ensaiando os primeiros passos. São perceptíveis as tentativas de alçar vôos, de ter um discurso próprio, o que se mostra em suas propostas e argumentos, manifestações de um “querer dizer”, por vezes tímido, por vezes altivo. Vôos que nem sempre se completam, e, algumas vezes, voltam ao lugar de origem, quando, por um deslize, se contradizem ou retomam a FD patriarcal. Em alguns discursos, entretanto, as mulheres (feministas) revelam lucidez, dizem a que vêm e o que querem. O feminismo, como posição política consciente, representa um contraponto, uma forma de luta e resistência.

Nesse movimento de aproximações e confrontos com o discurso do outro, vão as mulheres definindo novos papéis e circunscrevendo seu espaço, um espaço que não exclui o lar, mas que se amplia em direção ao mundo externo, à sociedade. Através de seus discursos, investem em um ideal, cientes de que a palavra é uma arma poderosíssima para a consecução de seus objetivos e, sobretudo, para a constituição de uma identidade de gênero. Contudo,

embora apresentem posicionamentos discordantes e se afastem da FD imposta pelo interdiscurso, elas não conseguem provocar uma ruptura.

Na materialidade de seus discursos, as refletem não apenas sua relação com o contexto social e histórico, mas sua forma de operar na linguagem, através de apropriações e contradições que se dão nesse processo de constituição da identidade. O movimento feminista é um elemento novo (um acontecimento) que surge e mexe com as estruturas existentes, produzindo descontinuidades que se manifestam, sobretudo nos discursos.

2.5. REPRESENTAÇÕES FEMINISTAS NOS DISCURSOS DAS MULHERES

2.5.1. Construção do sujeito feminista

Conforme visto no capítulo anterior, todo imaginário é cultural, produzido historicamente. Retomando a relação indissociável entre língua e história, é válido acrescentar que as formações imaginárias se produzem e reproduzem historicamente, através das formações discursivas.

Para Pêcheux (1993), todo discurso tem em vista um destinatário que ocupa um lugar determinado na organização de uma formação social. Ao nos dirigirmos a ele, traçamos imaginariamente seu perfil, procuramos conceber a imagem que ele faz do lugar em que se encontra e do lugar do outro. As representações de tais espaços, portanto, se dão a partir dessas formações imaginárias, existentes em todo processo discursivo, que apontam o lugar que A e B se conferem reciprocamente e a imagem que fazem de seu lugar e do lugar do outro.

Se assim ocorre, existem os mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições [...] (PÊCHEUX, 1993, p. 82-83).

Com o escopo de verificar as representações que se fazem das feministas, de seu lugar e do lugar do outro e a imagem que julgam fazerem os outros dela, serão analisadas, aqui, apenas seqüências de discursos femininos presentes na revista *Renovação*. Embora dirigida por mulheres, o leque de leitores dessa revista era bastante amplo, pois havia também contribuições masculinas e suas matérias tratavam de assuntos de diversas naturezas. Os textos, portanto, eram dirigidos aos leitores em potencial.

2.5.2. O imaginário feminista

A análise dos discursos femininos permitiu-nos identificar quatro imagens distintas das feministas, que nem sempre são auto-representações, mas representações de terceiros. Examinaremos, a seguir, seqüências discursivas representativas dessas diferentes imagens:

A – A imagem de mulher autoritária, masculinizada, com intenções duvidosas:

SD7. [...] as feministas são descritas como criaturas à parte na sociedade, mulheres pouco amáveis, rígidas, chegando às raias da grosseria, absorventes, autoritárias, incompatíveis com os misteres de esposa e mãe, desumanizadas, portanto. (Maria Rita, Renovação, 1931, n. 11, p. 1).

SD8. O que se tem tornado maior empecilho á victória feminista, é, realmente, essa errônea presumpção de que aproveitar as aptidões da mulher será embrutecer sua sensibilidade, tiral-a do lar, inverter a ordem natural das cousas, da sociedade, dar-lhe as calças que os homens vestem e vestil-os nas saias que os envolvem.[...] A minha vingança é que eles me roubam as saias, mas eu hei de lutar e vencel-os sem que, nem por sonho, pense em lhe tomar as tão disputadas e desgraciosas calças- terei sempre novas saias para substituir as que elles me furtarem (TOSTA, Renovação, 1931, n. 9, p. 2).

SD9. [...] os anti-feministas desvirtuam as mais nobres aspirações femininas, desmerecem as suas realizações mais bellas e originaes, dando, a cada sonho novo da mulher intenção mais ou menos duvidosa. (ANDRADE, Renovação, 1931, n. 11, p. 1).

O sujeito do discurso em SD8, ao utilizar a expressão “errônea presunção”, manifesta um julgamento de valor em relação à imagem do lugar de B (os contrários ao feminismo) para o sujeito situado em A (as feministas). Tal imagem veicula uma idéia depreciativa sobre as feministas, caracterizadas através de uma adjetivação de cunho pejorativo (grosseiras, rígidas, absorventes, autoritárias, desumanizadas). Procura, então, desqualificar a imagem veiculada, considerando-a arrogante por “inverter a ordem natural das coisas, da sociedade” e julgar que o movimento feminista tem o fito de masculinizar a mulher, embrutecer sua sensibilidade. No entanto, ao referir-se à “ordem natural das coisas, da sociedade”, o sujeito do discurso confirma a existência dessa ordem, o que, de certa forma, é contraditório, uma vez que lutavam as feministas por espaços sociais ocupados pelos homens e muitas delas chegaram a usar as “disputadas e desgraciosas calças”, ao que a autora se recusava em sua luta.

O uso da seqüência de orações reduzidas predicativas de caráter depreciativo (“embrutecer sua sensibilidade”, “tirá-la do lar”, “inverter a ordem natural das coisas, da sociedade”, “dar-lhe as calças que os homens vestem e vesti-los nas saias que os envolvem”) enfatiza como as feministas são caracterizadas pelos que lhe são adversos, ou melhor, pelos que se encontram do lado oposto, construindo-lhes uma imagem negativa no meio social.

A intenção de desforra declarada (“hei de lutar e vencel-os, sem que, nem por sonho pense em lhes tomar as tão desgraçadas e disputadas calças”), manifesta uma necessidade de dar a volta por cima, ou seja, de enfrentar o adversário sem usar seus abomináveis expedientes, mas através de proposições concretas e eficientes: “terei sempre novas saias para substituir as que eles me furtaram”. Não resta dúvida que tal resposta satisfaz a uma exigência, preenche a lacuna deixada pelo questionamento sugerido por Pêcheux ao referir-se à imagem de B para o sujeito situado em A: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”

Em SD9, também, verifica-se a resposta do sujeito do discurso, em tom de reprovação ao descaso dos antifeministas em relação aos sonhos e intenções das mulheres que aderiram ao feminismo, atribuindo-lhes caráter duvidoso. Mais uma vez, o sujeito situado em B reitera a imagem negativa construída em torno da mulher que ousa afrontar o estabelecido. A reação de B (os antifeministas), sem dúvida, era a esperada, pois o movimento feminista representava uma ameaça ao *statu quo*, uma iminente quebra da ideologia patriarcal, um risco de mudança da estrutura social vigente.

B – A imagem de mulher feminista humanizada:

SD10. A mulher feminista é creatura humana, como toda a gente: nasce, ama, (vive) e morre... Conheço typos admiraveis, bellos exemplos como esposas delicadas, até o sacrifício; mães exemplares, extremosas, abnegadas. Vi a Dra. Práguer Fróes na intimidade-esposa, mãe e avó. É médica. Clínica. [...] Na clínica é respeitável. Como esposa, atesta-o a felicidade irradiante do Dr. João Fróes; como mãe, a vida do Dr. Heitor Fróes, a sua educação, a sua actuação social, são exemplos dignificantes; como avó, é toda extremos, toda carinhos para o netinho, que mal acabara de nascer... Vi-a em olena actividade feminística...admirei-a. Vi-a no encantamento do seu foyer... exhultei-a... (ANDRADE, Renovação, 1931, n. 11, p.1).

No segmento discursivo citado, verifica-se a retomada da imagem de “mulher humanizada” que o sujeito de SD10 resgata, na tentativa de dismantelar a figura, construída pela sociedade, de mulher autoritária, insensível, de caráter duvidoso, de conduta reprovável. Para tanto, utiliza-se de exemplos de mulheres, chegando mesmo a citar nomes, que

abraçaram a causa feminista, mas não abandonaram o lar, nem a missão de companheiras e mães “exemplares, extremosas e abnegadas”. O testemunho de quem “viu com os próprios olhos” e acompanhou a atuação delas, tanto no recinto doméstico como fora dele, tem um peso indelével.

O artifício da exemplificação, sem dúvida, busca o convencimento. Um ditado popular, “as palavras voam, os exemplos arrastam”, já nos dá indícios de como os exemplos são importantes. Utilizados nos discursos, como elementos de persuasão, eles ganham considerável força, pois buscam a evidência e a incontestabilidade. No segmento em análise, o sujeito situado em A (as feministas) pretendeu, com o exemplo, contestar a imagem negativa construída pelo sujeito situado em B (os adversários), mediante o acréscimo das qualidades femininas acatadas socialmente e a existência de interesses comuns às feministas e à sociedade, numa tentativa clara de harmonizar posições, de granjear simpatias, sem desagradar as partes envolvidas. Através da exemplificação, o sujeito do discurso mostra que isso é possível.

Ademais, busca-se a conciliação de dois extremos: o novo e o antigo. Por conseguinte, os propósitos de resolver um paradoxo, ressaltando-se que não seria a nova mulher, anunciada pelas feministas, que invalidaria a mulher antiga e valiosa para a estrutura social vigente na época, pois essa não só perduraria, mas até mais se afirmaria quanto a seu papel consagrado pela tradição, ou seja, pela cultura dominante.

Observa-se, contudo, a contradição do discurso ao se retomar a história da luta das mulheres, cujo principal objetivo era reverter a situação em que se encontravam, de total submissão ao marido, presas aos deveres de esposa e mãe e reclusas ao interior dos lares.

C – A imagem de mulher inteligente, atuante, com dotes iguais aos do homem:

SD11. Os que compreendem a mulher inteligente, culta, útil á patria e á familia, são tão raros que não podem formar uma classe á parte. (Maria Rita, 1931, n. 11, p. 1).

SD12. Feminista por natureza, minha illustre amiga, bemvindo á luz da razão que a mulher tem como o homem todas as probabilidades para a profissão que abraçar; sendo de opinião que no intellecto humano existem variantes, mas que estas são latentes nos dois sexos, não existindo absolutamente privilegio no homem sobre os dotes da intelligência [...] (IDALICE, 1931, n. 12, p. 19).

SD13. O alvo feminista é que a mulher tenha o direito de cooperar para o bem-estar do lar, da familia, da sociedade, enfim para o desenvolvimento da patria Brasileira. (CARDOSO, 1931, n. 18, p. 11).

Em SD12, percebe-se que o sujeito do discurso assume a imagem do lugar de A, dirigindo-se ao sujeito aí situado com tom de elogio (minha illustre amiga). Esta imagem de mulher inteligente, com dotes iguais aos do homem, com capacidade de ampliar seu âmbito de ação para atuar tanto no lar como fora dele, mostra como as feministas desejam ser vistas pelas demais mulheres.

Nas seqüências SD11 e SD12, o sujeito situado em A (a feminista) dirige-se aos situados em B com o fito de lhes passar uma imagem de mulher diferente da existente.

Nessas seqüências discursivas, pode-se identificar a composição de uma nova imagem através da soma de traços da figuras masculina e feminina existentes na sociedade patriarcal. Das características atribuídas ao homem, pinçou-se a inteligência, a capacidade de abraçar profissões, de atuar na sociedade e ser útil à pátria. Das conferidas à mulher, suas qualidades domésticas e sua utilidade na família. A sobreposição dessas características dá forma a outra imagem: a de uma mulher inteligente e atuante, com habilidades que abrangem desde a execução das tarefas do lar e o cuidado com a família até a atuação profissional, social e os deveres cívicos.

É interessante observar o efeito de sentido produzido com essa estratégia: recrutar adesões à causa e afugentar animosidades de ambos os lados. Na verdade, o açambarcamento de tantas tarefas, se por um lado foi favorável ao sucesso da causa defendida, por outro, trouxe à feminista uma sobrecarga de deveres e poucos direitos.

Entrementes, em nenhum momento, há questionamentos sobre o lugar ocupado pelo homem na sociedade. A ampliação do espaço feminino impõe às mulheres novos afazeres, além dos já existentes, mas não muda o lugar do outro, e se isso lhes provocou inquietações, elas, simplesmente calaram. Creio que o momento não era oportuno para tal.

D – A imagem da feminilidade

SD14. A “Suffragette” que de masculina só tinha a aparência, revelou-se uma super-mulher durante o conflito europeu. Ela aprendeu ao que deve ser o verdadeiro feminismo nas fabricas de munição e nos hospitaes de sangue, á cabeceira dos soldados, no meio dos estilhaços das metralhadoras, na luta diária para salvar braços para defesa do território nacional. A guerra terminada, surgiu o novo tipo aperfeiçoado de verdadeira feminista. O vestuário e os modos masculinizados foram substituídos pela elegância no trajar e as maneiras delicadas. A “Suffragete” compreendeu que as suas qualidades essencialmente femininas em lugar de serem um impecilho á realização do seu ideal era uma arma a mais a empregar em favor de sua emancipação. E assim, em vez de se tornar um homem *manqué*, resolveu ella ficar tipicamente feminina (LILI TOSTA, Renovação, 1931, n. 12, p. 3).

A imagem de feminilidade é construída para substituir aquela veiculada pelas “suffragettes”, ou seja, feministas que, no início do século XX, participaram do movimento a favor do sufrágio e que, pelas vestes e maneiras masculinizadas e métodos incivilizados, adquiriram má reputação disseminando, no meio social, uma imagem negativa da mulher que reivindica e luta por seus direitos. Na década de 1930, há uma preocupação das feministas, em âmbito nacional, de dissipar tal imagem, definindo o que são as “verdadeiras feministas”: aquelas que comprovaram sua coragem e seu valor durante a guerra, e que, ao receberem como recompensa o sufrágio, ou seja, os direitos ao voto e à elegibilidade, exercem-no com responsabilidade demonstrando maturidade e bom senso. O sujeito do discurso em A tenta construir uma imagem positiva das feministas para o sujeito colocado em B.

Percebe-se, nessa seqüência discursiva, a referência à transformação sofrida pelas “suffragettes”, que amadureceram durante o conflito bélico “revelando-se uma super-mulher”. Tal mudança se delinea, também, na materialidade discursiva, através do uso do prefixo super-, que redimensiona o substantivo mulher, e da predominância de adjetivos com efeitos de sentido positivos, utilizados para restabelecer a imagem da feminilidade: “novo tipo aperfeiçoado de verdadeira feminista”, “de maneiras delicadas”, “tipicamente feminina”.

Ora, a preocupação de construir um “novo tipo” feminino, que seria o de uma “mulher autêntica”, a “verdadeira feminista”, denota a ansiedade em demolir a imagem das consideradas “falsas feministas”, ou seja, das que apresentam características opostas e prejudicam a imagem do feminismo na sociedade, anulando os esforços empreendidos em favor da consecução de seus objetivos, de sua luta.

Ademais, chegaram elas à compreensão de que, para ocupar um espaço social, não tinham que usar as armas do outro sexo transformando-se em “homens manquês”, e sim, utilizar a arma de que dispunham e que sabiam tão bem manejar: a feminilidade.

SD15. Fiquem descansados os nossos adversários. A propaganda feminista em nada prejudicará à feminilidade da mulher, insistimos mais uma vez. É do nosso próprio interesse que a mulher se conserve feminina (LILI TOSTA, Renovação, 1931, n. 12, p. 3).

Verifica-se, portanto, nos discursos femininos, o uso de estratégias bem construídas, artifícios variados que visam convencer, persuadir os leitores, trazer para o seu lado os que se situavam no lado oposto, revelando intencionalidade em seus propósitos e o surgimento de uma consciência de categoria e de uma identidade feminina fundada em trocas veladas ou explícitas.

Conseqüentemente, as mulheres que sempre estiveram nas margens da sociedade, foram abrindo e ampliando seus espaços de atuação e iniciaram um movimento de dupla circulação e articulação, isto é, intercambiaram o lugar e o papel do feminino e ocuparam simultaneamente a margem e o centro, disputando a parte de um todo na sociedade brasileira (MOREIRA, 2004).

No movimento de aproximações e confrontos com o discurso do outro, as mulheres definem novos papéis, expandem seu espaço, um espaço que não se reduz apenas ao lar, mas se estende em direção ao mundo externo, à sociedade. Também, através de seus discursos, investem em um ideal, conscientes de que a palavra é uma arma poderosíssima para a consecução de seus objetivos e, sobretudo, para a constituição de uma identidade de classe.

3. DISCURSOS POLÍTICOS FEMININOS - DÉCADA DE 1930

3.1. UM CAMINHO DE ANÁLISE

Assegura Pêcheux que um discurso depende das condições de sua produção. Como exemplo, recorre ao discurso de um político, que pode refletir seu próprio pensamento, se estiver isolado, ou o de um grupo que representa. Porém, de uma forma ou de outra, situa-se no interior de uma relação de forças antagônicas: “[...] o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa em relação ao que diz” (PÊCHEUX, 1993, p.77).

Por ser produzido em dado momento histórico, o discurso responde às necessidades que se apresentam nas inter-relações humanas e faz parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, pertence a um sistema de normas procedentes da estrutura de uma ideologia política. Para Pêcheux, os protagonistas do discurso representam lugares determinados na estrutura de uma formação social, e as relações entre esses espaços se refletem em uma série de “formações imaginárias”, que indicam os lugares que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente, um ao outro.

Constrói-se, assim, o imaginário social, por meio do qual cada um alcança sua identidade no interior dessa topografia. Por conseguinte, o discurso do sujeito é efeito de uma rede de formações imaginárias e é uma representação do imaginário social, que leva os indivíduos não só a anteciparem as representações do interlocutor, fundando estratégias de discurso de acordo com essa antevisão imaginária do outro, como a assumirem papéis de acordo com os lugares em que se inscrevem.

A distribuição dos papéis correspondentes aos lugares sociais que os indivíduos ocupam, corresponde a uma hierarquização que concretiza uma diferenciação quanto ao valor e à importância do que se diz em cada instância social, ou seja, há valores de papéis sociais que se agregam às falas, unindo-as com maior ou menor força para produzir efeitos de poder. (VOESE, 2002, p.73).

Ainda segundo Voese (2002), as relações entre os homens apresentam outras dimensões, nem sempre explicitadas, com as quais a utilização da língua se encontra

envolvida. Sem dúvida, a língua, como produto humano, reflete a complexidade dessas relações, muitas vezes sob a forma de artifícios que ocultam as intenções dos envolvidos no processo discursivo. A dimensão histórico-social distende ainda mais essa complexidade, pois o enunciado “assume também uma forma de valorização de um lugar social, ou seja, aquilo que o homem diz (ou não) e faz (ou não) em determinado lugar social vai ter mais ou menos prestígio e poder” (Ibidem, idem).

Tais lugares, da forma como se encontram organizados, hierarquizando valores e prestígios, “também hierarquizam as vozes, estabelecendo tensões, mais ou menos conflitantes, que geram concordâncias, contrapontos e contradições”. (Ibidem, p. 80).

Entende Bakhtin (1988, p. 43) que as formas de comunicação verbal “são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica”. Considerando que, entre essas formas, as de enunciação e o tema compõem uma unicidade orgânica e indestrutível, afirma que a classificação das formas de enunciação tem seu fundamento necessário nas de comunicação verbal. As relações de produção, é válido acrescentar, seriam independentes da vontade dos homens, necessárias, pois, decerto, são determinadas pela produção social de sua existência, correspondendo elas ao “grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, *apud* VAISMAN, 2008). Enfim, ressalta Bakhtin:

Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às regras da “etiqueta”, do “bem-falar”, e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento (BAKHTIN, 1988, P. 43).

Convém lembrar que a organização hierarquizada da sociedade é fruto necessário de conflitos que dizem respeito a todo o bojo social, refletindo-se, particularmente, nos processos comunicativos. Portanto, essa organização é dinâmica, e nunca pacífica, com conflitos implícitos na própria linguagem, uma vez que nela se espelham relações de dominação, submissão, adaptação e resistência de indivíduos e grupos sociais, sendo ela um recurso da elite dominante para afirmar seu poder. Não por outros motivos, é possível falar em diferenças de registros em um mesmo sistema lingüístico, em que um registro é imposto sobre outro, para que se imponha à sociedade o direcionamento pretendido pelas vozes dos dominantes.

Voese (2002, p. 80) busca apoio em Bakhtin, ao tratar das determinações sociais que incidem sobre o discurso e as distribui em três níveis: as formas de comunicação verbal ou

formas discursivas; os modos de enunciação e os temas. O primeiro nível (formas de discursividade) corresponde “às condições que se originam da heterogeneidade social a partir de classe, raça, sexo, religião, cultura, nacionalidade, etc.” Tais dimensões fogem do âmbito de intervenção individual e inserem-se no grupal. O pertencimento a determinado grupo não só impõe modos de enunciação, como também valida o enunciado de quem o profere.

O segundo nível, que corresponde aos modos de enunciação, refere-se aos padrões mais ou menos estabilizados de produção de enunciados ou a possibilidades que abarcam campos distintos: o dos gêneros discursivos, o das variedades lingüísticas e o das operações lingüísticas. Em relação aos gêneros discursivos (da política, do direito, das reuniões sociais, da família etc.) e às variedades lingüísticas, há determinações sociais decorrentes da hierarquização das formas de discursividade. Já as operações lingüísticas dizem respeito às escolhas na esfera da língua (itens lexicais, modalizadores, operadores argumentativos e arranjos sintáticos), que, segundo Voese, se caracterizam como manifestações de intencionalidade do sujeito. Vale acrescentar, contudo, que tais escolhas, embora consideradas intencionais, são determinadas pelo grupo a que o falante pertence, pois, nele, há sempre preferência por determinadas palavras e construções lingüísticas.

O terceiro nível diz respeito aos temas, que, como produto e referência da atividade dos homens, diferenciam-se nos diversos segmentos sociais, havendo, portanto, uma vasta variedade temática. Eles também são passíveis de hierarquização, pois há temas a que se atribui maior ou menor relevância, de acordo com o lugar social que lhes deu origem.

As condições de produção de um discurso estão relacionadas não só à situação em que ele é produzido, mas também às formas como os indivíduos se relacionam, ou melhor dizendo, às formas de produção verbal, que reproduzem conflitos e contradições típicos das relações humanas. As mediações discursivas se inserem em um determinado momento histórico e refletem ideologias presentes nas formações sociais, por isso, o discurso carrega em si, além do histórico, o ideológico, o que o impossibilita de ser neutro, uma vez que quem o produz o faz a partir de um lugar social e de uma perspectiva ideológica.

O funcionamento do discurso transcende o plano meramente lingüístico, pois aí também se encontram as condições de produção que cercam os protagonistas e seus lugares sociais, além do ‘conteúdo ideológico’ que se impregna às palavras. Para Bakhtin (1988, p. 95), nas palavras há sempre um conteúdo ou um sentido ideológico ou vivencial. Elas “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais”.

Ora, se a palavra é uma manifestação humana, o discurso representa a materialização das formações ideológicas desde que é um lugar de expressão da palavra, espaço em que os interlocutores se revelam, “ganham existência” e a elas dão sentido. O seu significado não se encontra apenas na relação entre os termos e segmentos que o compõem, mas no espaço discursivo em que se manifesta o dinamismo das relações e das forças sociais. Em consequência, o discurso constitui o espaço das mediações, em que novos sentidos são atribuídos às palavras a partir da re-significação dos já existentes.

Por ser uma das formas de manifestação da ideologia, o discurso tanto responde às demandas das relações entre os homens na produção e reprodução de sua existência em sociedade, como traz, intrinsecamente, as marcas das condições em que é produzido. A produção dos homens, organizada e manifesta em forma de discursos, gera efeitos de sentido que atuam na realidade e provocam mudanças nas relações sociais. O estudo das condições de produção do discurso implica tanto o conhecimento de suas determinações históricas como dos efeitos de sentido que incitam mudanças na realidade em que é produzido.

Lukács afirmou que “o sentido é socialmente construído pelo homem, para o homem, para si e para seus semelhantes”. (1997, p.48) Ao buscar dar significado a sua existência, o ser humano também procurou dar sentido aos seres e objetos ao seu redor, às atividades que desenvolvia, aos signos que utilizava, enfim, ao mundo. A vida em sociedade impulsionou indivíduos, pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais, a entrarem em acordo a propósito das representações dessas práticas, o que se consubstanciou na criação de sistemas organizados de comunicação.

Em decorrência, os sentidos se convencionaram, se organizaram, se hierarquizaram, passando, então, a refletir a posição ou posições que os sujeitos ocupam no meio em que vivem, o seu lugar social. Os discursos, portanto, revelam os vínculos ideológicos e o lugar que o sujeito que o enuncia ocupa nas contradições de classes.

Consideram Pêcheux e Fuchs (1993, p.166) que as formações ideológicas “comportam necessariamente como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harena, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Ao falar em conjuntura, os autores se referem a uma relação de lugares no interior de uma relação de classes.

Ora, pelas palavras dos autores, entende-se que as formações discursivas (FD) dão sustentação às formações ideológicas (FI), constituindo o discurso um dos aspectos materiais da ideologia. As formações ideológicas, por sua vez, exercem seu papel na determinação dos

sentidos das palavras, ao imbricarem-se nas FDs que atravessam os discursos, veiculando idéias e determinando o que se deve ou não dizer em dada realidade sócio-histórica, a fim de se atingir determinados interesses.

Não resta dúvida que há uma inextricável relação entre ideologia e discurso. É impossível enxergá-los de forma separada, já que os discursos são os espaços em que se materializa a ideologia, e ambos se utilizam da linguagem. As formações ideológicas, portanto, se manifestam e se consolidam através dos discursos. Mas como verificar como as ideologias se revelam e produzem sentidos, se os discursos não são transparentes, nem homogêneos? Como penetrar na sua opacidade e desvendar o que se esconde em seu interior?

Ao se referir à relação do discurso com a ideologia, Orlandi (1996, p. 36) pondera que, para entender o sentido de um discurso, não é necessário partir da ideologia, mas procurar compreender os efeitos de sentido nele produzidos. A ideologia, portanto, não se reflete nos discursos como algo que lhes é externo, mas como efeito de sentido, o que nos leva ao entendimento de que ela está presente no interior das práticas discursivas, nos processos de significação. Por conseguinte, a ideologia não promove “ocultação”, nem “engano”, mas produz o “desconhecimento dos sentidos”, através de “processos (históricos) discursivos cuja materialidade (lingüística) podemos observar ou discernir” (Orlandi, 1990, p. 103).

Para Pêcheux, o político mantém estreita relação com a história. De acordo com Silva Sobrinho (2007, p. 40), ele, juntamente com Gadet (1988), teceu críticas severas a duas tendências predominantes na Lingüística, o logicismo e sociologismo, considerando-as incapazes de revelar um ponto-de-vista materialista sobre a língua. Apresentam, como um de seus argumentos, que tais teorias denegam o político, embora por vias distintas, “mencionando que este político deve ser entendido como uma questão ligada à ciência do ‘continente-história’, referindo-se a Marx e a Lênin. E deduz ele:

Ressaltamos que se ele aponta o político para ser entendido no campo do marxismo, podemos compreender que a história é entendida como a maneira pela qual os homens estabelecem suas relações materiais de produção, sendo o político constitutivo dessas relações determinadas (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 40).

Decerto, Pêcheux possui uma clarividência sobre questões inerentes ao ser humano em qualquer fase histórica. Embora suas teorizações tenham procurado explicar as demandas do tempo em que viveu, elas contemplam processos similares que ocorrem no seqüenciamento dos fatos humanos. É nesse seqüenciamento que se substancia a história, consolidando-se as

relações efetivas de produção do homem, inclusive as práticas políticas, materializadas nas práticas discursivas.

Ao considerar a prática discursiva como uma materialização da prática política na esfera da linguagem, Pêcheux assim se manifesta:

[...] toda prática discursiva está, sobretudo, inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas, o que vem a caracterizar a materialidade da instância ideológica por condições históricas reflexas nas práticas discursivas, sendo necessário subtrair-se dessa relação a homogeneidade, a transparência e a circularidade dos efeitos da prática política no campo discursivo (PÊCHEUX, 1988, p. 213).

Pelo exposto, conclui-se que as práticas discursivas se constituem através de uma relação dialética entre língua e história, relação esta sobredeterminada pelas formações discursivas que se ancoram em uma dada formação ideológica. Normalmente, as FDs funcionam através de um sistema de pré-construídos e paráfrases, em que elementos irrompem a superfície do discurso impondo um sentido pré-estabelecido, ou os enunciados são retomados e reformulados num empenho incessante de delimitar suas fronteiras, de resguardar sua identidade. No entanto, as relações de determinação que mantêm entre si são dissimétricas, por isso encontram-se em constante trabalho de reconfiguração, daí porque não podem ser consideradas homogêneas e transparentes. A recomendação de Pêcheux, de suprimir dos efeitos da prática política, na esfera do discurso, a homogeneidade, a transparência, a circularidade é assaz pertinente.

Sabe-se que, na sociedade, cada indivíduo ocupa uma determinada posição, conferida pelo seu lugar social. A cada posição ocupada, correspondem determinadas FDs que funcionam como espaços de significação que regulam ou confrontam discursos, tanto os que apontam para uma mesma FI, como para o embate entre duas ou mais formações ideológicas. Assim, as idéias expressas pelos sujeitos são marcadas por formas simbólicas, que denunciam a posição que assumem frente às diferenças de ordem política e ideológica que se afrontam na sociedade.

O sujeito do discurso, portanto, só se constitui como tal ao assumir uma forma-sujeito. Essa forma-sujeito é decorrente de uma formação discursiva com que o sujeito se identifica, validando-a. Por conseguinte, cabe afirmar que a forma-sujeito do discurso se substancia no sujeito afetado pela interpelação ideológica e identificado com a formação discursiva que o domina. Daí o fato de Pêcheux (1988, p. 164) afiançar que os elementos do interdiscurso (pré-

construídos²⁸ e de articulações²⁹) são reinscritos no discurso do sujeito, levando-o tanto a identificar-se com a FD que o domina, como a construir uma unidade imaginária de si próprio.

A definição da forma–sujeito é resultante da articulação entre o materialismo histórico e a Psicanálise e baseia-se na identificação que há entre o Sujeito althusseriano e o Outro lacaniano. O sujeito é constituído, portanto, pela ideologia (o histórico) e pelo inconsciente (o dizer do Outro) que lhe atribuem um lugar e, ao mesmo tempo, dissimulam a ilusão, dando-lhe sentido de autonomia resultante dessa atribuição (tese da interpelação e efeito-sujeito).

Vale dizer que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, sem que eles se dêem conta de tal interpelação. Dito ainda de outra forma, não há sujeito sem ideologia, embora ela não seja um processo da ordem do consciente. Estamos aqui falando da existência histórica do sujeito, ou seja, trata-se daquilo que Pêcheux, à semelhança de Althusser, designou de forma-sujeito (INDURSKY, 2000, p. 71).

Além da forma-sujeito do discurso, que seria o sujeito afetado pela interpelação ideológica e identificado com a formação discursiva que o domina, Pêcheux (1988, p. 159) refere-se à “forma-sujeito do direito”, fazendo alusão a um sujeito universal, a quem as leis são aplicadas a partir de determinadas singularidades. No caso, o sujeito, advindo de um plano social vazio, teria expressão, ao tornar-se subordinável a preceitos expressos formalmente, frutos das relações jurídico-ideológicas. Daí o emprego do futuro do subjuntivo tão comum nas leis, para definirem-se direitos, obrigações e sanções.

De qualquer modo, para Pêcheux (Ibidem, idem), é a ideologia que indica “o que é” e “o que deve ser”, “[...] e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ lingüisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’. E complementa:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão [...], evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (Ibidem, p. 160).

²⁸ O pré-construído, para Pêcheux (1988, p. 164), representa o sempre-já-aí da interpelação ideológica, que fornece-impõe a “realidade” e “seu sentido” sob a forma de universalidade (o mundo das coisas).

²⁹ A “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (Ibidem, idem).

Como as formações ideológicas se manifestam através das formações discursivas, estas são espaços de regulação e de confronto dos dizeres e dos sentidos, interferindo nas relações e na prática social. Segundo Indursky (2000, p. 71), “é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso” e, acrescenta-se, ao sentido do discurso.

Ao reconhecer o papel da formação discursiva na constituição do sentido, Pêcheux também reconhece que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (Ibidem, p.162), e propõe chamar a esse “todo complexo com dominante das formações discursivas” de interdiscurso³⁰, que também seria submetido “à lei de desigualdade-contradição-subordinação [...] que caracteriza o complexo das formações ideológicas” (Ibidem, p. 169).

O conceito de interdiscurso torna-se, portanto, central no quadro da AD, já que corresponde a um aglomerado intrincado de FDs, no qual aparece uma como dominante. A esse “todo complexo” corresponderá, em consequência, um complexo de formas-sujeito. Paralelamente, aparece o conceito de intradiscurso, que Pêcheux assim explica: “[...] o intradiscurso, enquanto fio do discurso do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’ (Ibidem, p.167).

Os elementos do interdiscurso (os pré-construídos e os discursos transversos) são reinscritos no discurso do sujeito, levando-o não só a identificar-se com a FD que o domina, mas a construir uma unidade imaginária de si próprio. Assim, esses elementos aparecem “determinando o sujeito, impondo-dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência de autonomia, isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (Ibidem, p.164).

Para o autor, portanto, a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a dominante. Em outras palavras, o sujeito do discurso se identificaria ao Sujeito do saber de uma FD. “A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1988, p. 214).

³⁰ O interdiscurso seria o real (exterior) que determina o “processo natural sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior” (Ibidem, 163).

3.2. NOS LIMITES DA PRÁTICA POLÍTICA

No âmbito de sua teoria, Pêcheux sentiu, a curiosidade de entender como se processava a apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política, especificamente a do proletariado. Recorreu, então, a Henry (1974)³¹, passando a admitir diferentes posições do sujeito no discurso, e acrescentou que, nesses casos particulares, a interpelação do indivíduo “supõe necessariamente um desdobramento constitutivo de sujeito do discurso em um “sujeito da enunciação” (aquele que assume um posicionamento com conhecimento de causa, liberdade e responsabilidade por seus atos) e um “sujeito universal” (sujeito da ciência ou do que se pretende como tal) (Ibidem. P.214).

A forma-sujeito, resultante da relação entre o pré-construído (o sujeito universal) e a articulação ou efeito transversal (o sujeito em sua relação com o sentido), derivaria em diferentes modalidades de posicionamento do sujeito no discurso: a primeira, correspondente à superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, em que há livre identificação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito, resultando, então, o “bom-sujeito”, ou seja, aquele que respeita as regras do lugar de onde fala...

[...] assumindo o papel do sujeito enunciador “senhor soberano” das razões que o apresentam como “sujeito”, e as quais ele representa, nesse processo de captura exitosa. Um exemplo típico dessa modalidade de subjetivação seria o do militante que reproduz, por exemplo, “as palavras de ordem” do seu Partido, para sustentá-las como argumentos em seu discurso, sem desconfiar de que as palavras que toma como suas não são propriamente suas, ou ainda das possíveis brechas a que tais argumentos possam remeter (ZANDWAIS, 2007, p. 146).

A segunda modalidade, ao contrário da primeira, decorre de um distanciamento do saber de uma formação discursiva, que se dá quando o sujeito do discurso questiona, duvida, contesta, luta contra a evidência ideológica, voltando-se contra o sujeito universal, desconfia da eficácia de seus saberes, mesmo que não os desabone. Por isso, caracteriza-se como “mau-sujeito”.

Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, se contra-identifica com a FD que lhe é imposta pelo “interdiscurso, como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contra discurso), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contra natureza, etc.) sob suas diversas formas

³¹ Ver HENRY, P. De l'énoncé u discours: présupposition et processus discursifs, ronéo C.N.R.S.-E.P.H.E., 1974.

teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas.[...] (PÊCHEUX, 1988, p. 215).

Afirma ZANDWAIS (2007, p. 146) que isso se produz ciclicamente, tanto no interior dos partidos populistas como no interior de uma ou outra FD, a partir das discordâncias que os sujeitos apresentam em relação aos seus saberes, ou das lacunas que nelas identificam de forma mais ou menos consciente. O contra discurso, sem dúvida, apresenta-se como forma de reorganizar, dar nova orientação às FDs, ou seja, aos saberes que nelas se produzem.

Na terceira modalidade, a desidentificação, o sujeito do discurso rompe com a forma-sujeito e com a FD correspondente. Isso, no entanto, não significa que ele se liberta, já que passa a identificar-se com outros saberes de outra FD e com a forma-sujeito a ela correspondente. Há um processo de transformação-deslocamento da forma-sujeito, e não sua pura e simples anulação. A ideologia, para Pêcheux (p. 217-218), “não desaparece, ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)”.

Ao preocupar-se com uma terceira modalidade, Pêcheux adentra nos limites da prática política, procurando observar e entender como ela se articula à prática científica, a qual passa a integrar, ao mesmo tempo, o efeito da Ciência e das práticas políticas que traduzem os interesses do proletariado e sua intervenção na ordem histórica, que tomam a forma de uma desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva.

Esta questão se torna crucial para Pêcheux, na medida em que as condições de transformação das relações de produção estão diretamente afetadas por domínios de saberes que resguardam o universo do conhecimento científico, sobretudo o conhecimento produzido por e para as classes dominantes, levando-o, portanto, a uma reflexão acerca do “caráter universal” da prática em torno do conhecimento científico e do modo como ela não pode deitar suas raízes de forma homogênea sobre o campo da prática política. (ZANDWAIS, 2007, p. 147-148).

O fato é que os interesses de uma classe não se coadunam com os interesses de outra classe e, ademais, o conhecimento produzido por uma classe responde a suas próprias necessidades e perspectivas, não de outras, uma vez que é inconcebível que alguém produza um conhecimento alheio à realidade que experimenta. Essas são duas questões sobremaneira evidentes. Por conseguinte, exatamente por causa das distinções de conhecimentos, entre eles surgem espaços vazios, passíveis de ocupação, tanto ideológica quanto científica, ainda que

de modo adverso à cultura. São espaços propícios aos “desarranjos-rearranjos” pecheuxianos, que, sem dúvida, permitem afloramentos inovadores, tais como os movimentos do proletariado e os feministas.

Pêcheux se contrapõe à idéia de que de que a desidentificação acarretaria uma “dessubjetivação” do sujeito, ou em outras palavras, uma anulação da forma-sujeito (desassujeitamento, ruptura). Segundo ele, aclamar sua anulação é...

[...] recair no mito teórico e político do “fim das ideologias”. Na realidade, o funcionamento dessa ‘terceira modalidade’ constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação de conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo” (PÊCHEUX, 1988, p. 217).

Ressalta, enfim, Pêcheux (1988, p. 217-218) que não desaparece a “ideologia ‘eterna’”, como categoria, ou seja, “[...] como processo de interpelação dos sujeitos, desde que ela “[...] funciona às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas [...]”; e acrescenta: “e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse contexto”. Para ele, esse entendimento é que permite compreender, de um lado, a substância da apropriação subjetiva dos conhecimentos, incluindo-se os processos discursivos científico-pedagógicos. Considera, também, “[...] a apropriação subjetiva da política do proletariado (especificamente o funcionamento dos processos discursivos políticos do proletariado), de outro”.

Entende-se o motivo de escolher o proletariado, uma vez que discorre sobre questões relativas ao marxismo-leninismo. Todavia, não há como desprezar a amplitude de sua teorização, já que ela alcança a apropriação subjetiva de qualquer política, não apenas a do proletariado, com implicações inevitáveis nos processos discursivos correspondentes.

Ainda que a acepção de forma-sujeito do discurso de Pêcheux seja decorrente do casamento entre o materialismo histórico e a Psicanálise, em que ideologia e inconsciente impõem ao sujeito um lugar e lhe fornecem a ilusão de autonomia, percebe-se, na segunda e na terceira modalidades de identificação, um nível pré-consciente ou consciente, como Pêcheux e Fuchs atribuíram ao esquecimento nº2. Afinal, na segunda modalidade, o mau-sujeito se distancia do saber da FD a que está filiado, questionando-o e contestando-o. Na terceira, ele se desidentifica e rompe com uma forma-sujeito, passando a vincular-se a outra.

Verifica-se, então, a possibilidade de certa autonomia do sujeito, desde que é possível discernir juízos e posições, fazer escolhas, havendo o que argúi os conteúdos da FD

dominante e a eles se contrapõe, distanciando-se, por conseguinte, como há aquele que, mais extremo, não só se distancia da FD que o domina, mas se filia a outra. Dessa forma, cabe afirmar que há certa independência do sujeito, limitada, decerto, pela índole gregária que lhe permite a ideologia, uma vez que não lhe é possível existir sem uma FD a que se filie. Diante disso, cabe falar em níveis de pré-consciência e de consciência, não se deixando de vislumbrar a oportunidade de substituir o termo consciência por “semiconsciência”, já que as atitudes sempre sofrem restrições impostas pela própria natureza humana, que não permite juízos absolutos.

3.3. DESARRANJOS-REARRANJOS NOS DISCURSOS POLÍTICOS FEMINISTAS

O despontar dos discursos femininos no final do século XIX e início do XX, sem dúvida, constituiu um acontecimento discursivo de monta, tendo-se em vista que a mulher, amoldada, em seu silêncio, aos padrões masculinos, levanta sua voz, reivindicando um acesso a uma posição que lhe foi negada pela tradição de uma hierarquia discursiva. O acesso ao espaço público, conquistado paulatinamente, permitiu-lhe compor uma nova imagem feminina, em que inteligência, insubordinação e espírito decidido se conjugavam com a condição da mulher. Enfim, enquanto ela se conservasse a mesma que dizia a tradição, anunciava-se renovada ao reivindicar emancipação política e, por conseguinte, novos papéis, direitos e cidadania plena. A renovação feminina dizia respeito, unicamente, aos preceitos e preconceitos que se formularam ao longo dos séculos, inferiorizando-a, diminuindo-lhe os méritos políticos, sociais e humanos.

O advento do movimento feminino nacional abriu questionamentos importantes, que se contrapunham à práxis social da época, uma vez que passavam a ser exigidos diversos direitos, considerados como inalienáveis, como, entre muitos outros, o de educar-se, de ter uma profissão fora do lar, de votar e concorrer a cargos públicos, enfim, o direito de ter uma vida própria, de ir e vir, com liberdade para gerir seu próprio destino.

Em terras sergipanas, sobretudo, onde o poder do patriarca encontrou solo fértil e as mulheres padeciam de coações e preconceitos de toda ordem, os discursos femininos causaram efeitos de monta, uma vez que afrontaram o estabelecido com suas posições, às vezes, exacerbadas, provocando reações diversas na sociedade, tanto de oposição, como de adesão, até mesmo entre integrantes do mesmo sexo.

Como todo movimento social, o movimento feminista não contava com o apoio integral da população, nem mesmo das mulheres, desde que a maioria não era favorável à

emancipação defendida. Mesmo entre as integrantes do movimento, nem sempre havia bom entendimento quanto às estratégias essenciais para o desencadeamento das práticas políticas necessárias à consecução dos propósitos. Como em todo movimento político, existem posições que se digladiam. Há os que se identificam, de forma radical, com as idéias propostas pelo movimento; os que, embora se declarem simpáticos à causa, não se afastam totalmente da ideologia vigente e há os que se colocam, taxativamente, contra o movimento.

Em conseqüência, na arena social, surgem discursos de diversos teores, que refletem as posições dos sujeitos envolvidos. Na revista *Renovação*, verifica-se uma grande riqueza de discursos femininos de cunho político: os que reivindicam direitos e apresentam propostas de mudanças, os que falam sobre o movimento feminista nacional, os que denunciam as mazelas do regime republicano, os que tecem críticas ferrenhas ao tratamento dispensado às mulheres na sociedade, enfim os que falam da vida política local ou nacional.

Uma das questões a que esse trabalho se propõe é saber como os discursos políticos femininos, da primeira metade do século XX, especificamente os da Revista *Renovação*, periódico criado e dirigido por uma mulher, no início da década de 1930, em Sergipe, contribuíram para uma mudança da condição feminina e a construção de uma identidade social.

Tal demanda exige a seleção de um corpus, dentre as muitas temáticas exploradas no universo de artigos políticos femininos da revista *Renovação*. Pretende-se, portanto, proceder à análise de discursos políticos femininos, sobretudo os que tratem dos interesses das mulheres e traduzam suas demandas. A abordagem se concentrará, portanto, nos discursos feministas que traduzam propostas, reivindicações, embates, assumam posições ideológicas e julgamentos de valor.

3.4. INÍCIO DO SÉCULO XX: INSERÇÃO DAS MULHERES NO MOMENTO POLÍTICO NACIONAL

A luta das mulheres por seus direitos políticos, no início do século XX, leva-as a interessarem-se não somente pelas reivindicações de seus direitos, mas por questões outras, relacionadas ao momento histórico que viviam e, por conseguinte, a assuntos políticos regionais e nacionais, tanto os que envolviam as mulheres, como os que se voltavam a interesses coletivos e patrióticos.

Ao falar sobre as mulheres brasileiras, em editorial da revista *Renovação*, Maria Rita assim se expressa:

SD16. Em toda a vida da Republica aristocrática e oligarcha de 89, as mulheres eram como se não existissem no Brasil. Com trabalho penoso, com esforços extraordinários, conseguiram apenas as raras que ousaram enfrentar e venceram, no lar, o preconceito retrógrado da sua comdenação ao analfabetismo ou instrução rudimentar, que se lhes abrissem as portas dos cursos superiores , e, em consequência, com novas luctas, novas energias despreendidas , a inscrição em concursos para cargos públicos. Que de sacrifícios das novas plebéas, para conseguir tão pouco, nessa Roma retrógrada, na lucta contra os pretensos patrícios? Que de desvantagens, nas bancas de concurso, onde os seus concurrentes, além de representarem voto certo para certos medalhões, pensionistas do erário público, poderiam ainda se tornar cabos eleitorais desses sanguessugas do Thesouro? Que de desigualdade nos acessos, que de injustiças no julgamento nas repartições, sempre que a mulher não ia rotulada pela filiação , parentela, ou coisa peor, de um profissional da politicalha? Os casos de preterição, com injustiças flagrantes, e prejuízos para a administração pública, da mulher pelo homem, são tão numerosos que não se podem relatar. (MARIA RITTA, Renovação, 1931, n. 2 , p. 2).

As palavras de Maria Ritta de Andrade muito bem refletem o tratamento dado às mulheres ainda no período da chamada República Velha³² (1894-1930), em que elas “eram como se não existissem”. A lembrança de um passado ainda recente é evocada, como para explicar o presente. No passado, havia o apagamento da imagem da mulher no plano sociopolítico, sua exclusão dos direitos de cidadania, certamente em decorrência do imaginário que a sociedade havia construído em torno dela, para quem o espaço doméstico era o único permitido, pois seu papel era assegurar o bem-estar da família, casar e ter filhos, proteger o marido e a prole. Somente as “raras” que se arrojaram, “com trabalho penoso, com esforços extraordinários”, venceram, no lar, o preconceito retrógrado.

No presente, vencida essa luta contra o analfabetismo, outras se lhes impuseram: o acesso aos cursos superiores, ao trabalho fora de casa, aos concursos para cargos públicos, enfim, uma série de empecilhos a que estavam expostas, que lhes exigiam uma ação combativa e eficaz. É como bem o diz Maria Ritta em seu artigo: “novas lutas, novas energias desprendidas” para conquistar outros direitos, para romper com tantos outros preconceitos. O emprego repetido do adjetivo “novo” revela a força e a persistência pelas inovações, o que requer forças revigoradas.

É interessante observar a reiteração do termo “novo”, não somente na caracterização dos esforços desprendidos pelas mulheres e da luta contra os preconceitos enfrentados, como na designação “novas plebéias”. Cabe considerar que, talvez pelas mudanças ocorridas em seus papéis, em suas funções, uma vez que, deixando seus “espaços naturais”, os lares, elas

³² Denominação dada à primeira fase da República brasileira, que se estendeu da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 30.

tinham que enfrentar lutas que não lhes eram habituais: além das relativas aos direitos que lhes eram negados, o decréscimo da condição socioeconômica as obrigava à peleja pela sobrevivência, como mulheres anônimas, sofridas, mulheres do povo. O uso freqüente do mesmo adjetivo, portanto, denota tom enfático e eloqüência típica dos discursos que pretendem um efeito de sentido, a persuasão. O emprego da expressão “Roma retrógrada”, ao referir-se a Sergipe, é por demais evidente que se refere a aspectos culturais negativos que levam à decadência e à insensibilidade, ao contrário da grandeza romana.

Ao referir-se à “República aristocrática e oligarca de 89”, Maria Ritta faz uma crítica ao regime político republicano, com o qual se desidentifica, por traduzir ainda os interesses das oligarquias rurais e assentar-se em uma ideologia patriarcal. A propósito, na primeira década do século XX, em Sergipe, houve revoltas mal-sucedidas contra as oligarquias, a exemplo da liderada por Fausto Cardoso em 1906, que, ao depor o presidente Guilherme Campos, razão da presença de tropas federais, foi morto em praça pública de Aracaju. “De seu idealismo, aproveitaram-se as facções políticas em luta no Estado para chegarem ao poder. Faltavam à tênue classe média urbana local, condições para contestar as oligarquias” (NUNES, 1984, p. 198-199).

Ao produzir seu discurso, o sujeito toma posição na estrutura social da qual faz parte, assume uma de suas formações ideológicas e fala de dentro dela. Ao posicionar-se, é impelido a tomar uma direção em que enfrenta controvérsias e contradições. É na eficácia desse enfrentamento que encontra suporte para atrair interlocutores. No âmbito político, o empenho para instalar a ilusão de um discurso homogêneo e objetivo é preponderante, porque nele há o intento de envolver pessoas e conquistar novos adeptos. Conforme Hosakabe (1999), “quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a entidade dominante na medida em que manipula as coordenadas do discurso”.

Maria Ritta vale-se de uma formação discursiva que se afasta da ideologia patriarcal e reflete outra que, embora sob a ótica feminina, é comum a todos que se opunham ao *statu quo* sociopolítico ditado pelas oligarquias. Daí seu protesto pela quase nenhuma oportunidade para a mulher, desde que a estrutura era rígida e sectária, predominando os privilégios pessoais e os interesses dos que, mediante artifícios, dos mais ardilosos até, conseguiam os beneplácitos do poder. Ela assume, portanto, uma posição-sujeito que reflete não só o pensamento do grupo que representa, o das mulheres, mas de todos aqueles que reagem ao poder dominante. Identifica-se, portanto, com uma organização política do “tipo novo”, segundo expressão de Pêcheux, sofrendo a forma-sujeito do discurso um processo de transformação-deslocamento.

O discurso de Maria Ritta, de modo específico, ostenta um tom de repúdio à preterição das mulheres nas bancas de concurso, nas repartições públicas, submetendo-se elas a julgamentos que as classificavam de acordo com os laços sanguíneos ou, como ela bem o diz, “cousa pior”. Ao referir-se a coisas piores, decerto estariam implícitos outros critérios: aparência física, condição social, interesses sexuais etc. O uso repetido de frases interrogativas iniciadas com o “QUE”, no interior do texto, em forma de gradação, têm um efeito de sentido intensificador e, ao mesmo tempo, quantificador: Que de sacrifícios das novas plebéias [...]? Que de desvantagens, nas bancas de concurso [...]? Que de desigualdade nos acessos, que de injustiças no julgamento nas repartições [...]? Ao mesmo tempo em que o sujeito do discurso argúi a sociedade, através dos questionamentos, das interrogações, demonstra espanto, assombro com o que relata, através do tom exclamatório.

Também as expressões utilizadas na caracterização dos “adversários” (“pretensos patricios”, “pensionistas do erário público”, “sanguessugas do tesouro”, “profissional da politicalha”) causam um efeito de sentido: deseja-se impressionar o leitor, levando-o a refletir sobre as idéias expostas, e, ao mesmo tempo, a concordar com a resposta imediatamente apresentada, como que induzida ao leitor: “Os casos de preterição, com injustiças flagrantes e prejuízos para a administração pública, da mulher pelo homem, são tão numerosos que não se podem relatar”. Sem dúvida, muitos dos leitores tinham conhecimento de, pelo menos, um caso. A evidência é um argumento incontestável.

A necessidade de prover a própria subsistência e, em muitos casos, cooperar com as despesas do lar, leva as mulheres a buscarem o trabalho fora do ambiente doméstico, enfrentando um dos grandes embates do século que se iniciava. É disso que fala outra sergipana, Maria Eugênia Celso, em discurso enviado à revista:

SD17. No mundo inteiro, o surto feminista nada mais tem sido do que a reivindicação desse direito ao trabalho commum, para o bem e para o adeantamento da comunidade. Vagaroso nos resultados práticos, o que soe acontecer a tudo que representa modificação profunda de hábitos e de índole, nem por isso, deixará elle de ser no Brasil a Victoria, que em outros paízes lhe consagrou a definitiva e salutar imitação. É uma questão de tempo e de paciência. Confiança, portanto. Esperemos que os homens mudem de opinião. É uma coisa que desde que o mundo é mundo, lhes tem acontecido uma vez ou outra, não lhes parece? (Maria Eugênia Celso, Revista Renovação, 1931, n. 4, p. 4).

O desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo no Nordeste, se, de um lado, promoveu o enriquecimento de alguns, de outro, promoveu a queda de qualidade de vida de vários lares, forçando seus membros a preocuparem-se com o aumento do poder aquisitivo familiar. Daí a procura de trabalho pelas mulheres, tanto as de classe média, que buscavam

uma ocupação condizente com sua posição social, quanto as de classes pobres, que se empregavam, em sua maioria, nas unidades fabris aracaJuanas, exatamente como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos da América

No segmento discursivo acima, ao falar a autora que o “surto feminista nada mais tem sido do que a reivindicação desse direito ao trabalho comum”, o termo “surto” é indicativo transcendente, pois assume o sentido figurado de impulso que eleva, de vôo, uma arrancada das mulheres no sentido de conquistar o direito ao trabalho, fato que já era comum em outros países.

Defende Maria Eugênia que o ingresso da mulher no trabalho comum é um imperativo “para o bem e o adiantamento da comunidade”. Por conseguinte, não se trata da mera exploração sub-remunerada: o uso de um discurso exótico, ou seja, de outros países, é o eixo para pregar confiança, paciência e, decerto, perseverança, para que surjam “resultados práticos” e modifiquem-se “os hábitos e as índoles”, fazendo com que “os homens mudem de opinião”. Verifica-se, no segmento citado, não mais a apropriação de um discurso da estrutura vivenciada, mas de outra, não-experimentada, aflorando um exemplo importado de conjunturas estranhas, do que ocorreu em outros países, uma conotação ideológica em que não se perde a relação colonizador-colonizado.

Referindo-se ao discurso colonial, Orlandi (1990, p. 16) considera que “a ideologia tem, pois, uma materialidade e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Conhecer seu funcionamento é saber que o discurso colonial continua produzindo os seus sentidos, desde que se apresentem as condições”. O fato é que não deixa Maria Eugênia de valer-se de um argumento de autoridade sobre o direito feminino ao trabalho comum, já que, segundo suas palavras, no Brasil, há de se alcançar a vitória que “em outros países lhe consagrou a definitiva e salutar imitação”.

O tom de aconselhamento, presente no seu discurso, ao recomendar calma, paciência, confiança na vitória, é uma forma sutil empregada na ânsia de subverter sua situação. As mulheres, em sua maioria, buscam revestir o seu discurso de um tom moderado.

Nos primeiros anos da República, segundo Basbaum (1986, p. 171), continuando aos últimos anos do Império, houve um crescimento amplo do pequeno comércio e de pequenas manufaturas em quase todas as cidades de maior importância do país, tendo-se em vista o crescimento rápido da população. Multiplicaram-se, rapidamente, pequenos estabelecimentos comerciais e industriais, principalmente nas cidades de maior desenvolvimento, crescendo, no entanto, mais em número que em tamanho e capital de giro.

Segundo Romão (2000, p. 50), o grande motor da economia sergipana, nesse período, é a cana-de-açúcar, cultivada desde o século XVIII, embora se desenvolvam outras culturas, como o arroz, o coco, o algodão, a mamona, o fumo. O modelo econômico vigente é agro-exportador, voltado de forma exclusiva para o mercado externo. “A força da cana é tamanha que nem mesmo o algodão, que já tinha tido sua fase áurea em meados do século passado, e que será responsável pelas primeiras indústrias do Estado, consegue competir com o açúcar”.

Não obstante o predomínio do setor açucareiro, Sergipe também se desenvolveu no setor industrial, surgindo indústrias têxteis em Aracaju, Estância e outras cidades, tendo, no início da década de 1920, cerca de oito fábricas, e na de 1930, dez. Essas modificações econômicas se refletiram na vida social sergipana, dando importância à vida urbana, fazendo crescer a camada média da população e definindo o proletariado urbano. (NUNES, 1984, p. 214).

Ao lado dos tecelões, estavam os ferroviários, os homens da doca, carroceiros, pedreiros, carpinas, sapateiros, pessoas que passaram a compor o Centro Operário Sergipano (1911). As mulheres, em decorrência das duras dificuldades do cotidiano urbano, logo se viram obrigadas a incorporarem-se a esse contingente de trabalhadores, engrossando as filas de desempregados nos portões das fábricas. É válido lembrar que, ainda no século XIX, em grandes centros industriais do mundo, homens e mulheres, até crianças em tenra idade, eram levados aos pátios de produção, sujeitos a tarefas muitas vezes quase suicidas, em troca de salários ínfimos, especialmente os de mulheres e crianças, pouco se preocupando seus patrões com a qualidade de vida e a sobrevivência dessa gente, reduzindo-a, não raro, a condições até inferiores à do escravo brasileiro.

Para Saffioti (1985), o patriarcado e o capitalismo são as duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. Ao invés de pensá-lo como um modo de produção em si, ela define o patriarcado como consubstancial ao capitalismo e aos outros modos de produção que o precederam. O capitalismo não poderia ser pensado apenas através da lógica do capital. Ele teria em sua essência, um sistema de dominação social, cultural, político, ideológico e econômico, que explicaria, por exemplo, o uso diferenciado pelo capital da força de trabalho feminina.

Embora se constatasse um grande avanço econômico no Estado, não existe sinal de que ele tenha beneficiado a vida do operário, “que permanece sendo mal pago e vivendo sob precárias condições, segundo denúncias dos mesmos [...]”. As condições de trabalho nas fábricas, semelhante às dos grandes centros, eram terríveis e insalubres: além da pouca ventilação e escassa luminosidade, a temperatura insuportável, o barulho das máquinas

ensurdecedor, crescendo-se o pó da lã do algodão que se espalhava por todos os setores e as deficientes condições sanitárias, pois “não possuíam banheiros, sanitários, bebedouros, nem mesmo locais providos de água e sabão para se lavarem as mãos de forma higiênica” (ROMÃO, 2000, p.94 e 95).

Os trabalhadores, em geral, sofriam penosas condições de trabalho, submetidos a altas jornadas e baixos salários, situação que se agravava entre mulheres e crianças operárias.

Apesar de se constituírem em maioria nas fábricas, responsáveis, portanto, em última instância pela produção, eles não recebem a contrapartida em termos de tratamentos ou direitos, muito pelo contrário, “Como são sacrificadas as crianças proletárias [...] os filhos dos trabalhadores que tudo produzem; morrem de fome, miséria e maus tratos” denuncia o jornal “Voz do Operário em Sergipe, em 1932” (Ibidem, p. 97 e 98).

Incomodados com as precárias situações de trabalho, os trabalhadores se organizam e criam o Centro Operário sergipano, no ano de 1910, entidade de fôlego e importância para a classe operária sergipana. Trata-se de uma “uma tentativa, por parte da emergente classe operária, de não mais, apenas ou prioritariamente, buscar paliativos para a situação de penúria em que se encontravam, mas avançar no sentido das primeiras reivindicações” (Ibidem, 2000, p. 52).

O surgimento desta primeira entidade operária deu ânimo para que outras se constituíssem, a exemplo do Centro Socialista Sergipano, criado em 1918 e a Associação dos Empregados no Comércio em Sergipe, em 1919, a União dos Estivadores, a União Defensora dos Operários Ferroviários e a União dos Padeiros, em 1927. Em Sergipe, os sindicatos operários só surgem a partir da década de 1930, sendo pioneiro o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Tração Elétrica, em 1931, o primeiro de uma série de outros.

Entre os movimentos operários ocorridos no início da década de 1930, destacou-se o dos operários da Passagem, que paralisaram suas atividades, para reivindicar aumento de salário, redução de jornada e dos serões, acrescentando-se a criação de sindicatos. A selvageria dos patrões foi tamanha, que contrataram jagunços armados, solicitaram o destacamento da polícia de Propriá, a pedido da direção da empresa. Com a anuência do interventor do Estado, Augusto Maynard, foram rasgados os panfletos dos operários e presas suas lideranças. Os demitidos não foram readmitidos, embora tenham contratado mais uma turma de operários e comprado novas máquinas. Entre os dispensados, encontrava-se uma operária, de apenas 16 anos, Maria Feitosa...

[...] que se transforma na maior liderança da greve, mulher que, apesar de ser jovem, franzina e de pequena estatura, mostra-se extremamente calma e valente. Quando demitida, vem a Aracaju e discursa na sede do COS para centenas de operários, explicando os motivos da greve, pedindo a solidariedade e o boicote aos produtos da Passagem, proposta que é aprovada em assembléia (ROMÃO, 2000, p. 121).

Por conseguinte, já na época em que circulava a revista *Renovação*, mulheres inseriam-se entre os operários, nas fábricas e em seus movimentos reivindicatórios. Esse fato levanta uma questão importante: por que o periódico estudado passa ao largo desses acontecimentos, sem dar-lhes a menor menção, ignorando-os completamente? Cabe considerar que a Maria Ritta de Andrade, a diretora da revista, era uma pessoa de boa ilustração, uma advogada, inserida na classe média. Seguiria ela mais os passos de Bertha Lutz, pessoa de seu nível sociocultural ou, pelo menos, de um nível por ela desejado, distanciando-se da dura realidade enfrentada por muitas mulheres sergipanas, ingressas no mundo operário? Nisso se observa outro problema grave da época, que diz respeito à rígida hierarquização da sociedade, em que “pessoas de classes sociais diferenciadas não se misturavam”.

O fato é que os discursos feministas surgiram na classe média e, mesmo, na alta, embora se tenha em vista um fator incontestável: o paulatino e forçoso ingresso das mulheres, de todas as camadas sociais, na atividade laboral remunerada, compondo um conjunto que respaldava as incisivas intervenções daquelas que despontavam ilustradas, intelectualizadas, instruídas pela educação formal. Apropriavam-se, todavia, dos discursos presentes em sua estrutura social, não se descartando, inclusive, os preceitos e costumes relativos às diferenciações entre classes, quanto ao exercício de direitos. A inovação discursiva que se fazia, repousava, tão-só, na ideologia da igualdade de direitos entre sexos, nos limites das classes sociais a que pertenciam. Relata Soihet (2005, p. 125):

Nas entrevistas realizadas por Branca Moreira Alves com militantes simpáticas a uma transformação social mais ampla, estas se referiram às distâncias sociais entre Bertha Lutz e demais companheiras, em sua maioria profissionais liberais ou membros da burguesia, e as trabalhadoras, dificultando psicologicamente um maior contato. Além desse fator, destaca-se uma falta de maior interesse destas últimas, preocupadas com a sobrevivência, sofrendo a carga da dupla jornada, com a questão do voto.

O movimento feminista nacional, sob a liderança de Bertha Lutz, crescia a olhos vistos. Após a formação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, representantes de quase todos os estados organizam-se e filiam-se a essa sociedade,

inclusive mulheres sergipanas, sem dúvida, pertencentes à classe média urbana. Suas lutas eram extensivas às demais mulheres: reclamavam o direito ao trabalho, a exercer funções idênticas às dos homens, procuravam convencê-los da necessidade de sua atuação na sociedade, reivindicavam, enfim, o “direito de ter direitos”. Observe-se o segmento discursivo abaixo:

SD18. Sob a “liderança” da Dra. Bertha Lutz, a quem cabe “et par droit de merite et par droit de conquete” a honra do supremo commando desta longa, esforçada, perseverante campanha feminista, a Federação vae, assim, pacificamente, aggremando todos os elementos de valor dispersos pelo paíz, concentrando-lhes a energia, agrupando-os em núcleo forçosamente mais productur, e a pouco e pouco lhes tornando mais cohesa e homogênea a accção. Esta acção consiste antes e acima de tudo, em convencer aos homens relutantes da seriedade deste esforço e pela serena segurança com que se trabalha, se luta pelo direito de ter direitos. Não é, nunca poderia ser como adversaria que a Eva moderna se apresenta ao homem de quem aprendeu a não julgar imprescindível a tutela e sim como collaboradora. (Maria Eugênia Celso, Renovação, 1931, n. 7, p. 5).

Os adjetivos utilizados na caracterização da campanha feminista (longa, esforçada, perseverante) já bastam por si, pois nos dão a idéia da dimensão dos esforços e meios utilizados para a consecução de um fim. O uso de modalizadores “pacificamente”, “pouco a pouco”, indicam a forma como a agremiação vai conquistando adeptos e tornando a ação mais coesa e eficaz. Ao falar sobre a finalidade da ação a que se propõem, são utilizados os advérbios “antes e “acima de tudo”, não para expressar tempo ou lugar, mas para indicar a prioridade, a importância da ação a que se referem: “convencer os homens relutantes da seriedade deste esforço”.

As evocações à ação pacífica, à agremiação “de todos os elementos de valor dispersos no país”, à concentração de energias, à reunião em “núcleos forçosamente mais produtores”, em benefício de uma ação mais coesa e homogênea, e que não se considere a expressão em francês, são indicativas de presença intelectual de peso, capaz de, através de discursos bem fundamentados, complexos e consistentes, afrontar o *statu quo* e influenciar outras pessoas em sua ação ideológica.

Assim, constata-se a presença ativa de mulheres, integrantes de classes sociais mais favorecidas, à frente do movimento feminista, regulando ou confrontando dizeres, através de formações discursivas que, ou convergem para uma formação ideológica, no caso, a feminista, ou promovem o embate ou o consenso entre diversas FI presentes no meio social, com o fim de serem atingidos interesses específicos da categoria.

Não resta dúvida de que o Feminismo se tratou de um movimento da classe urbana, média. Acredita-se que os resultados não teriam sido favoráveis, se não houvesse uma tomada de posição por parte dessas mulheres que, por deterem o domínio da palavra, por pertencerem a famílias de mais recursos e serem bem situadas socialmente, tinham melhor acesso aos meios sociais e políticos. Segundo Soihet (2005, p. 117), [...] “Bertha e suas companheiras aproveitavam-se dos laços de amizade existentes entre seus familiares e muitos dos grupos que ocupavam posição de poder para obterem simpatia para sua causa e fazer avançar o debate, acerca da causa sufragista”.

Dentre as lutas travadas pelas mulheres, a de maior projeção foi, sem dúvida, a pelo direito ao voto, que iniciou no século XIX e adentrou o século XX, sofrendo grande resistência da burguesia em conceder esse direito que faz parte da própria democracia burguesa.

Iniciado nos Estados Unidos, o movimento sufragista foi a primeira luta sufragista de caráter internacionalista, porque envolveu mulheres de vários países do mundo e incorporou métodos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como passeatas massivas, assembléias, greves de fome e enfrentamentos brutais com a polícia, nos quais muitos ativistas foram presas e assassinadas. Além da repressão física, as mulheres tiveram que enfrentar a repressão moral, os preconceitos e o ódio da sociedade patriarcal, que não suportava a idéia de ver mulheres abandonando o fogão para ir às ruas, marchar e gritar palavras de ordem (TOLEDO, 2005, p. 91-92).

Embora a luta feminina tenha sido dirigida, sobretudo, para o direito de votar, muitos outros aspectos foram envolvidos: o direito de candidatar-se a cargos públicos, de ter pleno acesso à educação e poder escolher a carreira, o direito à herança, a assumir o controle dos negócios da família, entre outros. Pouco a pouco, as mulheres, através de suas lutas, foram conseguindo mudanças na legislação, ainda que em diferentes ritmos, nos diversos países do mundo. O direito ao voto, no Brasil, só se adquiriu durante o governo de Getúlio Vargas, em 1932.

Com a intenção de atingir objetivos maiores, as mulheres lançavam mão, em seus discursos, de táticas habilidosas, procurando inclusive formas mais sutis, até mesmo contemporizadoras, para obter a adesão dos ditos adversários, pois questões inovadoras para a época foram colocadas, como a ênfase no “trabalho comum”, fora do ambiente doméstico, mesmo para as mulheres casadas, independentemente da condição do marido, demandas que contestavam a “intocável divisão de tarefas entre homens e mulheres” (Ibidem, idem).

No segmento discursivo em análise, verifica-se a propositura de uma ação solidária e homogênea, no sentido de convencer os homens que discordavam do pleito feminino. Para tanto, o apelo para que a “Eva moderna” seja aceita como parceira: “Não é, nunca poderia ser como adversária que a Eva Moderna se apresenta ao homem[...]”. A reiteração dos advérbios de negação (não, nunca), enfatizam a idéia de que a mulher, em nenhuma circunstância, poderia apresentar-se ao homem como adversária, nem é sua pretensão a ele sobrepor-se, “e sim como colaboradora”.

O uso da referência metafórica, uma Eva que se tornou moderna, produz efeitos de sentido importantes: vai além da sedução bíblica transgressora, para apresentar ao homem não uma incitadora ao pecado ou a desventuras, “e sim uma colaboradora” para a vida. Acrescenta, ainda, uma inversão, pois, não obstante tenha Eva despertado o interesse do homem pelo fruto, se assevera que foi ele que lhe ensinou a “não julgar imprescindível a tutela”. Isso permite compreender o aspecto volitivo e espontâneo da colaboração que se anuncia como tática de atração. Sem dúvida, um artifício bastante pertinente, tendo-se em vista que, numa luta dessa natureza, em que se digladiam categorias opostas, é bem mais fácil lidar com um colaborador do que com um rival.

O discurso proferido pelas mulheres da revista *Renovação*, característico do movimento feminista, não se produz senão para desarranjar determinados saberes tidos como dominantes na sociedade patriarcal, uma vez que seu propósito era o de modificar as condições de produção das relações entre gêneros. Trata-se de uma prática política de cunho transformador, interessa-se não só em desarranjar os saberes já sedimentados, mas, sobretudo, em rearranjá-los, a fim de darem sustentação e legitimidade aos interesses das mulheres.

Observe-se, por exemplo, o recorte do discurso que se segue:

SD19. Quando, em treze de Maio do anno findo, tive a oportunidade de fazer uma conferência na Liga da Defesa Nacional, na Reunião Solemne de recepção de novas sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sobre os Direitos da Mulher, disse ao grande público que me ouvia, aos representantes dos poderes naquella época, que - o nosso regimen democrático estava *manquê*; que a hierarchia sexual era retrograda e aviltava tanto o Brazil quanto o aviltou a escravatura negra; que o governo democrático, unisexual, era impossível, porque os sexos que se completam no Lar se integrarão também na direção da Patria, que é um lar maior, de obrigações múltiplas e mais complexas, por isso mesmo que mais exige a collaboração de elementos diversos e equivalentes na sua direcção. (Maria Ritta, *Renovação*, n. 23, p. 1).

Três passagens do segmento discursivo acima chamam atenção: o dia “13 de maio”; a realização da conferência, na Liga de Defesa Nacional, sobre os “Direitos da mulher”; a

referência à escravidão negra. O sentido do contraditório é construído: na data em que se comemoram 33 anos de libertação dos escravos no Brasil, pelas mãos femininas, da princesa Isabel, as mulheres ainda se encontram em condições de servidão similares: sem direitos. A inter-relação desses aspectos, em que a lembrança de um passado sombrio ainda recente é recuperada repercutindo ainda fortemente no presente, torna-se essencial para a obtenção do efeito de sentido pretendido: motivar a platéia, causando comoção sobre a condição feminina numa sociedade que se dizia democrática. Explora-se, por conseguinte, uma contradição, promovendo-se a desarticulação de uma ideologia, para que ela se rearticule favorável às reivindicações feministas.

As desarticulações, evidentemente, estão nas críticas de Maria Ritta ao regime republicano brasileiro, qualificado como “manquê”, ou seja, defeituoso, imperfeito, ainda à organização social do país, considerada retrógrada e aviltante, desde que fundada sobre relações desiguais entre homens e mulheres, como também à constituição “unissexual” do governo democrático. Em seu discurso está implícita a seguinte proposição: “Mudou-se o regime político de Império para República, mudou-se a mão-de-obra escrava para a livre, mas não se mudaram as relações de gênero”.

As rearticulações ocorrem na afirmação da necessidade de integração dos sexos na direção da pátria, “o lar maior, de obrigações múltiplas e mais complexas”. O interdiscurso típico da sociedade patriarcal “os sexos se completam no lar” é retomado, verificando-se um processo transformação-deslocamento, de modo que o espaço seja ampliado e metaforizado: a pátria assume o estatuto de lar, abrigo do povo brasileiro, que, por sua vez, assume o estatuto de “grande família”, mas não uma família nos moldes do passado, e sim uma nova estirpe, que “exige a colaboração de elementos diversos e equivalentes na sua direção”. Os adjetivos utilizados na conclusão do segmento para caracterizar os elementos (diversos e equivalentes) nos dão a exata estatura do objetivo pretendido.

Conforme observado, o sujeito do discurso se apropria de uma FD tipicamente patriarcal, mesmo não se identificando com ela. No entanto, não se limita a reproduzi-la, ao contrário, reconfigura-a e reinscreve-a em outro domínio de saber, onde ela passa a ser ressignificada. Conforme Indursky (2007, p. 187):

[...] suas divergências são da ordem do antagonismo e seus questionamentos já são produzidos de um outro lugar, de fora da FD. A desidentificação sinaliza que, de fato, o sujeito já identificou-se com outro domínio de saber, com uma outra ideologia, com uma outra forma-sujeito.

E a identificação das mulheres se dá com o regime democrático, mas não o brasileiro, voltado para minorias detentoras do poder, e sim com o modelo americano que enfatizava o valor de cada indivíduo. É o que transmite Maria Eugênia Castro em discurso publicado na revista *Renovação*:

SD20. O ideal moderno principalmente, a concepção democrática e pode-se dizer americana do valor pessoal de cada indivíduo, aristocratizou o trabalho. A grande aspiração do feminismo é fazer também da mulher, uma “self-made woman”. Esta aspiração vemol-a a cada passo modesta mas resolutamente idealizada por um crescente contingente de mulheres a que a necessidade de prover a própria subsistência obriga ao trabalho pessoal, quotidiano, regularizado. O serviço doméstico não representa mais, portanto, para Ella o exclusivo campo de acção. A vida dia a dia mais difícil e dispendiosa, fez com que instintivamente se lançasse mão das energias inutilizadas no parasitismo familiar da caça ao homem e a “self – made-woman” foi surgindo como producto natural das circunstancias e do meio renovado pela independência do espírito moderno (Maria Eugenia Celso, *Renovação*, 1931, n.7, p. 5).

Convém lembrar um aspecto muito significativo. O discurso dos proclamadores da República brasileira tinha, como padrão inevitável, os Estados Unidos da América. Isso de forma tão extrema, que se chegava às raias da mera imitação, como se vê na própria denominação do Estado que mudava de regime político, que passou a ser “Estados Unidos do Brasil”. Isso para que não se acrescentem outros aspectos pouco comentados, como a mudança de costumes que marginalizou, até mesmo, o consumo de aguardente de cana, que já se consagrara, nos salões imperiais, como finíssima bebida genuinamente brasileira.

Ocorre que o republicanismo aqui se restringiu a pequenos grupos que se privilegiavam no poder, não alcançando o povo. Por isso, não há como não entender a Proclamação da República como um mero movimento de minorias, praticamente um golpe, nunca uma transformação política da nação, que se preservou monárquica, favorecendo, assim, os desígnios dos oligarcas oriundos do Império, que, paradoxalmente, afirmavam a República. A Revolução de 1930, em certos termos, aconteceu para resolver a frustração republicana, fazendo surgir a “Nova República”.

Com grande oportunidade, Maria Eugênia apodera-se do discurso republicano e transforma-o, ou seja, desarticula-o para rearticulá-lo em prol da causa feminina, valendo-se do que lhe era mais significativo: o americanismo, símbolo da modernidade almejada. Colocações como “ideal moderno” e “concepção democrática e pode-se dizer americana do valor pessoal de cada indivíduo” lhe servem para pôr ao lado do “self-made man”, (o homem que se fazia por si próprio) a “self-made woman”, por força de fato inevitável: o crescente

número de mulheres obrigadas ao trabalho regular, fora de casa, para promover sua própria manutenção.

Para a autora, o serviço doméstico já não mais representa, para a mulher, o único espaço de atuação, o que a leva a lançar mão “das energias inutilizadas no parasitismo familiar da caça ao homem”, para transformar-se em “self-made woman”, fruto imprescindível da independência do espírito moderno, um produto natural do momento. Já não há a necessidade de desperdiçar energias na “caça ao homem”, garantindo-se através de um casamento estável e financeiramente equilibrado, mas mantido numa relação de dependência, pois busca outras formas de afirmar-se, de ser auto-suficiente, através de seus próprios valores, de seus méritos pessoais, de seu trabalho.

Afiança Coracini (2007, p 80-81) que, com o passar do tempo, a sociedade brasileira começou a aceitar, embora com forte resistência, o trabalho da mulher. Para justificar o fato, a classe média valeu-se dos seguintes argumentos: primeiro, a garantia de uma melhor qualidade de vida para os filhos; segundo, o ganho de uma mão-de-obra mais responsável e menos cara para os patrões, desde que se dizia “que as mulheres eram menos ambiciosas que os homens e não exigiam altos salários”.

Na classe média alta, o discurso dos políticos instigava as mulheres ao trabalho, usando o argumento de que sua presença ajudaria a garantir as qualidades morais necessárias a uma sociedade que se via em risco, diante do aumento da migração para os grandes centros. “Sociedades de caridade foram criadas e as mulheres aceitavam de bom grado essa tarefa social e gratuita que prolongava sua vida no lar” (Ibidem, idem). Sem dúvida, tais atividades assistenciais, gratuitas, eram formas de desviá-las de suas pretensões de trabalho remunerado “fora de casa”, da autonomia e liberdade que tanto ansiavam.

Bertha Lutz, em artigo enviado à revista *Renovação*, faz o seguinte comentário sobre o comportamento da sociedade em relação à luta das mulheres por seus direitos:

SD21. As restrições contra os direitos culturais femininos já vêm sendo repelidas pelo próprio ambiente social, como demonstrações de falta de descortínio e de orientação medieval. Até os espíritos acanhados e reaccionários toleram esse aspecto do feminismo, sem dúvida para se livrarem da pecha de atrasados e ficarem mais a vontade para combaterem a emancipação econômica e política, que erroneamente julgam ser muito mais radicais (BERTHA LUTZ, *Renovação*, 1931, n. 5, p. 2).

Ao falar sobre a mudança de conduta de um meio, antes hostil, que passa a rechaçar a intolerância e as “restrições aos direitos culturais femininos”, nota-se uma ponta de ironia da autora, que considera tais condições restritivas como “falta de descortínio e orientação

medievais”. Não por outras palavras, Bertha critica o atraso de uma sociedade que traveste seu discurso de acordo com os interesses em jogo, mantendo uma falsa aparência, como “lobos vestidos de cordeiros”, para sentirem-se mais à vontade ao fazerem suas críticas à emancipação política e econômica da mulher. Em suma, as palavras diferem das atitudes, da prática.

Na década de 1920, no Brasil, surgem muitas insatisfações, relacionadas não apenas ao nível econômico e à esfera política, mas também no ao terreno das idéias, dos comportamentos, dos valores. Tais descontentamentos, ao longo da República, já vinham se evidenciando, especialmente no tocante à corrupção típica do sistema eleitoral em vigência. Em consequência, eclodem diversos movimentos: o Modernismo, a criação do Partido Comunista, o crescimento do feminismo etc.

Em suma, foi um momento de grande efervescência e busca de soluções nos mais diversos âmbitos, observando-se o empenho de inúmeros intelectuais em dar ao país uma face nacional e moderna, através da valorização de uma cultura que integrasse as diversidades. E o movimento em busca dos direitos das mulheres insere-se nesse bojo (SOIHET, 2005, p. 117).

A essa gama de insatisfações, acrescenta-se o Tenentismo, fruto da postura de jovens oficiais, de diversas fileiras do Exército brasileiro, o que desencadeou um movimento de rebelião que girou em torno de dois eixos: por um lado, “a quebra de disciplina no seio das Forças Armadas, criticando a instituição e seu papel frente à sociedade. Por outro lado, os tenentes posicionaram-se como críticos da realidade brasileira, denunciando os vícios do regime político e as distorções da estrutura econômica do país” (PESAVENTO, 1991, p. 36).

Conforme Sá (2007, p. 123 e124), ao longo da década de 1920, há uma divisão do movimento tenentista, esboçando-se duas linhas de ação: uma liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, que procurava imprimir um sentido nacional-popular ao movimento de destituição do poder das oligarquias; e outra que, receando o avanço de uma subversão da ordem social, adotava uma postura mais moderada, representada por Juarez Távora e outros.

A revista Renovação faz alusão ao movimento Tenentista em Sergipe, em artigo intitulado “A Data de Hoje”, referindo-se ao dia 13 de julho, data em que se comemoravam os sete anos do levante tenentista de 13 de julho de 1924 em Sergipe:

SD22. Sergipe comemora hoje um dos dias de maior relevo, dentre os seus feitos imorredoiros. Desenhavam-se nos céos, a 13 de Julho de 1924, os primeiros clarões da alvorada. Eis que surge a boa nova. O 28 batalhão de Caçadores, aqui aquartelado, tendo á sua frente o capitão Eurípedes Lima, os tenentes Augusto Maynard, João Soarino e Manoel Messias, tinha-se rebelado. Os que se recordam

desse lance trazem, ainda, na retina, o entusiasmo vivo, a palpitante alegria com que a cidade recebera essa notícia. Aracaju vibrava de contentamento . É que se anunciara a contribuição de Sergipe á libertação da pátria. Seriam cortadas as garras dos que a conspurcavam, ou, pelo menos, dos que não tinham a coragem cívica de interromper a marcha do regime corruptor. [...] Respirava-se desafogadamente. O povo estava satisfeito. Tudo como se fosse uma época de redenção. Nem um desatino, nenhuma violência ou arbitrariedade desnecessária. Mas perante a força, muita vez mais numerosa da chamada legalidade, a revolução iniciada a 13 de julho de 1224 fracassou. Ficara, no entretanto, a boa semente lançada na terra a germinar. Amadureceu o fruto de ouro com o andar dos tempos (A. A.,13 de julho de 1931, p. 1).

A autora que evita assinar o nome, usando apenas suas iniciais, faz um discurso em que se delinea um misto de narrativa e descrição, ao se recordar de fatos ocorridos no passado. Embora já tivessem decorridos sete anos de “um dos dias de maior relevo dentre os feitos imorredouros” do Estado, a autora o descreve como se o presenciasse, tal a veemência que imprime a suas palavras pelo uso de qualificativos e expressões bastante enfáticas. Sem dúvida, a euforia por um momento tão esperado não era apenas da enunciante, mas de toda a cidade. Recebia-se uma “boa nova”, pelo visto, já esperada: a rebelião do 28º Batalhão de Caçadores. Enfim, “Aracaju vibrava de contentamento”. O apelo ao recurso metonímico que toma o continente (Aracaju) pelo conteúdo (seus habitantes), ao uso do verbo de ação (vibrar) e à locução adverbial (de contentamento) anunciam um acontecimento inusitado, afinal não é todo dia que uma cidade inteira se agita de alegria.

Porém, como entender o fato de uma cidade inteira alegrar-se com uma rebelião? A resposta é dada logo em seguida: “É que se anunciara a contribuição de Sergipe à libertação da pátria. Seriam cortadas as garras dos que a conspurcavam [...] dos que não tinham a coragem cívica de interromper a marcha de um regime corruptor.” Ao relatar um acontecimento ocorrido há sete anos, a memória discursiva é acionada, reconstituindo cenas de um passado ainda vivo. Ao mesmo tempo, o presente é ativado e transformado em expectativas de dias melhores, de uma mudança de regime político. Observe-se o uso do verbo ser no futuro do presente (seriam). Enfim, esperava-se que o bem-estar e o contentamento fosse duradouro: “Tudo como se fosse uma época de redenção”. A palavra “redenção”, de cunho religioso, tem um efeito de sentido intenso: de reabilitação, de libertação, de paz.

O desfecho da rebelião, contudo, é imprevisto e contraditório: “Mas perante a força, muita vez mais numerosa da legalidade”, a revolução fracassou. Restou à autora a esperança de a boa semente lançada à terra germinar, parodiando, assim, a parábola bíblica do semeador.

Segundo Vieira (2008), tal levante mencionado no segmento discursivo acima, é fruto de um ato de apoio à Revolta paulista de 1924, que obteve participação maciça do 28º Batalhão dos Caçadores, cujo líder foi o tenente Augusto Maynard Gomes. O fato ocorreu na antiga Praia Formosa, que, posteriormente, recebeu o nome de Praia 13 de Julho. Os revoltosos depuseram o então presidente do Estado, Dr. Maurício Graccho Cardoso, prenderam-no e formaram uma “junta governativa” que assumiria o comando do executivo estadual.

Temendo represálias do governo federal na barra do Cotinguiba, o tenente Augusto Maynard “abriu trincheiras e colocou peças de artilharia em toda a extensão da praia Formosa. O cenário de Aracaju era de guerra. A paz só foi restabelecida em 03 de agosto do mesmo ano, quando alguns revoltosos se renderam e outros foram presos e levados ao quartel do 28 BC” (VIEIRA, 2008). O líder do levante conseguiu fugir, mas foi preso em São Paulo e enviado à Ilha de Trindade.

Em 1930, Carlos Prestes lança uma proposta política em que recomenda uma mudança social radical, bem próxima das idéias do comunismo revolucionário. No entanto, apenas uma pequena parcela dos tenentes aderiu a suas idéias, afluindo a maioria esmagadora para a adesão à chamada Aliança Liberal, o que, posteriormente, culminaria com a vitoriosa Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciando-se uma nova era da história brasileira. O Tenente Augusto Maynard foi posteriormente homenageado e nomeado Interventor do Estado (Ibidem, idem).

A proposta da Aliança Liberal se ajustou melhor às aspirações da classe média, pois além de postular a justiça trabalhista, o voto secreto e o fim das fraudes eleitorais, propunha o enfrentamento da questão social pelo Estado, defendendo a idéia de que os interesses dos diversos estados que formavam a nação brasileira não poderiam ser sacrificados em função de um só. Havia muita confiança no governo de Getúlio Vargas, pois ele, também, se mostrava simpatizante da causa feminina e prenunciava uma gestão diferenciada para o país, fundada na justiça e na igualdade de direitos. É o que nos dá a perceber o discurso de Maria Ritta:

SD23. Reconheço no Doutor Getulio Vargas, um espírito bastante alevantado para integrar o Paiz num regimen de justiça e equidade dando a seus patrícios igualdade de deveres e direitos, sem privilégios de sexo, ou quaes quer outros, pois que todo elle é injusto e revoltante. Mas vejo que o elemento feminino, talvez por falta de lembrança desse grave problema, está sendo posto á margem, ainda nesta nova phase da Republica. A mulher brasileira que provocou a revolução na Parahyba, que se arregimentou para sustental-a e defendel-a noutros pontos, vê as suas energias, a sua capacidade, ainda agora comdemnadas á atrophia (MARIA RITTA, Renovação, 1931, n. 2, p. 2).

Nas palavras elogiosas de Maria Ritta, direcionadas a Getúlio Vargas, em que reconhece sua capacidade para governar o país com senso de justiça, imparcialidade e respeito à igualdade de direitos, percebe-se, uma ironia dissimulada: “Mas vejo que o elemento feminino talvez por falta de lembrança desse grave problema, está sendo posto à margem, **ainda** nesta nova fase da República”. Percebe-se na astúcia da ironia, o pleito implícito da integração da mulher na vida do país. Para tanto, relembra ela, em tom de exaltação, a atuação feminina na Revolução de 1930, através do uso sucessivo de verbos de ação: “A mulher brasileira que **provocou** a revolução na Paraíba, se **arregimentou** para **sustentá-la** e **defendê-la**”, e acresce sua decepção em relação ao não cumprimento do que fora prometido: “[...] vê as suas energias, a sua capacidade, **ainda** agora condenadas à atrofia”. O uso repetido do advérbio “ainda”, passando a idéia de “até agora, até este momento” enfatiza ainda mais seu desapontamento, tendo-se em vista o tempo já decorrido após sua ascensão ao poder.

A ironia, segundo Brait (1996) é estratégia significativa no nível do discurso, desde que tem como essência a ambigüidade. “[...] a dupla leitura mobilizada pelo enunciado irônico envolve formas de interação entre sujeitos, bem como a relação com o objeto da ironia e com as estratégias lingüístico-discursivas que põe em movimento o processo” (IBIDEM, p.105). O produtor da ironia busca formas bastante sutis de chamar a atenção do interlocutor para o seu discurso, exigindo sua participação, sua perspicácia para reconhecer tal sutileza e, dessa forma, obter sua adesão.

No segmento discursivo acima, a ironia tem valor digno de nota, pois explora uma contradição no discurso de Getúlio Vargas, que, ao desconsiderar o elemento feminino em sua ação político-administrativa, contraria as pregações sobre a integração do país, a justiça, a equidade e a efetiva igualdade de direitos, elementos preciosos para o discurso revolucionário de 1930. A dissimulação de Maria Rita é evidente em sua argúcia, em que o discurso elogioso que não desabona Getúlio Vargas, tem um efeito de sentido importante, pois serve à crítica que reclama de uma grave questão: a mulher posta à margem das mudanças sociopolíticas, “condenadas à atrofia”. A expressão em realce, constituída por dois termos tão extremos, são contrabalançados da seguinte maneira:

SD24. Bem sei que o momento ainda é de iniciação d’uma vida completamente nova para o Paiz. Justamente por isso, porém, é que se devia iniciar logo a mulher no trato dos negócios publicos. Quando se procura capacidade intellectual, dignidade, actividade e eficiencia no trabalho, não se pode desprezar a collaboração feminina, que, salvo raríssimas e infellizes excepções tem se revelado ciosa e hábil cumpridora dos deveres nas funções que desempenha. A revolução

que não admite partidatismo, que não reconhece privilégios, que quer fazer um Brasil Brasileiro, onde todos sejamos irmãos, com direitos e deveres iguaes, não deve deixar que persista o privilégio masculinista na vida política e administrativa do paiz. (Maria Ritta, Renovação, 1931, n. 2, p. 2).

Reconhecendo as circunstâncias da iniciação de uma vida completamente nova para o país, Maria Ritta se aprofunda em sua posição-sujeito para afirmar a importância da imediata participação feminina em todo o processo: “Justamente por isso, porém, é que se devia iniciar logo a mulher no trato dos negócios públicos, quando se procura capacidade intelectual, dignidade, atividade e eficiência no trabalho”. O uso do operador argumentativo “porém” logo após a expressão “justamente por isso” acrescenta o sentido de oposição ao que se tem deixado de fazer (iniciar a mulher no trato dos negócios públicos) naquele “momento de iniciação” do país. Procurando anular qualquer posição contrária à sugestão feita, induz os leitores à concordância, ao expor que a mulher “tem se revelado ciosa e hábil cumpridora dos deveres nas funções que desempenha”, para afirmar sua tese: “A revolução que não admite partidatismo, que não reconhece privilégios, que quer fazer um Brasil Brasileiro, onde todos sejamos irmãos, com direitos e deveres iguaes, não deve deixar que persista o privilégio masculinista na vida política e administrativa do país”.

Verifica-se, no tom usado pela enunciativa, o uso da “modalização”, ou seja, uma atitude de polidez, em que se deixa margem a um possível diálogo, sem impor autoritariamente o seu ponto de vista. Segundo Abreu (1989, p. 42, há varias formas de se marcar a modalização no texto, dentre elas: os verbos de atitude proposicional (eu sei, eu acho, eu creio etc.), um deles “Bem sei...”, utilizado por Maria Ritta logo no início do segmento; e os auxiliares modais (dever, poder, querer etc.), utilizados no decorrer do enunciado: “se devia iniciar”, “não se pode desprezar”, “não deve deixar que persista”.

No recorte discursivo em foco, ao sustentar o “não” pela repetição constante: “[...] **não** se pode desprezar a colaboração feminina [...] “A revolução que **não** admite partidatismo, que **não** reconhece privilégios, [...] **não** deve deixar que persista o privilégio masculinista [...]”, está implícito que a Revolução, até aquele momento, tem feito justamente o contrário: despreza a colaboração feminina, admite partidatismo, reconhece privilégios, deixa prevalecer o privilégio masculino. Na verdade, os ideais revolucionários não foram concretizados.

Maria Ritta articula, ao seu discurso, outros enunciados, antes já ditos. Ao usar o marcador de negação, a autora chama a atenção para o que outros disseram antes, em nome da Revolução, embora não mencione quem o disse. A marca da negação está presente, explícita, mas o discurso-outro está subentendido, implícito.

Considera Indursky (1997, p. 218) que o marcador de negação funciona como pista, uma vez que o discurso do outro não é explicitado. “O *discurso-outro* não podendo ser dito pelo sujeito [...] passa a constituir o indizível desse discurso que permanece, para sempre, *recalcado* em seu *interdiscurso específico*. É o discurso da implicitação”.

Procedimento similar ocorre no recorte discursivo de Graziella Cabral, ao manifestar-se em relação aos que não reconhecem a necessidade de uma reforma profunda na Constituição do país:

SD25. [...] Não posso crer que haja algum brasileiro que, honestamente, deixe de reconhecer a urgente necessidade de uma reforma radical na nossa constituição, já bem que muitos deles foram a causa mater dos desbaratos nacionaes. Mas errar é humano como humanos e sublimes são esses movimentos de indignação e protesto contra a teimosia no erro, quando exercidos dentro da caridade e amor ao próximo. E eis a razão porque orgulhosos estamos com o nobre feito dos nossos patriotas (GRAZIELA CABRAL, 1931, n.12, p.25).

O uso da primeira pessoa e da negativa na abertura do trecho (“não posso crer”) é expediente que denota indignação pessoal ante a atitude contrária às reformas constitucionais, em descompasso com os ideais revolucionários. No entanto, verificam-se certas modalizações no discurso, como o uso do verbo “poder” como auxiliar de “crer” e do advérbio “honestamente”, como formas de abrandar os ânimos e conseguir apoios para o pleito que endossa a autora, a reforma constitucional.

A crítica àqueles “que foram a causa mater dos desbaratos nacionais” é amenizada pela conjunção “mas”, empregada com um sentido refutativo, desde que introduz uma máxima tão reconhecida pelo senso comum, “errar é humano”, que tem seu complemento em “[...] como humanos e sublimes são esses movimentos de indignação e protesto contra a teimosia no erro, quando exercidos dentro da caridade e amor ao próximo”.

Ao estabelecer um paralelo entre elementos com conteúdos diferentes e, mesmo, opostos, percebe-se em suas palavras um nivelamento em que a possível contradição se redime nos “movimentos de indignação e protesto contra a teimosia no erro”, despontando como importante o uso do articulador “quando”, que introduz uma condição: se “exercidos dentro da caridade e amor ao próximo”. Enfim, direciona-se ela a uma FD religiosa, cujo conteúdo repousa em prescrições piedosas, a caridade e o amor ao próximo, frutos da tradição, do pré-construído que nos remete ao “sempre já aí” de Pêcheux (o sujeito universal), o que lhe permite esta conclusão: “E eis a razão porque orgulhosos estamos com o nobre feito dos nossos patriotas”.

Em seu discurso, Graziella Cabral recorre à controvérsia para resolver um contraponto, para impor uma conduta, sem alternativa, já que não admite a existência de quem possa divergir quanto à urgente reforma constitucional. O “não acredito”, utilizado no início da citação, é de ordem decisiva, impõe uma obrigatoriedade, sendo-lhe inteiramente inadmissível alguém que aja em sentido contrário.

Daí, a questão controversa que há, pois tanto defende aqueles que foram a razão dos “desbarates nacionais como os que protestaram e lutaram contra os desmandos e a teimosia no erro, estabelece uma ambigüidade ideológica que, sem dúvida, tem um efeito discursivo positivo, desvelando uma FD heterogênea, atravessada por outras FDs. À política, acrescentam-se a do senso comum e a da religião, em benefício da conciliação das diferenças.

Conforme nos diz Brandão (2001, p.67), na análise de uma FD, não se pode subestimar alguns elementos de importância, “os pontos polêmicos, nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplicas estratégicas”.

Courtine e Maradin (1981) afirmam ser “uma FD heterogênea a ela própria [...] não consiste em um limite traçado de forma definitiva separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diferentes FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica”. Em função dessa heterogeneidade, própria a cada FD, Courtine a caracteriza como uma unidade dividida que tem como princípio constitutivo a contradição.

Os elementos do interdiscurso (o pré-construído e os discursos transversos), ao se inscreverem nos discursos, contribuem para a interpelação do sujeito do discurso, que passa, então, a assumir uma forma-sujeito identificada ao saber da FD que o domina.

Dessa identificação resulta a identidade do sujeito, produto da relação deste com a língua(gem), e, portanto, necessariamente incompleta, uma vez que a relação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito pode dar-se, como ressaltou Zandwais³³, de modos diversos, resultando, conforme nos mostrou, em modalidades de subjetivação diferenciadas (NARDI, 2007, p. 161).

Da identificação com um determinado saber para a formação de uma identidade, há um trabalho de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito, ou seja, o sujeito, por não identificar-se plenamente com a FD dominante, ao deparar-se com outros lugares de dizer, se recoloca, ajustando-se a eles e assumindo a forma-sujeito correspondente. A forma-sujeito sofre, portanto, um processo de transformação-deslocamento. A identidade não é algo estanque,

³³ A autora se refere a um trabalho apresentado pela Dra. Ana Zandwais (UFRGS), no I SEAD, em novembro de 2003, intitulado: *A forma sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação, um contraponto entre saberes e práticas.*

tanto pode encontrar-se em formação como pode transformar-se “[...] uma identidade movente, sempre prestes a reestruturar-se, uma identidade afetada pela tensão entre a continuidade e a descontinuidade, identidade, para mim, em constante rearranjo” (NARDI, 2007, p.162). A reflexão acima muito bem se ajusta a muitos discursos femininos da revista *Renovação*, em que as identidades encontram-se, ainda, em processo de construção, por isso revelam-se, em alguns casos, ainda indefinidas ou instáveis.

Veja-se, por exemplo, o discurso de Graziella Cabral, ao fazer apologia ao novo Brasil que se anunciava com a Revolução de 1930:

SD26. Agora sorri-nos a perspectiva de um Brasil Novo, um Brasil forte, unido, alfabetizado, altivo sem arrogância, generoso, independente e... religioso! Sim! Porque este ponto é essencial para os grandes destinos de um povo. Construir sobre bases puramente humanas é levantar castellos na areia. Viemos de Deus, temos que voltar para Deus. A nossa inteligência, as nossas aspirações supremas não comportam uma finalidade material. Temos que cuidar, portanto, desse altíssimo problema que é o destino de nossa alma muito superior, sem dúvida, ao limitado destino de nosso corpo. [...] Meu coração de patriota exulta e tem fé. E, do alto, João Pessoa, martyr do idealismo, sorrirá satisfeito ante sua obra agora terminada e pedirá a Deus para que continue a ser nosso “Deus brasileiro” como a alma romântica e confiante do nosso povo nacionalisa a divindade eterna (GRAZIELLA CABRAL, *Renovação*, 1931, n. 12).

No trecho acima, verifica-se quebra de continuidade de um discurso de caráter emancipacionista. Ao decantar a expectativa de um “Brasil Novo” (observe-se a ênfase ao adjetivo iniciado com letra maiúscula), permite a presunção de uma série de esperanças, que se confirmam na adjetivação utilizada (forte, unido, alfabetizado, altivo, generoso, independente e... religioso). O emprego das reticências, antes do último adjetivo, pode indicar um “assim por diante” ou a atitude de quem hesita em dizer expressamente seu pensamento, hipótese mais admissível, uma vez que, às reticências, segue o qualificativo “religioso”. A afirmativa, logo em seguida, o “Sim!”, sinaliza, ao mesmo tempo, o reforço à aspiração por um Brasil religioso e a introdução de novo tema, de natureza transcendental, vinculado fortemente à tradição, em discurso que, antes, se concentrou em questões de ordem política, emancipacionista, quebrando-se, assim, a seqüência discursiva. A coerência textual se conclui com evocações de ordem religiosa, de um “coração de patriota” que “exulta de fé”.

A inserção de uma FD de ordem religiosa em outra, de ordem política, equilibra o discurso emancipacionista e inovador, com o que há de mais forte na tradição brasileira, no costume, a religiosidade. A autora, por conseguinte, redime-se e reabilita-se ante a sociedade e, decerto, ante si mesma, se muito transgrediu com seus entendimentos e propostas inovadoras, mostrando-se afetada pela tensão entre a continuidade e a descontinuidade, ao

inscrever-se entre diferentes FDs, em função dos embates da luta ideológica. Na conduta da autora, constata-se, portanto, uma identidade em processo de construção, calcada no novo, razão de receios e cautelas, relacionados às reações de elementos externos e, inclusive, de sua própria subjetividade. Em decorrência disso, passa por mudanças em que avanços e retrocessos se alternam e se refletem em sua práxis discursiva.

3.5. SUJEITO DIVIDIDO

Conforme visto anteriormente, Pêcheux, ao procurar entender como se processava a apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política, passa a acolher diferentes posições do sujeito no discurso, admitindo que, nesses casos especiais, a interpelação do indivíduo supõe uma divisão constitutiva de sujeito do discurso em um “sujeito da enunciação” e um “sujeito universal”. Tal postura, sem dúvida, além de apontar para um sujeito dividido, também abaliza o conflito entre os dois tipos de sujeito decorrentes dessa divisão, pois enquanto o primeiro se posiciona no discurso com liberdade e responsabilidade por seus atos, o segundo se caracteriza como o sujeito da ciência, ou, acrescento, da política, portanto, de um saber pré-existente, pré-construído.

Ora, no sujeito da enunciação se vislumbra uma ação consciente, muito embora, ao enunciar, também seja limitado pelas escolhas, pelas circunstâncias nas quais o discurso é produzido e pela posição que ocupa no instante em que enuncia. Ao produzir um discurso, o sujeito se posiciona social e historicamente e, dessa forma, ele assume uma formação ideológica e fala de dentro desta. De acordo com Tavares (2001, p. 194) ao se posicionar ideologicamente, “o locutor é forçado a limitar e direcionar seu discurso para que não ocorram conflitos e contradições, o que poderia dificultar a adesão dos interlocutores (elemento fundamental para o sucesso do discurso político)”.

De acordo com Ferreira (2007, p. 19), o que caracteriza a Análise do Discurso é a forma com que trabalha com a linguagem, mantendo-a numa relação íntima e inseparável da ideologia. Tal fato gera certa inquietação aos que se dedicam aos estudos da linguagem, por julgar a ideologia “uma questão anacrônica, eivada de um ranço marxista ultrapassado”. A questão da interpelação ideológica e de um sujeito assujeitado à moda althusseriana, provoca, entre as demais análises do discurso, uma tendência a isolá-la, a dela se afastarem. Para a autora, “noção de assujeitamento se presta, por vezes, a certas confusões. [...] Ser assujeitado significa antes de tudo ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos” (Ibidem, idem).

A teoria do discurso se desliga da categoria de sujeito empírico, individual, buscando construir outra que dê conta de preencher as distintas posições do sujeito, correspondentes às diferentes formações discursivas que atravessam seu discurso:

Nem a hipertrofia do sujeito cheio de vontades e intenções, nem o total assujeitamento e a determinação de mão única. O sujeito assim como é afetado pela formação discursiva onde se inscreve, também a afeta e determina seu dizer. O efeito-sujeito seria o resultante desse processo de assujeitamento produzido pelo sujeito em sua movimentação dentro de uma formação discursiva (FERREIRA, 2007, p. 19).

Nas palavras de Ferreira, observa-se um sujeito que, ao mesmo tempo, é paciente e agente: se, por um lado, é afetado por dada formação discursiva, por outro, também atua sobre ela. Ainda que atingido pela ideologia, ele é capaz de discernir, de fazer escolhas, de se mover entre diferentes FDs, de assumir outras posições em seu discurso:

As diferentes posições do sujeito correspondem a diferentes formações discursivas que, por sua vez, se configuram pelas diferentes relações que estabelecem com a ideologia. Desse modo, as diferentes formações discursivas indicam que o sujeito é ideologicamente heterogêneo, (e, muitas vezes, mesmo, contraditório) [...] (ORLANDI, 1987, p. 33).

Conforme visto anteriormente, embora aparente unidade e originalidade, o sujeito da AD é caracterizado pela dispersão e divisão, pois as palavras por ele usadas são também as do outro ou de outrem, já que está inserido num tempo e num espaço socialmente situado. Por ser concebido ideologicamente, seu discurso é tecido pela rede de vozes que o permeiam, não sendo possível, portanto, considerá-lo como homogêneo, desde que resulta do entrelaçamento de outros discursos, da dispersão de outros sujeitos, o que garante a sua heterogeneidade constitutiva.

É possível perceber, nesse movimento instaurado no interior dos dizeres, o jogo de forças entre sujeitos que, mesmo presos a uma formação discursiva, se locomovem entre diferentes FDs, acionando discursos-outros na tentativa de sustentar sua posição, de mostrar seu domínio, seu poder. A posição do sujeito do discurso pode estabelecer uma relação de confirmação ou de negação com as posições-sujeito de outras FDs. É uma relação marcada pela tensão e pelo antagonismo.

A interlocução discursiva entre diferentes posições de sujeito é aqui concebida segundo Orlandi (1987, p. 150), enquanto ação entre interlocutores que se constituem na bipolaridade contraditória do discurso. A linguagem é social e seus sujeitos não são abstratos nem ideais, porque inseridos no social. Cada um é, ao mesmo tempo, o seu próprio e o

complemento do outro. O discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos (CAZARIN, 2000, p. 177).

Complementa a autora que não há um limite definido entre os dizeres, nem sucessão linear dos interlocutores no discurso, há simultaneidade. Daí porque “o sentido é intervalar - não está em um interlocutor, não está em outro. Está no espaço (intervalo) discursivo criado (constituído) pelos/nos interlocutores, ou seja, constitui-se, enquanto processo, na interlocução” (Ibidem, idem).

Aplicando as palavras de Cazarin aos discursos femininos da revista *Renovação*, torna-se possível presumir que, embora se tomem para análise artigos produzidos por mulheres para um dado periódico da década de 1930, o sentido dos discursos analisados não se encontra apenas neles em si, mas no espaço discursivo em que os interlocutores se movem, ou seja, no processo de interlocução. Para compreender tal processo, é preciso mapear o espaço discursivo daquele momento e situar o lugar social de cada sujeito nele envolvido.

O editorial da *Revista Renovação* nº 23, escrito por Maria Rita de Andrade, em 15 de janeiro de 1932, objeto de análise atual, traz à tona o momento político em que as mulheres lutam por direitos iguais entre sexos, com destaque para a inclusão, na lei eleitoral, do direito a votar e ser votada. As últimas notícias telegráficas são anunciadas e, em torno delas, são tecidos comentários diversos.

No discurso em foco, verificam-se distintas formas de interlocução entre posições de sujeito inscritas em formações discursivas que se opõem entre si, mostrando relações de confronto entre a FD do sujeito do discurso e a FD politicamente antagônica. Para efeito de análise, serão utilizados alguns recortes discursivos do citado editorial que refletem esse processo de interlocução:

SD27. As últimas notícias telegráficas anunciam que a lei eleitoral não fará seleção de sexos. Seria até irrisório que, no Brasil, num momento de reforma radical, persistisse essa seleção que só a ignorância mais crassa compreende, na vida pública e particular. Não há espírito justo que hoje justifique o privilégio masculino sob qualquer aspecto. Quer se trate da função política ou administrativa, quer se trate da missão affectiva, homens e mulheres têm iguaes direitos pois que o cérebro não distingue sexo, como o coração é um só, para qualquer pessoa, de cada sexo (MARIA RITTA, *Renovação*, 1932, n. 23, p. 1).

Ao relacionar-se com a forma-sujeito do discurso, a autora assume uma posição-sujeito que deriva de uma notícia telegráfica: “a lei eleitoral não fará seleção de sexos” e que serve de fundamento a de seu próprio discurso: “Seria até irrisório que, no Brasil, num

momento de reforma radical, persistisse essa seleção que só a ignorância mais crassa compreende, na vida pública e particular”. Tanto a notícia telegráfica como o discurso de Maria Rita, ambos com posições favoráveis à igualdade de direitos entre homens e mulheres, têm implícita outra posição-sujeito, proveniente de outra FD, que apregoa a seleção entre sexos e o privilégio masculino. É esta última posição que permite à autora explorar o contraditório, ou melhor, a dialética possível entre duas posições extremas.

Em suma, ao assumir uma posição-sujeito que corrobora o discurso favorável ao voto feminino, a autora estabelece uma relação de negação com a posição-sujeito de outra FD (antagônica), e, na tentativa de invalidar o discurso-outro³⁴, arrazoa invocando questões de mérito e de valor: “Quer se trate da função política ou administrativa, quer se trate da missão affectiva, homens e mulheres têm iguaes direitos pois que o cérebro não distingue sexo, como o coração é um só, para qualquer pessoa, de cada sexo”.

Ao dar continuidade a seu discurso, Maria Ritta utiliza argumentos para abalzar seu posicionamento:

Desde muito ficou provado que a incapacidade mental da mulher era um erro tão commum de educação, quanto a infidelidade *natural* do homem. A sociedade tornou a mulher inútil e o homem viciado. O homem se apegou ao vício; não quiz mais deixal-o. A mulher não se aclimatou á condição de *coisa*. Lutou contra a própria mulher e contra a maioria dos homens para se instruir. Hoje, pelo cultivo de sua mentalidade, é uma força que peza nos destinos do mundo. E não é só: emprehendeu uma tarefa maior: reeducar o homem. Nada mais lógico, nem mais necessário (Ibidem, idem)

A forma-sujeito do discurso se manifesta como representante de uma FD de ordem feminista, assumindo uma posição crítica em relação à forma divergente de educar homens e mulheres na sociedade, o que considera um “erro de educação”, desde que contribuiu tanto para a formação de preconceitos, estigmas em relação ao sexo feminino, como para a construção de regalias, prerrogativas em relação ao masculino: “a sociedade tornou a mulher inútil e o homem viciado”. Para realizar seu intento, utiliza do status de outras formações discursivas (da pedagogia, da ciência) para sustentar a sua posição: “ficou provado que a incapacidade mental da mulher era um erro tão comum de educação, quanto a infidelidade natural do homem”.

Em seguida, a forma-sujeito do discurso assume uma posição-sujeito que parece refletir sua individualidade, através de uma visão que, embora generalizante, denota a

³⁴ Expressão tomada de empréstimo a Cazarin (2000), entendida como o discurso oriundo de uma outra FD.

superioridade da mulher que não se submeteu à condição que lhe foi destinada: “O homem se apegou ao vício; não quis mais deixá-lo. A mulher não se aclimatou à condição de *coisa*. Lutou contra a própria mulher e contra a maioria dos homens para se instruir”. É a própria mulher que, ao sentir-se atingida em sua auto-estima, replica com argumentos que reforçam sua supremacia: “Hoje, pelo cultivo de sua mentalidade, é uma força que peza, nos destinos do mundo. E não é só: empenhou uma tarefa maior: reeducar o homem”.

A tarefa à qual faz referência, a de “reeducar o homem”, se reveste de importância, haja vista o uso do adjetivo “maior” para qualificá-la. Fica implícito, que as tarefas do outro sexo eram “menores”, ou seja, de “menor” importância, ardil bastante inteligente para desqualificar as tarefas do oponente, sempre supervalorizadas socialmente.

Ao assumir a individualidade, o sujeito do discurso coloca em evidência duas ilusões: a de unicidade e a de autonomia. Ocorre uma construção imaginária como se houvesse a necessidade de apagar o outro, para aparecer e adquirir autoridade absoluta (onipotência). Observa-se, contudo, que estamos em face de uma FD heterogênea, que admite em seu interior saberes divergentes entre si, assumidos por posições-sujeito igualmente diferentes em sua forma de lidar com a ideologia e com a forma-sujeito, instalando a coexistência da diferença e da desigualdade num mesmo domínio de saber. Decorre daí, uma forma-sujeito não-autônoma, desde que resulta de um difícil enlaçamento de diferentes posições de sujeito inscritas na mesma FD.

Pelo prisma que a mulher actual encara a vida, o mundo deixará de ser mundo si os homens não seguirem outro caminho. Não há mais (salvo as excepções) quem viva da obsessão de ser rainha, num lar onde o marido seja o Rei, desses reis antigos que mantinham as rainhas por ostentação e as plebéas por prazer. A mulher hoje só compreende a união que seja uma perfeita e dupla integração bio-psyquica. Fora disto, o que se fizer, será prejudicial á humanidade. Eis porque as feministas, durante varias gerações, serão sacrificadas. E esta geração ainda é de sacrificios. É quase impossível a criaturas antagonicamente educadas a perfeita compreensão dos seus sentimentos mútuos. Dahi, o colorario lógico: a feminista em regra tem que ser vitalina. Com isto, não quero dizer que a mulher feminista não possua coração: deve possuir como de toda mulher, mas deve amordaçal-o em defesa própria. E, aquella que se não pode defender, que não o encourajar a tempo, que se resigne ao sacrificio e cumpra o seu dever. Seja bôa feminista: não se imponha á affeição alheia (MARIA RITTA, *Ibidem idem*).

Nota-se aqui, a divisão do sujeito pelo domínio da memória (mulher atual x mulher do passado), ou seja, pelo resgate de acontecimentos discursivos anteriores: “Não há mais (salvo as excepções) quem viva da obsessão de ser **rainha** num lar em que o marido seja o **Rei**”. A autora assume uma posição-sujeito feminista, em que confronta a mulher do passado, presa a

uma ideologia patriarcal, e a mulher atual, a feminista, não mais admitindo a manutenção da condição anterior de “submissão da mulher”, segundo ela uma “obsessão”, que “as exceções” teimam em ostentar. Ao falar nas “exceções”, refere-se às mulheres que permanecem na mesma condição servil de dona de casa, companheira, presa a padrões que considera ultrapassados.

A expressão “rainha do lar” reflete uma FD de origem patriarcal, que elevava a mulher ao status de “rainha” para mantê-la presa ao lar, cumprindo as funções ancestralmente a ela destinadas. No segmento discursivo em análise, a retomada da referência a ela feita, no passado, constitui uma ironia, artifício usado por uma posição–sujeito inscrita em outra FD, de ordem feminista, com o fito de marcar uma posição contrária: “Num lar onde o marido seja Rei, desses reis antigos que mantinham as rainhas por ostentação e as plebéias por prazer”. O termo “plebéias” refere-se, sem dúvida, às “mulheres mais pobres, das camadas populares, que se tornavam amázias dos tais “Reis”, os prestigiados chefes-de-família.

O uso da ironia em um discurso de cunho sociopolítico é uma estratégia que se propõe a apresentar um contra-argumento construído discursivamente. A ironia torna evidente uma avaliação, um julgamento ou um ponto de vista discordante do enunciador, originário de outra FD. Eminentemente argumentativa, a ironia desempenha o papel de encaminhar o leitor ao desvelamento, ou seja, ao desmascaramento das intenções que estavam dissimuladas, ocultas no discurso do outro.

Depois de estabelecer a relação presente-passado, o sujeito do discurso avança para a presença do passado no momento em que enuncia, evocando a união entre o homem e a mulher sustentada por “uma perfeita e dupla integração biopsíquica”. Daí a luta feminista. Apresenta, portanto, uma posição–sujeito contraposta à da ideologia patriarcal, que valorizava, na mulher, apenas a condição biológica e os dotes físicos: compleição, beleza, capacidade de procriar etc. Afirma a necessidade de mulher e homem terem educação equivalente para que haja, também, a compreensão entre ambos. O discurso se reveste de um caráter inovador.

Ao lançar o corolário de que “a feminista em regra tem que ser vitalina”, o sujeito do discurso parte do dito anteriormente, algo que toma como verdade: a impossibilidade de “criaturas antagonicamente educadas terem a perfeita compreensão dos seus sentimentos mútuos”. Trata-se de uma cadeia, uma afirmação decorrente de outra. Ao tentar justificar seu corolário “com isso não quero dizer que a mulher feminista não possua coração”, verifica-se a apropriação de uma FD antagônica, que caracteriza as mulheres como insensíveis, frias, enfim, sem coração, mas para negá-la: “deve possuir como toda mulher”.

No entanto, logo em seguida, vale-se de uma FD feminista ao acrescentar: “mas deve amordaçá-lo, em defesa própria”. O uso do conectivo *mas*, que introduz o segmento, denota a idéia de oposição ou restrição em relação ao dito. Já o verbo “dever” em “deve amordaçá-lo”, vai além do aconselhamento, pois considerando-se o caráter incisivo do discurso, denota uma necessidade ou, preferindo-se, uma obrigação. Daí em diante, o discurso assume um tom de comando, de ordem a ser seguida: “Seja boa feminista: não se imponha à afeição alheia”. A advertência em tom de chamada é própria às lideranças de movimentos sociais, partidos políticos etc., que determinam quais regras os membros devem seguir, para serem aceitos. Para ser “boa feminista”, é preciso, portanto, respeitar as normas do lugar de onde fala, ou seja, do movimento feminista, enfim, é preciso ser um “bom sujeito”, conforme classificação de Pêcheux.

Em continuidade, o sujeito do discurso assume um tom enfático: “E, aquela que se não pode defender, que não o encourçar a tempo, que se resigne ao sacrifício e cumpra o seu dever”. O verbo “encourçar” referindo-se ao coração, tem o sentido de proteger-se da “afeição” de alguém de outro sexo. “Aquela que se não pode defender”, ou seja, que não acata as normas do movimento, “se resigne ao sacrifício e cumpre seu dever”. Embora não especifique qual seja o sacrifício, está implícito que se trata do casamento, que implica a obrigação de ser boa dona de casa, cuidar do marido, dos filhos, enfim “ser rainha” de um lar onde o homem é o Rei.

Percebe-se, no editorial escrito por Maria Rita, uma interlocução entre posições de sujeito inscritas em formações discursivas que se opõem entre si, mostrando relações de confronto entre a FD do sujeito do discurso, a feminista, e a FD politicamente antagônica: a patriarcal. Na tentativa de legitimar o próprio discurso, o discurso-outro é ostentado, para ser denunciado, contestado, negado. São relações fortemente marcadas por conflitos e antagonismos, caracterizando-se ora pelo desmascaramento, ora pela desqualificação, ora pela repulsa ao discurso alheio, posições sujeito inscritas em formações discursivas que se opõem entre si, mostrando relações de confronto entre a FD do sujeito do discurso, a feminista, e a FD politicamente antagônica: a patriarcal. Em suma, o sujeito do discurso usa de artifícios e táticas as mais sutis possíveis, embora nem sempre se refira ao discurso alheio de modo claro, mas coloca-o em dúvida, questiona-o, dele se afastando.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta pesquisa, é oportuna a retomada dos objetivos propostos e o traçado da trajetória percorrida. Tendo como alvo a análise dos primeiros discursos femininos tornados públicos em Sergipe, tomou-se como objeto de análise a revista *Renovação*, surgida na década de 1930, por ser o primeiro periódico sergipano dirigido por uma mulher e por enfocar assuntos do mundo feminino, trazendo a público as idéias, as reivindicações e as lutas nele predominantes, tanto em nível local como nacional.

Atendendo-se ao objetivo maior, procurou-se averiguar como se deu a construção da discursividade feminina em terras sergipanas, após um longo período de ausência de manifestações publicadas, buscando-se, através de gestos de interpretação, significados tanto para o silêncio das mulheres quanto para seus primeiros discursos.

O delineamento das condições de produção dos discursos em Sergipe, desde suas origens, fez-se indispensável, tendo-se em vista que todo discurso é produzido em um dado momento histórico e responde às necessidades das inter-relações humanas. O estudo da história e da memória de Sergipe, portanto, foi de capital importância para este empreendimento, pois permitiu perceber a razão do jogo de forças simbólicas, engendrado a partir dos discursos orais e escritos, promovendo a diferenciação dos gêneros na subjetividade social. As diferenças biológicas, em especial as sexuais, sem dúvida, serviram de base às relações de poder e à construção de uma imagem feminina.

A relação do discurso com a história e, evidentemente, com a ideologia implica a eficácia do imaginário, como causa dinâmica das relações humanas, ao instituir práticas sociais. Sabe-se que os discursos são os espaços de concretização da ideologia, uma vez que as formações discursivas são atravessadas por concepções e preceitos que selecionam e hierarquizam as idéias, os interesses, os valores e, por conseguinte, os dizeres dos homens. Marcados pela estrutura social em que se originaram, eles se consolidam sob a forma de normas, princípios morais, preferências e servem de fundamento para a constituição dos sentidos.

Constatou-se que, através do reconhecimento e da repetição do que se concebia sobre o universo feminino, foram construídas formações imaginárias que se difundiram e se validaram através dos dizeres, cristalizando saberes e preconceitos. O interdiscurso, resultante

dessa dialética entre repetição e regularização, contribuiu para a manutenção da ideologia patriarcal, construindo-se sentidos que se sedimentaram na tradição, através de comportamentos e discursos disseminadores de preconceitos, típicos de um poder dominante, que estabelece o permitido e o proibido aos dominados.

As condições biológicas das mulheres se prestaram para consolidar concepções e modelos pré-construídos, que se afiançaram através de dizeres correntes, máximas, quadras, canções populares etc., contribuindo para mantê-las enclausuradas nos lares, presas a seus presumidos deveres de esposa e mãe, sem acesso ao mundo exterior e à educação. A reprodução dos discursos sobre o comportamento adequado à mulher, sobre o espaço social que ela deveria ocupar e sobre as funções a ela imputadas, objetos do senso comum, do debate científico, da religião, da legislação e dos costumes, levou os indivíduos a apropriarem-se de seus conteúdos, transformando-os em objetos de seus próprios discursos.

Em decorrência, como que para justificá-los e aboná-los, surgiu, também, um interdiscurso que propagou as idéias de inferioridade, fragilidade e de inabilidade das mulheres para tomar decisões, para gerir a própria vida, o que se difundiu de modo ilimitado. A utilização e a adequação desses discursos à multiplicidade dos contextos serviram de suporte à construção de novos sentidos, alcançando eles, com o tempo, a regularidade, o reconhecimento e, por conseguinte, identificação.

A carga ideológica a que estavam sujeitas as mulheres, além de conferir-lhes os estatutos de incapazes e inferiores, originou um clima de censura, silenciando suas vozes, desde que não encontraram espaço propício para se manifestarem, para revelarem através de discursos escritos e, não raro, até mesmo, os orais. Daí, o silêncio que se instalou no mundo feminino brasileiro, que permaneceu, durante praticamente três séculos, no ostracismo.

Entende-se, portanto, que o silêncio das mulheres sergipanas não representa um vazio histórico. Houve nele determinações de ordem cultural, absorvidas pela tradição, pois decorrentes, sobretudo, da conformação histórica de uma sociedade patriarcal e oligárquica. Nele, foram registrados os traços de um imaginário cultural que produziu um efeito de sentido: o silêncio como submissão absoluta.

A subversão desse efeito só se tornou possível, quando as mulheres começaram a ter noção do estado em que se encontravam, esforçando-se para superá-la e, assim, deram um significado novo ao silêncio. Esse novo sentido emanou, portanto, de certo nível de consciência, da inconformação, da intenção de reagir e resistir à opressão, negando-se caladas a fazer aquilo a que eram forçadas ou demonstrando, com o próprio silêncio, a indignação com as obrigações que lhes eram imputadas. Isso as levou a lutar por um espaço próprio, que

lhes fosse favorável, buscando mudanças na estrutura social, a partir do silêncio como uma forma potencial de resistência.

Considera-se, portanto, que, no silêncio como na linguagem, existe um diálogo (no sentido que lhe atribui Bakhtin), percebido como espaço de tensão entre indivíduos socialmente constituídos. Assim compreendendo, o silêncio das mulheres sergipanas torna-se preche de sentidos. Embora não translúcido, pois se ocultava na opacidade do não-dito, tem significância implícita, não se apresenta como uma forma de total submissão. Ao contrário, sugere formas de reação, autopreservação e resistência virtual a uma sociedade que circunscrevia seu espaço, reduzindo, drasticamente, a participação feminina.

Apenas no final do século XIX e início do XX, os discursos femininos desabrocharam, primeiramente, em escritos privados ou autobiográficos, depois no mundo literário, na imprensa educacional ou em jornais e periódicos de centros urbanos, sobretudo em Aracaju, dividindo espaço com os homens. O acesso à instrução possibilitou, aos poucos, o ingresso da mulher no processo social urbano, através, sobretudo, de seus discursos, dando-lhes a condição de serem efetivamente percebidas, de reivindicar e lutar por novos espaços e funções, construindo, aos poucos, uma discursividade própria.

Não resta dúvida que as mulheres sofreram censuras, reprovações ou, pelo menos, oposições, quanto à sua aparição e participação na vida pública, ocorrências essas que mais lhes avivaram a consciência de sua condição de submissas, acalorando-lhes os ânimos para os questionamentos dessa situação e a reivindicação de seus direitos, o que as levou a organizarem-se em movimentos sociais e inserirem-se em vários campos de atuação.

Os embates de forças na sociedade, não só em decorrência da mudança do regime político, de monárquico para republicano, mas dos processos de urbanização e industrialização, embora conservassem a hierarquia do poder e o patriarcalismo, criaram contingências favoráveis ao surgimento dos discursos femininos em Sergipe. Ademais, a Revolução de 1930 deu flexibilidade às rígidas distinções de classe e de gênero existentes, abrindo espaços para os pleitos emancipacionistas das camadas sociais inferiores, inclusive de grupos da população brasileira, que se viam discriminados e alijados do pleno exercício da cidadania, entre eles o subjugado mundo feminino.

Abria-se, assim, a porta que algumas mulheres sergipanas, entre elas, Maria Ritta de Andrade, advogada que comungava das mesmas idéias emancipacionistas, encontraram para afirmarem-se, deixando de ser vozes solitárias. Valeram-se, sobretudo, da mídia escrita para externar, difundir suas idéias e lutar pelo avanço da causa feminista.

O surgimento da revista *Renovação*, no início da década de 1930, sem dúvida, foi um marco para as mulheres sergipanas, ou melhor, um acontecimento discursivo, por duas razões: a primeira foi o fato de romper com o modelo feminino existente na sociedade da época, não afeito às letras, mas voltado ao lar e às tarefas domésticas; a segunda foi o aparecimento de um novo perfil feminino, circunstanciado pela mulher esclarecida, intelectual, capaz de pronunciar-se em público, de demonstrar idéias, de defender demandas e de ter opiniões próprias.

Refletindo um momento singular da história brasileira, em diversos locais do país, mulheres aliaram-se e organizaram-se, motivadas por propósitos comuns, mediante discursos similares, que exigiam e conquistavam direitos que, até então, lhes eram recusados, tais como do incondicional acesso à educação, de votar e ser votada, de concorrer a cargos públicos, de trabalhar fora do recinto doméstico, em suma, o direito de decidir a própria vida. O advento do movimento feminista nacional abriu questionamentos importantes, que se contrapunham à práxis social da época.

No entanto, como todo movimento social, o movimento feminista não contou com a adesão majoritária da população, nem mesmo de todas as mulheres, uma vez que a maioria delas não era adepta da emancipação defendida, havendo inúmeras que, até mesmo, a temiam. Mesmo entre as participantes do movimento, nem sempre havia concordância quanto às estratégias necessárias para as práticas políticas indispensáveis à consecução de seus propósitos.

Em todo movimento político, quase sempre existem posições que se digladiam, já que há os que se identificam, de forma radical, com as idéias propostas, como há os que, embora se declarem favoráveis à causa, não se afastam totalmente da ideologia vigente e há, ainda, os que, embora se simpatizem com o movimento, são contrários a ele.

Em conseqüência, na arena social, surgiram discursos de diversos teores, que refletiram as posições dos sujeitos envolvidos. Na revista *Renovação*, verifica-se uma grande riqueza de discursos femininos de cunho político: os que reivindicam direitos e apresentam propostas de mudanças, os que falam sobre o movimento feminista nacional, os que denunciam as mazelas do regime republicano, os que tecem críticas ferrenhas ao tratamento dispensado às mulheres na sociedade, por fim, os que falam da vida política local ou nacional.

Naquele periódico, lançaram-se, destarte, as primeiras reclamações e proposições femininas, estabelecidas de forma coerente e ordenada, debatendo o papel social da mulher e provocando, pouco a pouco, modificações na forma de pensar e agir das pessoas. Configurou-se, assim, um novo espaço de discursividade no meio social, produzindo efeitos

de sentido que iriam, de certa forma, afetar a sociedade e provocar nela alterações de diversas ordens.

Não foram poucas as dificuldades que enfrentaram de diversas naturezas. Provinham não somente do mundo masculino, que mantinha um discurso sexista para proteger-se das mudanças que sobrevinham, mas de outras mulheres que não chegavam a entender ou omitiam-se da luta feminista. No entanto, já nos primeiros discursos femininos, percebe-se uma intencionalidade ou, como denomina Bakhtin, um “intuito discursivo ou querer dizer”, embora, às vezes, tímido, precavido, como quem procura espaço favorável para manifestar-se.

Sabe-se que os enunciadores do discurso representam lugares determinados na estrutura de uma formação social, e as relações entre esses lugares se refletem nas “formações imaginárias” que apontam as posições que os interlocutores se atribuem mutuamente, um ao outro. O imaginário social é, assim, construído, levando cada indivíduo a ocupar determinada posição, confirmada por seu lugar social, e a alcançar, então, sua identidade. Assim, as idéias expressas pelos sujeitos são marcadas por formas simbólicas, que denunciam a posição que assumem frente às diferenças de ordem político-ideológica que se afrontam na sociedade.

Em decorrência do efeito dessa rede de formações imaginárias, os protagonistas do discurso antecipam as representações do interlocutor e organizam táticas discursivas de acordo com essa antevisão imaginária do outro, assumindo papéis conforme os lugares em que se inscrevem. É o que se observa nos discursos femininos da revista *Renovação*, cuja análise revela uma preocupação com a própria imagem e com a identidade da categoria.

Desenvolveram-se nesses discursos não apenas formas de expressão admissíveis, mas adequadas à construção de um imaginário favorável à aceitação das feministas no meio em que viviam. Tanto assim que alguns discursos se apropriaram de representações sociais desfavoráveis sobre as feministas (mulheres insensíveis, autoritárias, masculinizadas e de intenções duvidosas, incompatíveis com os misteres de mãe e esposa), para rebatê-las através de estratégias argumentativas, na tentativa de construir-lhes uma imagem positiva (de mulheres humanizadas, inteligentes, cultas, úteis à pátria e à família), que fosse acatada socialmente.

Com o desígnio de harmonizar posições e granjear simpatias, as mulheres atrelaram valores do presente aos do passado, configurando-se uma imagem que conciliava, ao mesmo tempo, funções masculinas às femininas, o papel de mãe, companheira e doméstica às exigidas pelas responsabilidades exteriores ao lar, resultantes de emprego ou funções filantrópicas.

Em seus discursos, entretanto, são evidentes os deslizos, as contradições, pois, ao exaltar suas capacidades profissionais e suas possibilidades de atuar como os homens, em muitos setores sociais, retomam FDs patriarcais que enaltecem as funções de mães e esposas (mães carinhosas, abnegadas, esposas exemplares etc.), o que fundamenta a proposição de que o sujeito do discurso é constituído nas contradições sociais e atingido pela práxis histórica e pelo inconsciente, embora haja momentos em que faz suas escolhas, evidenciando-se, assim, os potenciais da consciência.

Mesmo exercendo tais potencialidades, os discursos não são apenas de quem os profere, pois estão ou são sempre atravessados por discursos alheios: seja, conforme assegura Pêcheux, por elementos do interdiscurso que neles são inscritos ou reinscritos, de forma inconsciente, construindo a ilusão de unidade, de transparência e de autonomia; seja conforme diz Bakhtin, pela alteridade, pela assimilação em graus variáveis, ou por seu emprego consciente e decalcado.

A heterogeneidade, constitutiva ou representada, manifesta-se, nos discursos femininos, caracterizada ora pela presença de pré-construídos ou discursos transversos, ora pelo emprego de artifícios que denotam níveis de consciência, como, em especial, a utilização da ironia, da negação, ou de elementos de outros discursos, com o objetivo de sustentar posições, de confirmar ou refutar colocações de outrem. A ação do inconsciente também se confirma nos atos falhos ou nos deslizos que se manifestam na cadeia significativa, sobretudo, quando se contradizem ou retomam a FD patriarcal.

É possível perceber, nesse movimento no interior dos dizeres, o jogo de forças que neles se estabelece, pois, mesmo aprisionado a uma formação discursiva específica, o sujeito do discurso se dispersa, ao deslocar-se entre diferentes FDs, ou aciona, com finalidades distintas, discursos de outros, na tentativa de ostentar seu domínio, sua força. As relações que o sujeito mantém no cerne do discurso são marcadas pela tensão e pelo antagonismo.

Se, por um lado, se assegura que o sujeito é ideologicamente determinado, descentrado, portanto, não totalmente responsável pelos efeitos de sentido de seu dizer, por outro, há momentos em que ele manifesta níveis pré-conscientes ou conscientes (PÊCHEUX & FUCHS, 1997), na medida em que “se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente”.

Verificou-se, nos discursos femininos, o uso de táticas que, engenhosas, buscavam, através de sutilezas e recursos condescendentes e atrativos, o apoio dos que eram contrários à causa que defendiam, evidenciando-se intencionalidade e firmeza de propósitos.

Por que, então, não considerar que eles apresentam níveis pré-conscientes ou conscientes, ao ironizar o discurso de outrem, ao refutá-lo ou ao tomá-lo para ratificar o próprio discurso, ao usar estratégias habilidosas para conquistar adversários? Afinal, nessas práticas, há também escolhas, há atos de volição envolvidos.

Com base em Lukács (1978 e 1997) e Bakhtin (1992), sustentou-se a tese de que, em muitos discursos femininos da revista *Renovação*, se evidencia um sujeito também dotado de intencionalidade, que se manifesta quer pela apropriação consciente do dizer do outro, quer pela divergência de idéias, quer pela defesa de opiniões ou, ainda, pela tentativa de negociação e de conciliação de interesses. Assim sendo, o estudo realizado defende a concepção de sujeito plural – atravessado pelo componente ideológico (ou histórico), pelo inconsciente (o dizer do Outro), que se revelam na materialidade da linguagem – e imbuído de níveis variados de consciência.

Concluiu-se, através do estudo em pauta, que, em alguns conceitos ou exposições de Pêcheux, há indicativos de ação da consciência, embora ele não os revele explicitamente. Por exemplo, ao tentar entender como se dava a apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política, passa a admitir diferentes posições do sujeito no discurso, além de seu desdobramento em “sujeito da enunciação” e um “sujeito universal”. No sujeito da enunciação, segundo o próprio Pêcheux, o “que assume um posicionamento com conhecimento de causa, liberdade e responsabilidade por seus atos”, observa-se, visivelmente, a presença de comportamentos em que há o concurso da consciência.

O mesmo ocorre na segunda e terceira modalidades de subjetivação: na segunda, em que Pêcheux considera o “mau-sujeito” como o que desconfia, questiona e contesta os saberes da FD a que está filiado, dela se afastando muito ou pouco; na terceira, em que ressalta o sujeito do discurso se desidentifica e rompe com a forma-sujeito e a FD a que estava filiado, passando a vincular-se a outra.

Ora, no distanciamento do saber da FD, mesmo que continue a ela ligado, ou na ruptura e filiação a outra, há atos de vontade, escolha e, por conseguinte, há certa independência do sujeito, limitada, decerto, pela ação da ideologia, uma vez que não lhe é possível ser sujeito sem ser por ela interpelado. Diante disso, cabe falar em níveis de pré-consciência e, mesmo, de consciência, ainda que as atitudes sempre sofram limites impostos pela própria natureza humana, que não permite conhecimentos absolutos.

Verificou-se que, através do movimento de aproximações e cotejos com o discurso do outro, as mulheres definiram novos papéis e demarcaram um novo espaço, que se estendia para o mundo exterior, a sociedade, mas sem excluir o lar. Na materialidade de seus

discursos, elas permitem visualizar não apenas suas relações com a conjuntura histórico-social, mas também sua forma de atuar com a linguagem e na linguagem, através de apropriações de discursos de outrem que ora assimilam como seus, ora empregam de forma propositada, portanto consciente, ou, ainda, através de contradições ocorridas na construção de uma discursividade.

Mesmo enfrentando dificuldades e restrições, a luta das mulheres persistiu e, paulatinamente, foram elas, através de sua voz, ora tímida, ora altissonante, ganhando visibilidade. Na peleja pelo acesso aos direitos políticos essenciais e às garantias sociais, conforme preconizava a legislação então vigente, as mulheres escritoras e audaciosas promoveram uma revolução disfarçada em benefício próprio, utilizando-se, inclusive, do discurso das elites para persuadir a sociedade e obter sua adesão.

Na análise dos discursos políticos femininos da revista *Renovação*, foram observadas, também, as diferentes modalidades de subjetivação concebidas por Pêcheux, derivadas da forma-sujeito do discurso, dando-se ênfase especial à terceira modalidade, a desidentificação, uma vez que, para o referido autor, esse processo estaria apoiado na prática política em que as ideologias se desarticulam para, depois, se rearticulem em si mesmas, dando sustentação a uma nova prática, necessária às transformações em andamento na sociedade.

Considerou-se, então, o movimento feminista como a nova prática, já que se trata de uma política de cunho transformador, interessada não só em desarranjar os saberes já sedimentados, mas, sobretudo, em rearranjá-los, a fim de dar sustentação e legitimidade aos interesses das mulheres.

O discurso feminino, pela falta de identificação com a FD dominante, a patriarcal, recoloca-se e ajusta-se a outros lugares do dizer, passando por um processo de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito do discurso. Com efeito, a identidade feminina é constantemente afetada pela tensão entre a continuidade e a descontinuidade, passando, por conseguinte, por mudanças que se refletem em sua práxis discursiva.

Em decorrência da condição humana dos sujeitos envolvidos, as relações discursivas têm peculiaridades que evoluem de coerentes a contraditórias e vice-versa, numa dinâmica inevitável e ininterrupta. É na contradição que repousa a desarticulação-rearticulação da ideologia. Na contradição, está sempre a questão não-atendida, o sentido da inovação, substanciado na ação política.

O movimento feminista é um elemento novo, um acontecimento que surge e mexe com as estruturas existentes, produzindo descontinuidades que se manifestam, sobretudo, nos discursos. A condição feminina que aparecia como contraditória e imperfeita, ao evoluir, se

tornou motivo de desarticulação-rearticulação ideológica, razão imprescindível de uma nova forma-sujeito, portanto, de um novo discurso e uma nova posição política, o feminismo.

Uma das questões a que esse trabalho se propôs foi a de saber como os discursos políticos femininos, da primeira metade do século XX, especificamente os da revista *Renovação*, periódico criado e dirigido por uma mulher sergipana, no início da década de 1930, contribuíram para uma mudança da condição feminina e a construção de uma identidade social.

A relação entre os sexos ocorre em função das estruturas socioeconômicas e através delas; mas também em função de acomodações de gêneros. Tanto os sistemas econômicos como os sistemas de gênero agiam reciprocamente, uns sobre os outros, atuando, simultaneamente, para reproduzir mecanismos que confirmassem a dominação masculina e, em particular, a ordem social vigente.

As mudanças fizeram-se imperativas, em decorrência dos arranjos socioeconômicos, isso de tal forma que, em muitas ocasiões, passaram a ser vistas como evidências, algo que a sociedade precisava defender ou justificar, mas também como algo que a sociedade precisava questionar para defender-se.

A interpelação dessas contingências caminhou no mesmo ritmo das transformações que ocorreram na condição feminina, sobretudo nas categorias sociais mais beneficiadas, no que refere, por exemplo, à ampliação do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho remunerado, ao voto e à elegibilidade, e com isso, à esfera pública, dilatando-se, assim, o espaço das mulheres.

No entanto, as alterações na condição das mulheres deram-se de forma paulatina e decorreram, sobretudo, da ação crítica do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas sociais, conseguiu romper o círculo que as detinha, as barreiras de uma sociedade que limitava seus espaços, suas ações, retirando-lhes as possibilidades de crescimento individual ou coletivo.

Verificou-se, através da análise dos discursos femininos da revista *Renovação*, o surgimento gradativo da consciência de pertencimento a uma categoria marginalizada da vida pública e da premência de alterações no estado de alienação em que se encontravam as mulheres sergipanas. Daí a luta feminina, advinda de uma necessidade intrínseca de participar e tornar-se útil ao meio social em que viviam, de inserir-se em sua evolução e acompanhá-la.

Cientes do poder das palavras para a obtenção de seus objetivos e, particularmente, para a constituição de uma identidade de gênero, as mulheres investem esforços em seus

discursos, utilizando-se de artifícios, os mais variados, recorrendo, até mesmo, a promessas e alusões, a trocas veladas ou explícitas, para persuadir e conseguir adesão dos conterrâneos.

Aproveitando-se elas dos discursos já instituídos, reformulam-nos em benefício próprio, ou seja, desarticulam-nos para rearticulá-los em prol da causa feminina. Promovem, por conseguinte, o casamento entre diferentes formações discursivas, as de procedência patriarcal e as feministas, propondo tanto desenvolver as atividades profissionais quanto as domésticas, ampliando, dessa forma, suas funções.

Na formação de uma identidade, há um trabalho de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito, ou seja, o sujeito, por não identificar-se plenamente com a FD dominante, ao deparar-se com os saberes de outras FDs, se recoloca, ajustando-se a eles e assumindo a forma-sujeito correspondente. A forma-sujeito sofre, portanto, um processo de transformação-deslocamento que se torna visível nos discursos analisados.

Se, por um lado, os discursos das mulheres se afastam das formações discursivas patriarcais, por não se identificarem com elas, por outro, retomam-nas, reformulando-as e reinscrevendo-as em outros domínios de saber, ressignificando-as, portanto. Também ocorre, por vezes, a retomada das FDs patriarcais, em decorrência de lapsos ou atos falhos, verificando-se, ainda, certa instabilidade em seus dizeres, o que denuncia uma identidade ainda em formação, uma identidade movente, afetada pela tensão entre a continuidade e a descontinuidade (NARDI, 2007). Encontrando-se, ainda, em processo de construção, os discursos femininos revelaram-se, em alguns casos, ainda elusivos ou instáveis, daí o fato de não romperem totalmente com os anteriores.

Ao finalizar esta pesquisa, espera-se que ela possa contribuir para uma compreensão mais atilada de um fenômeno discursivo ocorrido em Sergipe, que nos deu mostra de quanto os discursos podem, através de seus efeitos de sentido, buscar uma transformação de uma conjuntura e apontar mudanças imprescindíveis, que se adéquem ao caráter essencialmente mutante da política e do ser social que a produz, buscando-se uma sociedade igualitária, em que todos, independentemente de cor, sexo, condição econômica, crença etc., tenham iguais direitos.

Nessa busca, materializada, na maioria das vezes, em seus discursos, o sujeito se constitui nas relações que mantém com outros seres, que são também, como ele, sociais e históricos. O entendimento do sujeito do discurso implica o conhecimento dos pactos e vínculos que se estabelecem entre os homens, motivados por interesses comuns, embora na se tenham debelado os divergentes, que, escamoteados nos discursos sobre a a igualdade, a

justiça e o bem-estar social, levam o homem ao prestígio e ao poder mediante a subjugação, o depauperamento e o envilecimento de seus semelhantes. Admirável contradição!

A linguagem serve tanto para tecer essas relações na sociedade, que levam os indivíduos a serem valorizados de forma diferenciada, de acordo com seus níveis de ocupação laboral e com os conflitos de categorias, classes, culturas, etnias e gênero, como para subvertê-las. O papel dos discursos femininos da revista *Renovação* foi o de subverter uma ordem dada, que criava grupos de favorecidos e desfavorecidos, buscando transformar as relações de um sistema injusto de dominação social, cultural, político, ideológico e econômico, que respaldava o tratamento diferenciado que inferiorizava a mulher. Se não conseguiu causar uma revolução profunda nas estruturas sociais, pelo menos, despertou consciências para o início de um processo de mudanças.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S. B. M. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial – Scortecci, 2005.

ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 1989.

ACHARD, P. et al. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____ et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades Enunciativas. In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (org.). **O discurso e suas análises**. Campinas: UNICAMP/IEL, 1990, p. 25-42 (Cadernos de estudos lingüísticos).

AGASSIZ, L.; AGASSIZ; E. C. **Viagem ao Brasil (1865-1866)**. Companhia Editora Nacional, 1938.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, B. M. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

AMARAL, M. V. B. Análise do Discurso: língua, história e ideologia. **Leitura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFAL, Maceió, n. 23, jan./jun. 1999.

_____. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **O Freudismo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BASBAUM, L., **História sincera da República** (1907-1969). São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BATISTA, M. F. B. M. **Poesia Oral**: romanceiro e cancionero tradicional popular. Disponível em:
<http://www.reacao.com.br/programa_sbpc57ra/sbpccontrole/textos/mfatimabarbosa.htm>.
Acesso em: 11 nov. 2006.

_____. **A tradição ibérica no romance paraibano**. João Pessoa: UFPB, 2000.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral, 1**. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1988.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: UNICAMP, 1996.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: UNICAMP, 1991.

_____. Da língua ao discurso do homogêneo ao heterogêneo. In: BRAIT, B. (org.). **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP, 2001, p. 59-70.

CAVALCANTE, M. S. A. **O sujeito ativo/responsivo em Bakhtin e Lukács**. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/sujeito/maria.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2006.

_____. Implícitos e silenciamentos como pistas ideológicas. **Leitura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística – UFAL, Maceió, n. 23, p. 149-163, jan./jun. 1999.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro**: arquivo, memória, identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis: observação sobre memória e esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CAZARIN, E. A. O confronto entre duas posições de sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado lingüisticamente pelo enunciado dividido. In: INDURSKY, F. e CAMPOS, M. C. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000, p.176- 187.

DANTAS, F. J. C. A mulher no romance de Eça de Queirós. UFS/ Fundação Oviedo Teixeira, 1999.

DANTAS, O. V. **Vida patriarcal em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, P. Et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

DÉDA, C. **Brefains e burundangas do folclore sergipano**. São Paulo: Catavento, 2001.

DORNELES, E. F. Nas representações do sujeito os vestígios da partição. In: INDURSKY, F. e CAMPOS, M. C. (orgs.) **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000.

DRESCH, M. Ideologia – um conceito fundante na da Análise do Discurso – considerações a partir do texto. Observações para uma teoria geral das ideologias, de Thomas Herbert. . In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 125-142.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ECKERT-HOFF, B. (Re) buscando Pêcheux: algumas reflexões in-certas. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 125-142

FERREIRA, M. C. L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2000,

_____. O quadro atual da Análise do discurso no Brasil. Um breve preâmbulo. In: c INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007 p.13-22.

FIORIN, J. L. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 229-247.

FLORES, V. N. & TEIXEIRA, M. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. S. Paulo: Contexto, 2005.

FREIRE, G. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

_____. **Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FREITAS, A. G. B. de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

_____. Em defesa da educação feminina – os discursos veiculados na imprensa sergipana de autoria feminina, as primeiras décadas do século XX. In: CRUZ, M. H. S.; ALVES, A. A. C. (orgs.). **Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos**. Aracaju: FAP-SE; São Cristóvão: UFS, 2005; p. 139- 149.

FOUCAULT, M. Retornar à história. In: MOTA, M. B. (org.). **M. Foucault**. Ditos e Escritos, 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GADET, F.; T. HAK (ed.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1990.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (orgs.) **Língua e cidadania – O Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996 (História das idéias lingüísticas).

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice Editora. Revista dos tribunais, 1990. (Biblioteca Vértice, Sociologia e política)

HARTMANN, F. Sujeito do inconsciente e sujeito em análise do discurso: diferenças e aproximações. In: Anais do II SEMINÁRIO DE ANÁLISE DE DISCURSO (SEAD). Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/ideologia/hartmann.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da 3ª República Brasileira (1964-1984). Campinas: IEL/UNICAMP, 1992.

_____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F. e CAMPOS, M. C. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000, p.70-81.

_____. Remontando a Pêcheux e a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2007, p.183-193.

LAGAZZI, S. Guerra dos Mascates: a constituição do cidadão brasileiro no Século XVIII. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P.(orgs.) **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes, 1996. (História das Idéias Lingüísticas).

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectivas, 2002.

LEITE, N. **Psicanálise e Análise do Discurso**: o acontecimento na estrutura. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

LIMA, J. S. **O folclore em Sergipe**. Rio de Janeiro: Caledra; Brasília: INL, 1977.

LIMA, L. A. V. **A Participação feminina na imprensa abolicionista em Aracaju (1881-1885)**: Etelvina Amália de Siqueira. 1998. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

LIMA, R. B. O enunciado: pontos de deriva possíveis. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 258- 270.

LUKÁCS, G. **O Trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: 1997. (mimeo).

MAGALHÃES, B. **Vidas Secas**: os desejos de Sinhá Vitória. Curitiba: HD Livros, 2001.

_____. Fantástico e realidade cotidiana: visões possíveis. In: **Leitura**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFAL, n. 28-29, p. 197-213, jul./dez. 2001 – jan./jun. 2002 – Número temático: Espaços Híbridos [2004, CHLA-UFAL].

_____. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. In: **Linguagem em (DIS)curso**, Tubarão, v. 3, Ed. Especial, p. 73-90, 2003 (do Programa de Pós-Graduação da UNISUL).

_____. **Revisitando o sujeito em Análise do Discurso**. In ABRALIN: Boletim da Associação brasileira de Linguística. V. 1, 2001, Fortaleza: UFC, 2003.

_____. **As marcas do corpo contando a história**: um estudo sobre a violência doméstica. Maceió: EDUFAL, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: UNICAMP 1997.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e Ideologia: base para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. et al. (orgs.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: UNICAMP, 1997, p.67-102.

_____. **A inquietação do discurso**- (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922- 1989) Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. Subjetividade e imaginário lingüístico. **Linguagem em Discurso**, Tubarão, v. 3, ed. especial, p. 55-72, 2003.

MÁSCIA, M. A. A. **Investigações discursivas na pós-modernidade** (uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2002.

MESZÁROS, I, (1930) **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOREIRA, N. M. de B. **Da margem para o centro: a autoria feminina no discurso feminista do século XIX**. Disponível em: <<http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/9nadilzabh.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2004.

NARDI, F. S. de. Identidade, memória e os modos de subjetivação. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 157-166.

NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; S. Cristóvão: UFS; Aracaju: SEC/SE, 1984.

ORLANDI, E. P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez/ UNICAMP, 1990.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise do Discurso. In: DELTA, vol. 10, nº 2. São Paulo: EDUC, 1994.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e leitura**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A Análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 75-88.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX; FUCHS (1975) A propósito da Análise Automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1993, p.163- 252.

PÊCHEUX, M. Analyse automatique du discours. Paris: Dunod, 1969. [Tradução brasileira: Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 61-162.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al, **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PESAVENTO, S. J. **O Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

PINA, M. L. M. **A mulher na história**. Aracaju: SNT, 1994.

PIRES, V. L. Discurso e gênero: sob o signo da contradição, a identidade e a resistência do sujeito e do sentido. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.34, n. 2, p. 234-284, jun. 1999.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso** – ensaio sobre discurso e sujeito. Curitiba: Criar, 2002.

ROMÃO, F. L. **Na trama da história: O movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935**. Aracaju: 2000.

ROMERO, S. **Folclore brasileiro**. Cantos populares do Brasil, 2. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954.

SÁ, A. F. de A. **Temas em história do Brasil contemporâneo**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SILVA, J. C. B. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Esparsos de José Calazans Brandão da Silva. Aracaju: FUNDESC, 1992.

SILVA, S. M. S. da, (Org.). **Os sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.

SILVA, V. R. M. AD de todas as épocas. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007, p.287 a 302.

SILVA SOBRINHO, H. F. da. **Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentido na processualidade histórica**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SOIHET, R. Mulheres conquistam o espaço público: a militância feminista de Bertha Lutz (1918- 1937) In: CRUZ, M. H. S. e ALVES, A. A. C. F. (orgs.) **Feminismo**,

desenvolvimento e direitos humanos. Aracaju: FAP-SE; São Cristóvão: UFS, 2005, p. 115-127.

SOUZA, P. **Resistir, a que será que se resiste?** O sujeito fora de si.

Disponível em: <[HTTP://www.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/03.htm](http://www.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/03.htm)>.

Acesso em 25 de março de 2008.

TAVARES, D. M. O discurso político. *In*: BRANDÃO, H. N. (coord.) **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica.** São Paulo: Cortez, 2001.

TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

VAISMAN, E. **A usina onto-societária do pensamento.** Disponível em: <http://www.verinotio.org/revista4_usina.htm>. Acesso em: 15 out. 2008 [1999].

VIEIRA, A. S. **De praia formosa a 13 de julho.** Disponível em: <<http://www.unit.br/memorial/ler.asp?id=6662&titulo=artigos-memorial>>. Acesso em: 28 out.2008.

VOESE, I. Sobre as noções de língua e Discurso. **Leitura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística – UFAL**, n. 30, p. 65-92, 2002.

_____. **Análise do discurso e o ensino de Língua Portuguesa.** São Paulo: Cortez, 2004.

ZANDWAIS, A. A forma sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. *In*: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L.(orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2007, p.143-156.

ZANDWAIS, A- A confederação operária brasileira na primeira república: Condições de formação de uma formação discursiva sindical. *IN*: INDURSKY, F. e CAMPOS, M. C. **Discurso, memória, identidade.** Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000, p.141-150.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Lugares de enunciação e discurso. **Boletim Abralin**, Belo Horizonte, v. 26, ed. especial, jan. 2001.

_____. **Identidades (In) formais**: contradições, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003.

RENOVAÇÃO

(Aracaju, Casa Ávila)

A.A. **A data de hoje**, n. 13, p. 1, 13 jul. 1931

ANDRADE, Maria Ritta Soares de. **Apresentando**, n. 1, p. 3, 01 jan. 1931.

_____. **A revolução e o feminismo**, n. 2, p. 1, 15 jan. 1931

_____. **Os bons inimigos**, n. 3, p. 1, 01 fev. 1931.

_____. **Feminismo e coração**, n. 11, p. 1, 01 jun. 1931.

_____. **O segundo congresso feminista**, n. 12, p. 17, 15 jun. 1931.

_____. **Sergipanizemos Sergipe**, n. 19, p. 1, 24 out. 1931.

_____. **Feminismo**, n. 23, p. 1, 15 jan. 1932.

BERTA LUTZ. **Feminismo**, n. 6, p. 2, 15 mar. 1931.

CABRAL, Graziella. **De São Paulo**, n. 21, p. 14, 01 dez. 1931.

_____. **Renovação do momento**, n.12, p. 25, 15 jun. 1931.

CARDOSO, Marinetti Mendonça. **Feminismo**, n. 11, p. 11, 01 jun. 1931.

CELSO, Maria Eugênia. **Viribus nuitis**: apelo às mulheres do Brasil, n. 7, p. 5, 01 abr. 1931

_____. **O surto feminista**, n. 4, p. 4, 15 fev. 1931.

GOMES, Celeste Assis Brasil. **Educação doméstica**, n. 11, p. 19, 01 jun. 1931.

IDALICI. **Carta aberta**, n. 12, p. 19, 15 jun. 1931.

LORD GIL. **Através das lunetas**, n. 16, p. 4, 01 set. 1931.

MAIA FILHO, Rodrigues. **A mulher de ontem e de hoje**, n. 19, p. 23, 24 out. 1931.

MENDONÇA, Damião. **Os embrulhos de Maria Rita**, n. 17, p. 14, 15 set. 1931.

SANTOS, Penélope M. dos. **A influência da mulher na educação**, n. 12, p. 18, 15 jun. 1931.

TOSTA, Lili. **A feminista não é nem quer ser masculinizada**, n. 12, p. 3, 15 jun. 1931.

_____. **Sem título**, n. 9, p. 2, 01 mai. 1931.

OUTROS PERIÓDICOS

A Ordem, ano 1, n. 2, 25 nov. 1930.

Diário da Manhã, ano 6, 28 abr. 1916.

Diário da Manhã, ano 6, 23 de jun. 1916.

